



Relatório e Contas 2019

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

 **MAPFRE**

ÍNDICE



A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é uma das sociedades do Grupo MAPFRE que desenvolve a sua atividade em Portugal. É detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

1

ÓRGÃOS
SOCIAIS P. 3

3

CONTAS
ANUAIS 2019 P. 29

2

RELATÓRIO
DE GESTÃO P. 5

4

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS P. 36

5

CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS E RELATÓRIO
E PARECER DO CONSELHO
FISCAL P. 150



1

órgãos sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (2019-2022)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Vice-Presidente

Juan Fernández Palacios

Secretário

Pedro Ribeiro e Silva (não é vogal)

Vogais

Andrés Jiménez Herradón

Antonio Núñez Tovar

António Luís de Azevedo Portela

Javier del Río Martín

Luis Anula Rodriguez (**e Administrador Delegado**)

Miguel Pedro Caetano Ramos

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL (2019-2022)

Presidente

José Manuel Inchausti Pérez

Secretário

Luis Anula Rodriguez

CONSELHO FISCAL (2017-2019)

Presidente

José Ferreira Machado

Vogais

Luís Filipe Caldas

João Sobral do Rosário

Suplente

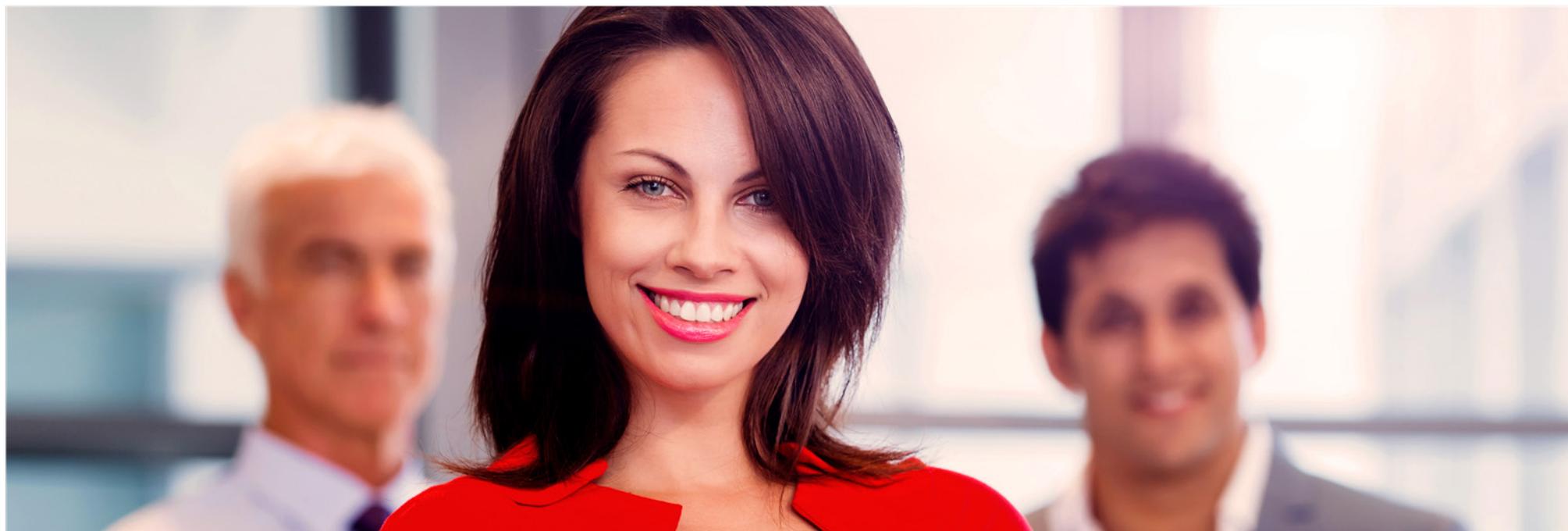
José Gabriel Chimeno

SOCIEDADE REVISORA OFICIAL DE CONTAS (2017-2019)

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por José Manuel Horta Nova Nunes

Suplente:

Hugo Jorge Gonçalves Cláudio



2

relatório de gestão

1 ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

As projeções no final de 2019 apontam para uma desaceleração da atividade económica nos próximos anos. Este abrandamento surge como consequência do ambiente externo menos favorável e da aproximação do crescimento do PIB ao potencial da economia.



As projeções atuais para a economia portuguesa, contidas no *Boletim Económico* do Banco de Portugal de dezembro de 2019, apontam para uma desaceleração da atividade económica, não apenas no ano 2019, mas também no horizonte temporal dos próximos anos, traduzida numa diminuição do ritmo de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

Por um lado, esta desaceleração surge como consequência do ambiente externo menos favorável, nomeadamente no que respeita à evolução do comércio mundial, sobre o qual continuam a pairar algumas ameaças oriundas de medidas protecionistas e de uma certa instabilidade política, que levou, já em 2019, a uma travagem nas exportações.



A dinâmica de investimento revelou-se mais forte no ano 2019, por via do relançamento de algumas obras públicas de maior dimensão que estiveram congeladas nos últimos anos e pelo dinamismo da construção residencial que beneficiou também de uma retoma.

QUADRO 1 | Indicadores da Economia Mundial

| | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------------------|------|------|------|------|------|
| PIB mundial (% crescimento) | 3,6 | 3,6 | 2,7 | 2,9 | 3,1 |
| PIB zona euro (% crescimento) | 2,5 | 1,9 | 1,2 | 1,1 | 1,4 |
| Comércio (% crescimento) | 5,2 | 4,2 | 0,6 | 1,4 | 2,6 |
| Cotação do petróleo (euros) | 48,2 | 60,2 | 57,0 | 54,0 | 52,0 |

Fonte: Banco de Portugal (*Boletim Económico*, dezembro de 2019)

O efeito deste enquadramento externo, com maior impacto nas áreas industriais, acabou por ser amortecido pelo comportamento da procura interna, revelado por um incremento relativamente robusto do consumo privado e por uma dinâmica muito interessante do investimento, permitindo que o crescimento do PIB, embora mais fraco do que nos anos anteriores, se tenha mantido em terreno positivo.

Quanto à evolução do consumo privado, a mesma reflete o enquadramento favorável do rendimento

disponível, associado ao crescimento do emprego e ao aumento do salário mínimo nacional, bem como à manutenção da taxa de poupança em níveis mínimos, para o que tem contribuído sobremaneira o período prolongado de baixas taxas de juro que se tem vivido e que se espera assim continue em função das medidas de injeção de liquidez anunciadas pelo Banco Central Europeu.

Como referido, a dinâmica de investimento revelou-se mais forte no ano 2019, por via do relançamento de algumas obras públicas de maior dimensão que estiveram congeladas nos últimos anos e pelo dinamismo da construção residencial que beneficiou também de uma retoma, após vários anos de estagnação, impulsionada por uma certa sobrevalorização dos preços nos tempos mais recentes, a que não é alheio, mais uma vez, o entorno de baixas taxas de juro.

Uma segunda componente que explica a desaceleração é a aproximação do crescimento do PIB ao potencial da economia, uma vez que este continua a revelar algumas debilidades decorrentes, sobretudo, do fraco crescimento demográfico e da baixa produtividade.

Por isso, estes dois últimos aspetos aparecem como os grandes desafios imediatos do nosso país, para os quais urge encontrar soluções políticas na medida em que, após um período recente no qual se pôde beneficiar da absorção da significativa bolsa de recursos que estava na situação de desemprego em decorrência da crise económica, a evolução do PIB encontra-se, agora, bastante constringida pela baixa taxa de desemprego que atingiu já o chamado nível estrutural.

Em relação ao Índice de Preços no Consumidor, não existiu nem se perspectiva qualquer foco de tensão, esperando-se a sua manutenção num nível reduzido. Em 2019, este índice apresentou uma redução significativa, essencialmente associada aos preços dos fatores energéticos e a uma medida governamental não recorrente, no caso o ajustamento em baixa do custo dos transportes, sendo apenas de esperar alguma recuperação nos próximos anos, uma vez dissipados estes efeitos.

Cabe também uma referência final para destacar o excelente comportamento das Contas Públicas, cujo saldo se estima muito próximo de zero em 2019 e mesmo

superavitário para o ano 2020, de acordo com a proposta de Orçamento de Estado, algo que, a confirmar-se, ocorrerá pela primeira vez desde a instituição do regime democrático. Este logro foi em 2019, e continuará a ser nos próximos anos, muito importante na recuperação da confiança e na imagem do país perante os investidores institucionais, permitindo uma maior facilidade na colocação da dívida e uma redução nos respetivos juros, funcionando assim esta última variável de forma pró-cíclica na melhoria do saldo orçamental.



*A evolução do consumo privado
reflete o enquadramento favorável
do rendimento disponível.*



QUADRO 2 | Indicadores económicos de Portugal

| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------------|-------|---------|---------|---------|----------------|-------|-------|
| PIB | 1,6 | 1,5 | 2,8 | 2,4 | 2,0 | 1,7 | 1,6 |
| Consumo privado | 2,6 | 2,1 | 2,3 | 3,1 | 2,3 | 2,1 | 1,9 |
| Consumo público | 0,8 | 0,6 | 0,2 | 0,9 | 0,5 | 0,8 | 0,8 |
| Investimento | 4,5 | 1,6 | 9,2 | 5,8 | 7,3 | 5,4 | 4,8 |
| Exportações | 6,1 | 4,1 | 7,8 | 3,8 | 2,8 | 2,6 | 2,8 |
| Importações | 8,2 | 4,1 | 8,1 | 5,8 | 5,4 | 4,6 | 4,2 |
| Taxa de desemprego | 12,4 | 11,1 | 8,9 | 7,0 | 6,3 | 5,9 | 5,6 |
| Índice de preços no consumidor | 0,5 | 0,6 | 1,6 | 1,2 | 0,3 | 0,9 | 1,2 |
| Saldo das contas públicas | (4,4) | (2,1) | (1,4) | (0,4) | (0,1) | 0,2 | - |
| Taxa de juro de curto prazo | - | (0,300) | (0,300) | (0,300) | (0,400) | 0,400 | 0,400 |

Dados em percentagem – Dados de 2019, 2020 e 2021 são estimativas.

Fontes: Saldo das Contas Públicas – Ministério das Finanças; restantes indicadores – Banco de Portugal (*Boletim Económico* de dezembro 2019).

A evolução do PIB encontra-se bastante constrangida pela baixa taxa de desemprego que atingiu já o chamado nível estrutural.

2 ENQUADRAMENTO SETORIAL

A evolução relativamente favorável do PIB potenciou o maior incremento desde há cerca de duas décadas do segmento Não Vida. No segmento Vida, no qual a componente de produtos financeiros é bastante elevada, verificou-se um decréscimo de 13,9%.



O volume de vendas do setor segurador atingiu um montante total de, sensivelmente, 12.200 milhões de euros, praticamente 750 milhões de euros a menos do que no ano anterior, o que corresponde a um decréscimo de 5,8%, invertendo assim a tendência que vinha a apresentar nos últimos dois anos.

Devido a este comportamento, os indicadores de relevância económica do setor recuaram para níveis próximos dos do ano 2017, com a percentagem de vendas sobre o PIB a situar-se em 6% e o prémio médio por habitante a fixar-se em 1.186 euros.

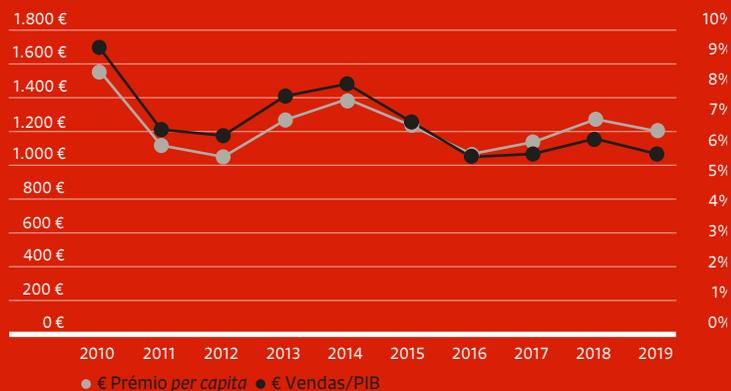
Se esta evolução não é de forma alguma positiva, uma análise do horizonte temporal dos últimos 10 anos é ainda mais preocupante, porque permite constatar a existência de uma tendência descendente destes dois indicadores, a qual, se não for objeto de uma reflexão e reação por parte dos operadores, aproveitando, nomeadamente, as oportunidades derivadas das crescentes

necessidades de cobertura de riscos emergentes e de novos instrumentos de poupança, poderá arrastar o setor para um papel pouco relevante no contexto da economia (gráfico 1).

Embora a evolução relativamente favorável do PIB tenha potenciado um desempenho positivo do segmento Não Vida – que apresentou um incremento de 7,9%, o maior desde há cerca de duas décadas – no segmento Vida, no qual a componente de produtos financeiros é bastante elevada, verificou-se um decréscimo de 13,9% a que não será alheio o entorno de taxas de juro pouco estimulante da poupança.

Analisando a evolução histórica da última década, constatamos uma enorme volatilidade do segmento Vida em contraste com uma maior estabilidade e um crescimento sustentado em Não Vida, neste caso em consonância com a evolução mais favorável do PIB (gráfico 2).

GRÁFICO 1 | Penetração do setor segurador na economia

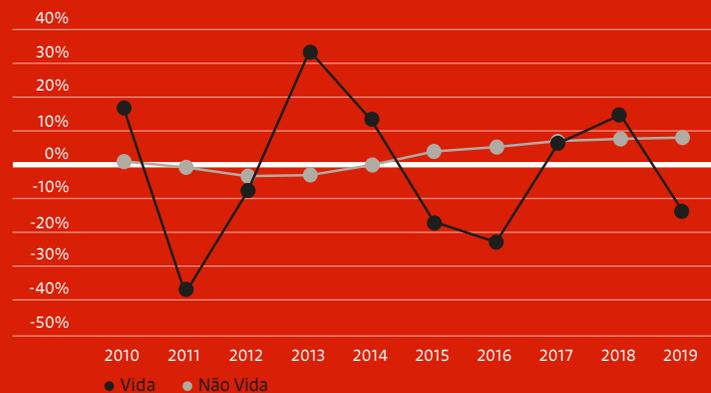


Fonte: APS



Na última década, constatamos uma enorme volatilidade do segmento Vida em contraste com uma maior estabilidade e um crescimento sustentado em Não Vida.

GRÁFICO 2 | Taxa de crescimento nominal – vendas



Fonte: APS



Uma análise dos últimos 10 anos permite constatar uma tendência descendente dos indicadores de relevância económica do setor.

No âmbito do segmento Não Vida, os ramos mais representativos da carteira de prémios tiveram crescimentos bastante positivos, porém, não uniformes (gráfico 3).

Multirriscos e Doença continuaram a progredir através do reforço da taxa de crescimento, 6,3% no primeiro caso e 8,7% no segundo, este último recuperando do abrandamento nos dois anos anteriores.

O ramo Automóvel, depois de um incremento continuado no triénio anterior, viu a sua taxa de crescimento estabilizar em torno dos 7%, a que não será alheio o menor crescimento de vendas de veículos novos.

Por sua vez, em Acidentes de Trabalho, após os anos de ajustamentos tarifários impulsionados pelo supervisor, assistiu-se a um crescimento mais moderado de 11,8%. Embora se trate de uma percentagem significativa, parece não ter sido suficiente para garantir um adequado equilíbrio técnico do ramo, tal como comentaremos mais à frente ao realizar uma abordagem ao rácio combinado.

No segmento Vida, todos os grandes agregados de produtos tiveram taxas de crescimento negativas. Não obstante, esse

decréscimo foi menos pronunciado nos produtos ligados a fundos de investimento do que nos não ligados e nos PPR, cujo afundamento das taxas de crescimento é bem visível no gráfico 4.

Este diferencial de comportamento parece ser consequência lógica do facto destas duas últimas classes de produtos estarem tipicamente associadas a taxas de rentabilidade e capitais garantidos e, por isso, se tornarem menos atrativas num contexto de baixas taxas de juro, acabando os clientes por arriscar um pouco mais em produtos ligados a fundos de investimento na procura de alguma rentabilidade.

A sinistralidade do segmento Não Vida (gráfico 5), medida em relação aos prémios emitidos, teve uma evolução favorável, descendo de 65,2% no ano anterior para 61,9% este ano de 2019.

Para tal evolução favorável global muito contribuíram os ramos Multirriscos, cuja percentagem tem vindo a descer depois do pico de 2017 associado aos trágicos incêndios, situando-se em 2019 nos 39,7%, ou seja, regressando praticamente ao mesmo nível do ano 2015, o que apraz reconhecer como excelente.

No ramo Automóvel, a evolução da sinistralidade não apresentou qualquer surpresa, parecendo ter estabilizado em torno de uma percentagem média de 65%.

O mesmo já não se pode afirmar em relação a Acidentes de Trabalho, em que, após descidas relevantes nos dois anos precedentes, a sinistralidade inverteu essa tendência subindo 4 pontos percentuais até aos 83,6%, agravamento este que é tanto mais relevante na medida em que foi o responsável pela preocupante subida do rácio combinado líquido de resseguro, conforme comentaremos mais adiante.

Na vertente de Vida, no que concerne à sinistralidade de Risco Puro, não parece ter ocorrido nada digno de menção especial, além de se constatar que terminou num excelente nível, mantendo-se mais um ano dentro de uma banda de variação entre 25% a 30%, situação bem evidente no gráfico 6.

A sinistralidade do segmento Não Vida, em relação aos prémios emitidos, teve uma evolução favorável, de 65,2% no ano anterior para 61,9% este ano.

GRÁFICO 3 | Taxas de crescimento – ramos Não Vida

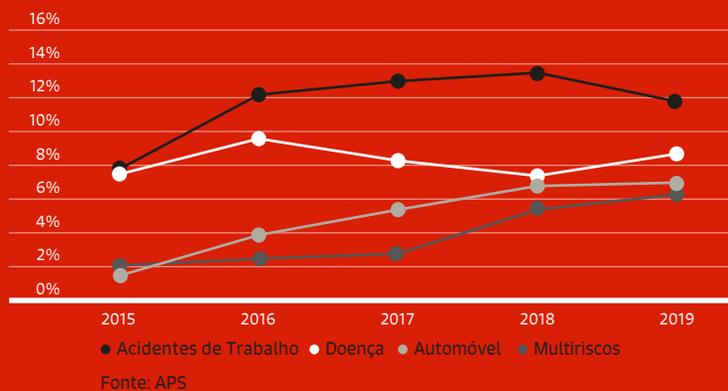


GRÁFICO 4 | Taxas de crescimento – ramo Vida

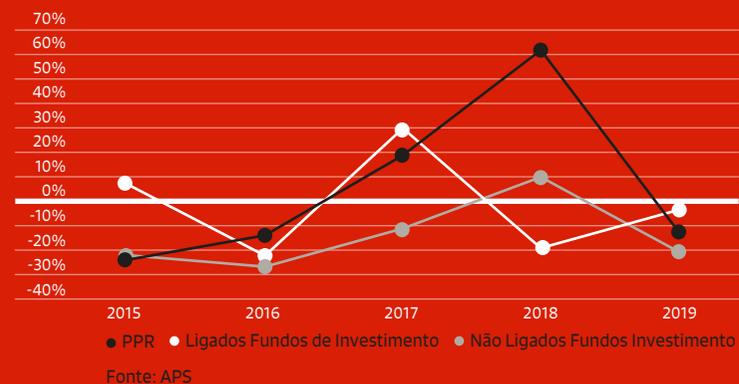


GRÁFICO 5 | Taxa de sinistralidade Não Vida (s/ prémios emitidos)

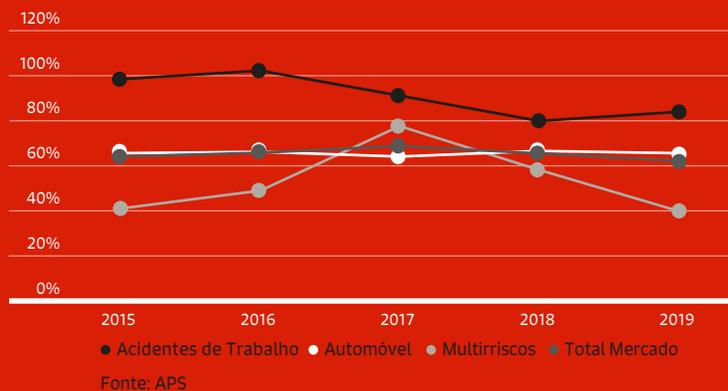
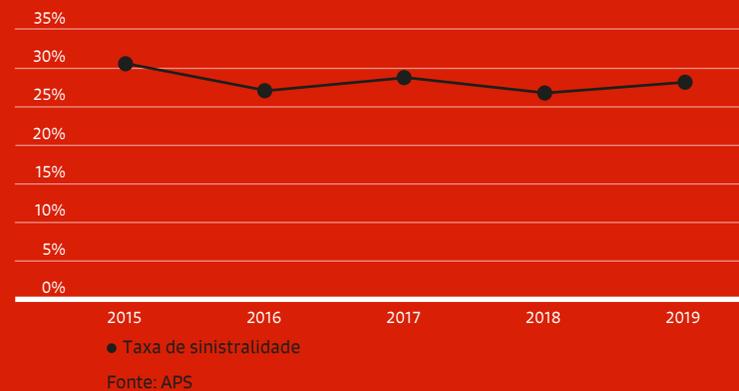


GRÁFICO 6 | Evolução da taxa de sinistralidade Vida Risco Puro



Pela importância de que se reveste a componente de produtos financeiros no negócio Vida parece-nos relevante referir a evolução do fluxo técnico, pois este acaba por refletir a aportação líquida para os valores sob gestão nas seguradoras.

Tendo em conta o comportamento menos favorável das vendas, não seria de esperar que o fluxo técnico apresentasse uma evolução brilhante e, com efeito, ainda que tenha sido positivo pelo terceiro ano consecutivo, está longe de revelar um desempenho consistente, pois verifica-se que foi perdendo força ao longo do ano, tendo sido mesmo residual no último trimestre, conforme demonstra o gráfico 7.

Dada a erosão que se verificou na primeira metade da década, os desempenhos dos últimos três anos não foram suficientemente robustos para recuperar o volume acumulado, mantendo este indicador em terreno negativo.

Quanto a resultados, os dados provisórios disponibilizados pela Associação Portuguesa de Seguradores apontam para um valor global (Vida + Não Vida) de aproximadamente 346 milhões de euros, o que representa uma descida de cerca de 25,7% face aos 466 milhões de euros conseguidos no ano anterior.

Esta diminuição resulta da *performance* menos positiva do segmento Vida, cujo resultado da conta técnica baixou praticamente 45%, de 361 milhões de euros no ano 2018 para 197 milhões em 2019.

Já a conta técnica da componente Não Vida apresentou uma melhoria, com o resultado a subir 34,6%, alcançando cerca de 193 milhões de euros frente a 144 milhões no ano anterior.

Tal melhoria reflete uma descida do rácio combinado de 1,3 pontos percentuais, o qual se situou abaixo da fasquia dos

100%, mais concretamente em 99,4%. Nesta evolução favorável são de destacar dois contributos positivos e um negativo:

- melhoria de 2,7 pontos percentuais em Automóvel (103,6% em 2019 contra 106,3% no ano anterior);
- melhoria de 11,6 pontos percentuais em Incêndio e Outros Danos (86,1% em 2019 contra 97,7% em 2018);
- agravamento significativo em Acidentes de Trabalho em quase 6 pontos percentuais, de 107,6% no ano passado para 113,4% este ano, um nível preocupante que volta a colocar o ramo numa situação pouco sustentável, não apenas pelo significado do seu valor absoluto, mas também porque inverteu a tendência que se vinha a verificar nos últimos anos após a intervenção do supervisor.

Na caracterização setorial, cabe ainda uma referência ao nível de solvência, não fosse este um dos indicadores mais importantes da atividade seguradora.

Não estão disponíveis os dados com referência ao encerramento do exercício, mas ao fecho do terceiro trimestre, de acordo com uma publicação da Associação Portuguesa de Seguradores, apesar de um aumento do Ativo, os Fundos Próprios elegíveis desciam em resultado de um aumento proporcionalmente maior do Passivo.

Por essa razão, o rácio de cobertura do requisito de solvência era de 168,7%, apenas um pouco abaixo dos 171,9% ao fecho do ano 2018, mas já significativamente menor do que os 181,8% que se verificavam no fecho do terceiro trimestre desse ano. A descida mais acentuada verificava-se no conjunto das companhias Vida, enquanto as Mistas o mantinham praticamente inalterado e as Não Vida até o reforçavam um pouco.

GRÁFICO 7 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2019 (milhões €)

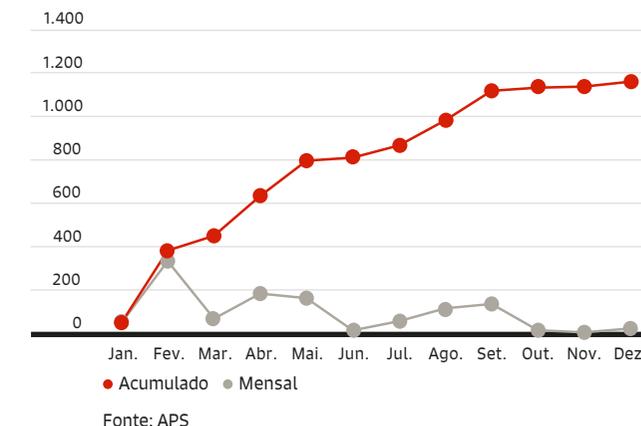
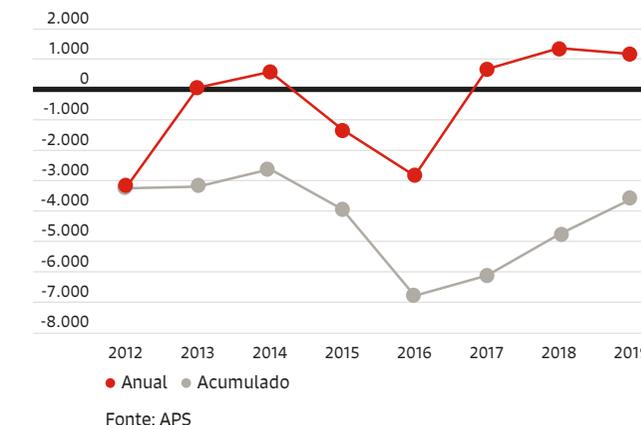


GRÁFICO 8 | Evolução do fluxo técnico do ramo Vida 2012-2019 (milhões €)



3 ATIVIDADE DA EMPRESA

A generalidade dos segmentos de negócio cumpriu ou superou o previsto no plano orçamental e apresentou crescimentos em relação ao ano anterior, verificando-se apenas em Acidentes de Trabalho uma erosão maior, absolutamente necessária para continuar a garantir o desígnio da rentabilidade.



Ao longo do ano 2019, foi desenvolvida uma vasta atividade pelas diversas áreas da empresa de forma a responder aos objetivos definidos como pilares do plano estratégico: crescer com rentabilidade, desenvolver a rede de distribuição e investir na cultura e no talento humano.

Estes pilares não representam uma rutura com os últimos dois anos – pelo contrário, afirmam uma estratégia de continuidade, adotada na sequência dos resultados positivos obtidos ao longo desse período.

Sendo assim, de forma coerente com os objetivos, as tarefas através das quais se concretizou a implementação do plano estratégico apresentaram também uma característica de continuidade.

Nesse contexto, no âmbito do crescimento, dedicou-se uma atenção especial ao desenvolvimento de um conjunto de ramos, estabelecidos como estratégicos, como são os casos de Automóvel e de Incêndio e Outros Danos, nos quais se incluem os Multirriscos Habitação, Comércio e Indústria.

No caso concreto do Automóvel, a preocupação por assegurar a rentabilidade teve um efeito algo limitador sobre o crescimento do volume de prémios, como consequência das rigorosas medidas de subscrição e da decisão de saneamento de um ou outro negócio especial. Ainda assim, foi possível encerrar o ano em terreno positivo, com um incremento de 1,2% em relação ao ano anterior, assente na dinâmica do último semestre que permitiu compensar o decréscimo dos primeiros meses nos quais o processo de saneamento teve um impacto maior.

Já no que respeita a Incêndio e Outros Danos, a evolução foi bastante favorável, tendo-se conseguido consolidar o volume de negócios e acentuar o crescimento que já se tinha verificado nos anos anteriores, alcançando 13,8%, uma *performance* amplamente superior ao conjunto do mercado.

No seu conjunto, o incremento dos ramos estratégicos (Automóvel, Incêndio e Outros Danos), atingiu os 5,5%, percentagem próxima da do mercado.

Neste segmento de negócio, embora todos os canais de distribuição tenham contribuído positivamente, importa destacar a alavancagem proporcionada pelo canal da Banca e Acordos de Distribuição que voltou a apresentar um crescimento bastante sólido.

No seu conjunto, o incremento destes ramos, que apelidamos de estratégicos (Automóvel, Incêndio e Outros Danos), atingiu os 5,5%, percentagem próxima da do mercado.

Para além dos ramos referidos, um outro – Acidentes de Trabalho – tem uma presença significativa na carteira

da companhia. Quanto a este, privilegiou-se também a componente da rentabilidade, mais uma vez na senda dos últimos dois anos, de tal maneira que voltou a ser objeto de saneamento de algumas apólices de certo valor, motivo pelo qual fechou o ano com um decréscimo de 21,4% dos prémios, facto que acabou por impactar no volume de prémios emitidos na globalidade dos ramos Não Vida.

De entre os restantes ramos, gostaríamos de mencionar a boa evolução dos de Doença e de Responsabilidade Civil, com crescimentos robustos, superiores a dois dígitos,

de 15,3% e 23,9% respetivamente, ambos bastante acima do conjunto do mercado.

Globalmente, o volume de prémios Não Vida alcançou os 97,08 milhões de euros, correspondente a um crescimento de 0,9%. A generalidade dos segmentos de negócio cumpriu ou superou o previsto no plano orçamental e apresentou crescimentos em relação ao ano anterior, verificando-se apenas em Acidentes de Trabalho uma erosão maior, a qual, como mencionado, acabou por impactar na *performance* global, mas foi absolutamente necessária para continuar a garantir o desígnio da rentabilidade.

99,5%

Rácio combinado de Automóvel

97,5%

Rácio combinado de Acidentes de Trabalho

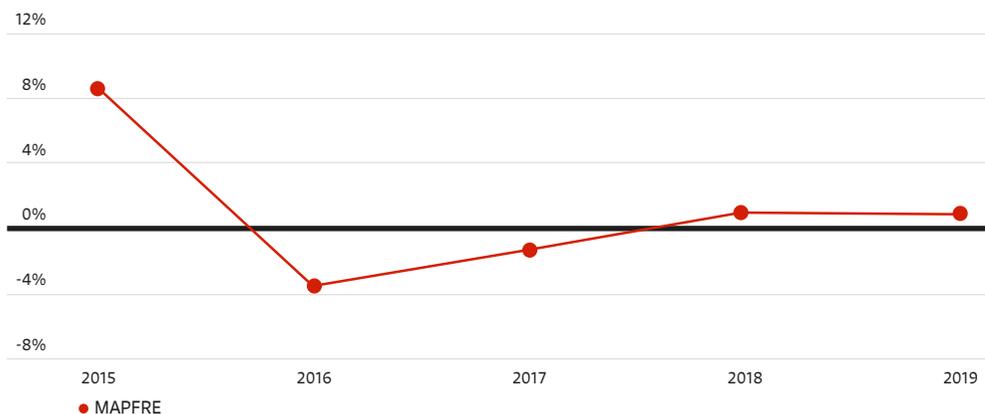
+23,9%

Crescimento Prémios – Responsabilidade Civil

97,1%

Rácio combinado global Não Vida

GRÁFICO 9 | Taxa de crescimento – vendas Não Vida

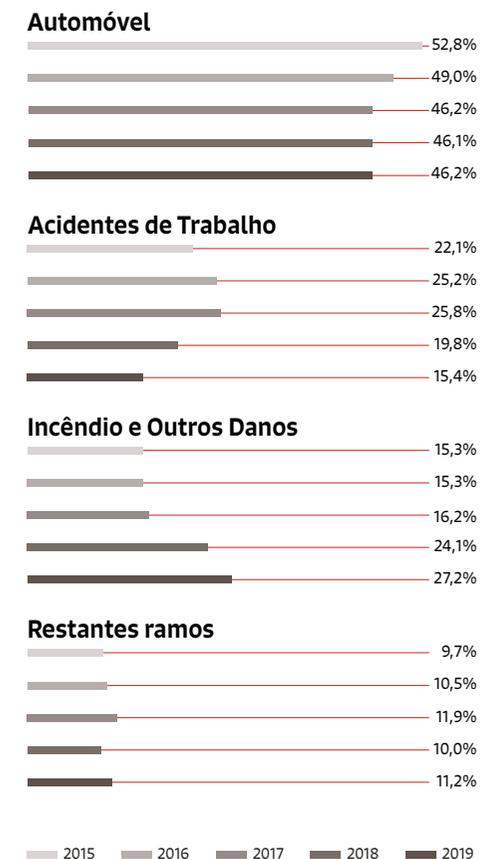


A composição da carteira, conforme desejado, apresenta um peso menor dos ramos obrigatórios de Automóvel e Acidentes de Trabalho, em favor da representatividade dos restantes, com relevância para Incêndio e Outros Danos que já representa mais do que uma quarta parte da carteira total.

Como corolário destes movimentos, a composição da carteira, conforme desejado, apresenta atualmente um peso menor dos ramos obrigatórios de Automóvel e Acidentes de Trabalho, em favor da representatividade dos restantes, com especial relevância para o caso de Incêndio e Outros Danos que já representa um pouco mais do que uma quarta parte da carteira total e supera mesmo Acidentes de Trabalho.

No que diz respeito à rentabilidade, atingiu-se um resultado depois de impostos de 5,51 milhões de euros, com um incremento implícito de 22,4% quando comparado com os 4,50 milhões de euros do ano anterior que excluem o efeito da mais-valia resultante da venda do edifício da sede que ocorreu nesse ano e que foi uma operação de caráter eminentemente não recorrente. Este resultado possibilitou que fosse atingido um ROE de 6,6%, um pouco superior ao do ano anterior (mais uma vez sem considerar o efeito da venda do edifício sede).

GRÁFICO 10 | Estrutura da carteira Não Vida MAPFRE



Ainda no âmbito da rentabilidade e analisando-a do ponto de vista do rácio combinado, fica bem evidente o contributo determinante da componente técnica para o resultado obtido, facto que nos apraz registar, uma vez que corporiza o sucesso da estratégia delineada.

Com efeito, o rácio combinado global de Não Vida situou-se em 97,1%, incorporando uma melhoria de 1,1 pontos percentuais, dando assim continuidade à tendência iniciada no ano anterior e consolidando-se num nível que reflete uma adequada e sólida suficiência técnica do negócio subscrito.

Destaca-se neste aspeto o rácio de 97,5% do ramo de Acidentes de Trabalho que, em tempos não muito distantes, se constituía num fator de preocupação e que, pelo segundo ano consecutivo, fruto da forte intervenção no saneamento da carteira ocorrida ao longo do período, se situou claramente dentro do limiar da suficiência técnica e bem longe dos preocupantes 113,4% estimados para o conjunto do mercado, segundo os dados provisórios da Associação Portuguesa de Seguradores.

Também merece referência o rácio de 99,5% de Automóvel, na medida em que representa a entrada na faixa da suficiência técnica após quatro anos consecutivos de melhoria e porque compara bastante favoravelmente com o de 103,6% previsto para o mercado (gráfico 11).

Quanto ao balanço, o exercício encerrou com um reforço de 17,3 milhões de euros do capital próprio, o qual alcançou 92,5 milhões de euros. O volume de ativos situou-se em 252

milhões de euros (225,3 milhões de euros no ano anterior) enquanto o passivo se fixou em 159,3 milhões de euros (150,2 milhões de euros ano anterior).

No que concerne aos instrumentos financeiros, os quais constituem a maior fatia dos ativos, não se verificou qualquer alteração relevante na política da companhia, a qual continuou a privilegiar a prudência, mantendo uma composição assente em títulos de dívida pública e *corporate* (gráfico 12).

Dado o cenário de baixas taxas de juro que se vem a verificar desde há alguns anos e que se acentuou ao longo de 2019, a carteira de ativos financeiros observou um aumento significativo da sua valorização, apresentando atualmente mais-valias potenciais superiores a 22 milhões de euros, das quais praticamente 12 milhões foram gerados no exercício de 2019.

A vertente menos positiva associada a tal entorno foi uma descida da rentabilidade corrente de 2,7% no ano anterior para 2,6% este ano, ainda assim relativamente residual em função da estabilidade da carteira e da estrutura de longo prazo dos títulos que a compõem.

Em consequência dos movimentos de compras e vendas derivados da normal gestão das carteiras, efetuados com o objetivo único de garantir a adequada cobertura dos passivos, realizaram-se 1,35 milhões de euros de mais-valias que elevaram a rentabilidade total obtida para 3,6% (3,2% no ano 2018).

22 M€

Mais-valias potenciais da carteira de ativos

Não podemos terminar a abordagem aos indicadores financeiros fundamentais sem deixar uma referência ao nível de solvência da empresa (gráfico 14).

Não tendo existido qualquer alteração significativa do perfil de risco, tanto no que respeita aos riscos de seguros propriamente ditos como aos riscos de mercado associados aos ativos em carteira, e tendo ocorrido a retenção dos resultados líquidos do ano anterior, bem como o incremento das mais-valias potenciais dos ativos financeiros aludida anteriormente, factos que contribuíram para o reforço dos capitais próprios, o rácio de cobertura do requisito de solvência (SCR) subiu 73 pontos percentuais, sendo atualmente de 331%.

Importa ainda destacar que os fundos próprios afetos a tal cobertura são na sua totalidade de qualidade máxima (*tier 1*), uma marca ímpar no mercado e que constitui uma base sólida para o desenvolvimento da atividade da empresa e suficientemente capaz de suportar os mais exigentes *stresses* que possam surgir por alterações no enquadramento económico e setorial.

GRÁFICO 11 | Rácios combinados MAPFRE

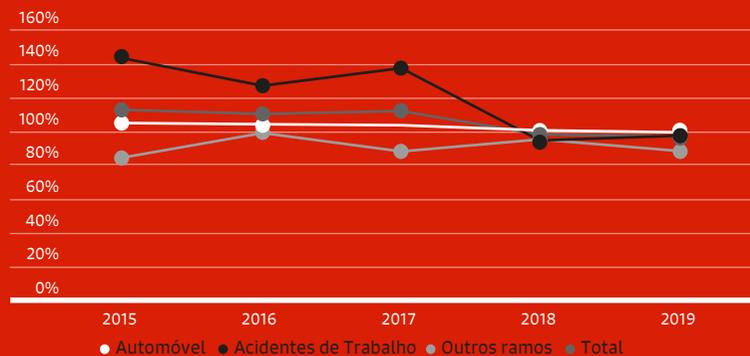


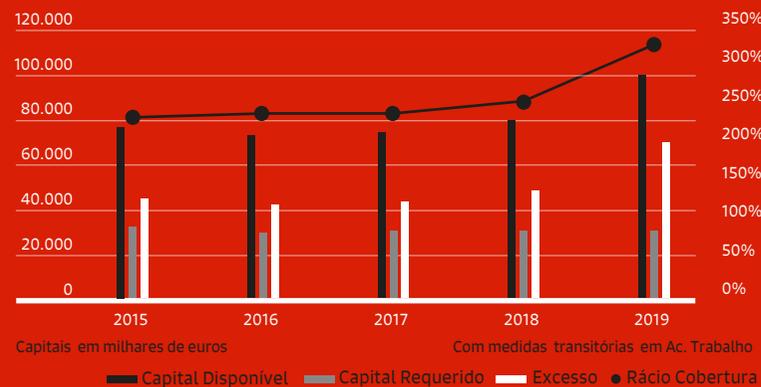
GRÁFICO 12 | Estrutura da carteira Ativos Financeiros e Depósitos Bancários



GRÁFICO 13 | Rentabilidade da carteira Ativos Financeiros e Depósitos Bancários



GRÁFICO 14 | Rácio de solvência



Ao nível de gestão da exposição ao risco, a empresa manteve um quadro de indicadores sobre os quais realiza uma monitorização trimestral, cujos níveis no final do ano se encontram dentro das margens aceitáveis, conforme resumo do quadro 3.

QUADRO 3

| Categoria de risco | Indicadores chave de risco | Periodicidade | Limites de risco | | | MSG | |
|---------------------------|--|---------------|--------------------------------|---------------|-----------|---|--------------------------------------|
| | | | | | | Período de avaliação anterior (12-2018) | Avaliação do período atual (12-2019) |
| Solvência | Rácio Solvência II | Trimestral | > 130 % | 130 % - 110 % | < 110 % | 258% | 331% |
| Risco de Contraparte | Contrapartes com <i>rating</i> superior ou igual a "BBB" (sem depósitos) | Trimestral | ≤ 15 % | 15 % - 20 % | > 20 % | 0 | 0 |
| | Contrapartes com <i>rating</i> inferior a "BBB" (sem depósitos) | Trimestral | ≤ 5 % | 5 % - 10 % | > 10 % | 0 | 0 |
| | Contrapartes bancos e entidades financeiras (com depósitos) | Trimestral | Sem superar limites anteriores | | > 25 % | 0 | 0 |
| | Exposição global de contrapartes sem <i>rating</i> ou <i>rating</i> inferior a "BBB" | Trimestral | ≤ 50 % | | > 50 % | 3,6% | 7,7% |
| Outros riscos financeiros | Alavancagem Financeira | Trimestral | ≤ 25 % | 25 % - 35 % | > 35 % | Não se aplica | Não se aplica |
| | Cobertura de pagamentos por juros financeiros | Trimestral | ≥ 10 vezes | 10 - 6 vezes | < 6 vezes | Não se aplica | Não se aplica |
| | Rácio de Liquidez | Trimestral | > 125 % | 125 % - 105 % | < 105 % | 1.348% | 1.380% |

Num plano qualitativo, resumem-se de seguida os aspetos mais significativos da atividade desenvolvida pelas diversas áreas da empresa e respetivos contributos para a consecução do plano estratégico e para os resultados alcançados.

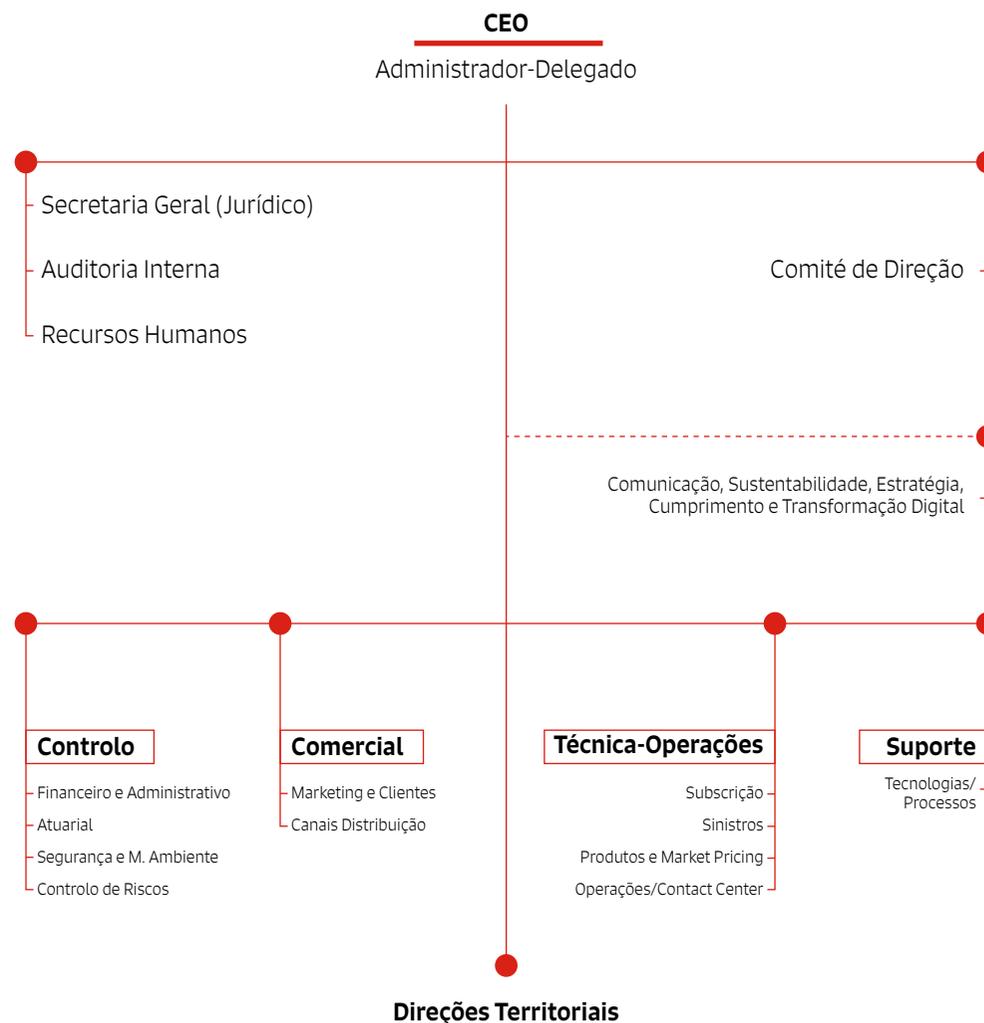
A primeira nota vai para a transferência dos serviços centrais para as novas instalações em Miraflores, na sequência da venda do edifício da Rua Castilho, em Lisboa, no segundo semestre do ano anterior.

Este processo exigiu um esforço adicional de várias áreas, com especial destaque para as de Logística e Compras, Segurança e Meio Ambiente, Tecnologias e Recursos Humanos, as quais formaram uma equipa coesa que conseguiu minimizar o impacto na vertente operativa e na motivação dos colaboradores. De facto, o processo decorreu num curto espaço de tempo e sem sobressaltos, tendo sido extremamente bem valorado por todos

e sendo bastante positivo o sentimento dos colaboradores em relação às condições de trabalho disponibilizadas nas novas instalações.

A segunda nota vai para a estrutura organizativa, que não sofreu alterações, mantendo-se semelhante à do ano anterior, uma vez avaliado o seu perfeito enquadramento na estratégia e cultura da empresa, atenta também à conveniência de manter uma estabilidade capaz de ajudar à consistência das diversas atividades.

Note-se que, tal como vem acontecendo há alguns anos, por questões de sinergias na gestão do negócio e na eficiência operativa, a organização é comum à atividade Não Vida, gerida pela MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e à atividade Vida, tutelada pela MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., detida a 100% pela anterior. O diagrama seguinte traduz essa estrutura:



Comercialmente, deu-se continuidade ao esforço de desenvolvimento dos canais de distribuição, privilegiando a Rede Própria e a área de Banca e Acordos. No primeiro caso, verificou-se um reforço significativo, atingindo-se a cifra de 90 Lojas Delegadas (Agentes Exclusivos com Loja), 101 APM (Agentes Exclusivos sem Loja) e 34 APE (Agentes Profissionais Específicos Vida). Quanto à Banca e Acordos, importa relevar em especial o desenvolvimento das parcerias com os bancos Bankinter e CTT, ambas com crescimentos bastante interessantes.

A área de Marketing e Clientes centrou os seus esforços no desenvolvimento do plano de fidelização "Cuidamos de Ti", cuja primeira fase foi implementada e se constituiu num marco da empresa pela forma como construiu a segmentação de clientes e aplicou benefícios diferenciais em função da mesma.

Como se depreende dos comentários que realizámos a propósito dos indicadores quantitativos, nomeadamente em relação às variáveis de Prémios e Rácios Combinados, a Área Técnica realizou um trabalho especialmente assertivo no controlo da subscrição e investiu bastante na gestão de sinistros com o objetivo de melhorar os custos médios e, assim,

contribuir para a melhoria da sinistralidade. Por outro lado, procedeu a uma reorganização do Departamento de Operações e Contact Center, no sentido de obter uma maior eficiência da vertente operativa e da qualidade no atendimento aos clientes.

Por sua vez, além da participação no processo de transferência das instalações, a Área de Tecnologias, como não poderia deixar de ser nos dias de hoje, teve um papel fundamental no correto funcionamento dos sistemas informáticos e na construção das mais variadas soluções de *software* requeridas pelas áreas funcionais para melhorar a relação com clientes e agentes, bem como para aumentar a eficiência através de automatismos e processos mais robustos e fiáveis. Já na parte final do ano, teve lugar um processo de substituição do parque informático adstrito aos colaboradores que, assim, passaram a trabalhar em modernos computadores pessoais, equipados com os sistemas operativos e as aplicações mais atuais.

Na Área de Controlo, para lá da gestão corrente da Contabilidade e da Tesouraria e do labor da Logística e Compras em relação à transferência de instalações, cabe destacar o contributo cada vez mais importante do departamento Atuarial na resposta às demandas derivadas de suporte especializado à gestão técnica da Companhia.

De entre as tarefas que levou a cabo, cumpre mencionar o cálculo estatístico das provisões complementares de sinistros e o desenvolvimento de modelos de renovação da carteira para os ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho com o triplo objetivo de maximizar prémios, fidelizar clientes e garantir um rácio combinado adequado.

Ainda no âmbito da Área de Controlo, convém referir a atividade de dois outros departamentos especializados: o de Gestão de Risco e Controlo Interno, que levou a cabo a monitorização dos indicadores de risco, coordenou a observância pelas diversas áreas dos padrões de risco estabelecidos na política de apetite ao risco e implementou as adaptações à Política de Branqueamento de Capitais com inclusão de novos controlos; e o de Segurança e Meio Ambiente que, além do labor na adaptação em termos de segurança das novas instalações, efetuou um seguimento dos pontos ainda em aberto no RGPD (Regime Geral de Proteção de Dados) e tratou de coordenar a implementação por parte de todas as áreas dos padrões de segurança e de práticas ambientais requeridas no âmbito corporativo do grupo MAPFRE.

Um dos pilares das boas práticas encontra-se na Unidade de Auditoria Interna que, mais uma vez, realizou um trabalho independente, continuando a constituir-se num fator acrescido de segurança no contexto da atividade. No âmbito conjunto dos segmentos Não Vida e Vida, no qual esta unidade desenvolve o seu trabalho, formulou 53 recomendações, sendo 44 classificadas de grau médio e 9 de grau alto. Este ano, destaca-se o impulso na implementação das recomendações pendentes, cuja percentagem acumulada ao longo dos anos subiu de menos de 81% ao fecho do ano anterior para 85% no encerramento de 2019.

191

Agentes Exclusivos

34

Agentes Profissionais Específicos Vida

Por fim, não podemos deixar de realçar a excelente colaboração de todo o quadro de Recursos Humanos que estava constituído no final do ano por 229 pessoas, uma redução de 9 efetivos em relação ao ano anterior. Verificava-se a predominância do género feminino, cuja representatividade atingiu os 55%, e registava-se uma média de idades de 45,2 anos (mais um do que no ano anterior) e uma antiguidade média de 16,1 anos (mais 1,5 do que no ano anterior). Em termos de formação, investiu-se um total de 8.688 horas (das quais, aproximadamente 20% via *e-learning*), correspondentes a uma média de 38 horas por colaborador. De entre as ações de formação levadas a cabo, assume particular importância a que se dirigiu a colaboradores com funções de chefia, sendo uma aposta

na capacitação de recursos com responsabilidades de gestão de forma a criar as melhores condições para o desenvolvimento profissional das equipas e, por consequência, para a melhoria da *performance* global da empresa.

Como tem sido apanágio desde há vários anos, verificou-se a participação de muitas pessoas em várias ações de voluntariado e responsabilidade social, dinamizadas a partir da Área de Recursos Humanos e do Voluntariado Corporativo MAPFRE, o que nos apraz registar na medida em que consubstanciam o carácter solidário que faz parte dos princípios empresariais do Grupo MAPFRE.

“*Verificou-se a participação de muitas pessoas em ações de voluntariado e responsabilidade social (...) o que nos apraz registar na medida em que consubstanciam o carácter solidário que faz parte dos princípios empresariais do Grupo MAPFRE.*”

85%

Recomendações implementadas em Auditoria Interna

38 Horas

Formação por colaborador

4 PERSPETIVAS PARA O FUTURO

A intervenção estratégica realizada no final do ano 2017 revelou-se desde aí bastante adequada, pois os objetivos estabelecidos e as ações implementadas permitiram uma inversão do ciclo de resultados, como relatado nos pontos anteriores.

Uma vez implementadas as ações mais difíceis, nomeadamente as relacionadas com o saneamento da carteira, estão criadas as condições para, mantendo os mesmos princípios orientadores, entrar num ciclo de consolidação da rentabilidade e de crescimento do negócio, contando para tal com a forte capitalização da empresa, aspeto também mencionado anteriormente.

Assim, no horizonte temporal mais próximo, a atividade continuará a ser norteada por uma estratégia muito similar, baseada em:

- crescimento do volume de negócios com rentabilidade, apostando especialmente no ramo Automóvel e nos Multirriscos Habitação,

Comércio e Indústria que fazem parte do ramo de Incêndio e Outros Danos;

- exploração mais assertiva do segmento de empresas;
- desenvolvimento com reforço da rede própria de mediadores e dos acordos de distribuição;
- contenção de gastos;
- promoção do talento através das políticas de Recursos Humanos.

Com a implementação das mais diversas ações tendentes à consecução destes objetivos, é nossa expectativa continuar a apresentar um resultado líquido amplamente positivo, bem como um balanço sólido.

No entanto, no seguimento dos acontecimentos mais recentes já em 2020, e apesar de ainda não ser possível antever, a esta data, a evolução à escala mundial da epidemia desencadeada pela COVID-19, que teve início em dezembro de 2019

na China, é provável que a mesma venha a ter repercussões sobre a atividade da Companhia em 2020, cujo impacto não é ainda possível quantificar. A Companhia ativou o seu Plano de Continuidade de Negócio tendo em vista a adoção de medidas internas que possam minimizar as consequências desta epidemia.

Dado que não se preveem alterações significativas no perfil de risco, o elevado nível de solvência atual será, certamente, capaz de suportar qualquer *stress* que possa advir da situação acima referenciada.

O Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

Assim, em síntese, encaramos o futuro de forma confiante e comprometida com os nossos clientes e o setor, bem como com o sentimento de capacidade para responder aos desafios resultantes da velocidade dos acontecimentos nos dias de hoje.

.5 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA

Capital Social

O capital social da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é de 33.108.650 euros, constituído por 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros cada uma, detidas integralmente pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., não tendo havido qualquer alteração em relação ao ano anterior.

Modelo de Governo

Em traços gerais, a estrutura de governo incorpora, dentro do possível e tendo em conta a dimensão da seguradora, os modernos princípios e recomendações de transparência e eficiência do governo societário contidos, nomeadamente, nas alterações ao *Código das Sociedades Comerciais*, através do Decreto-Lei n.º 185/2009 de 12 de agosto, no Decreto-Lei n.º 2/2009, de 5 de janeiro, na Norma Regulamentar n.º 5/2010 de 1 de abril e na Circular n.º 5/2009, de 19 de fevereiro, ambas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Neste âmbito, adota uma estrutura de administração e fiscalização que compreende os seguintes órgãos:

- **Assembleia Geral** – cuja mesa é composta por um Presidente e um Secretário;

- **Conselho de Administração** – composto por quatro a dezoito membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de quatro anos, renováveis, que designam o seu Presidente e um Vice-Presidente, sendo que os poderes de gestão delegável, nos termos da lei, são atribuídos a um Administrador Delegado por ata do próprio Conselho de Administração;

- **Conselho Fiscal** – composto por três membros efetivos, um dos quais é o Presidente, e um Suplente, sendo que pelo menos um dos membros efetivos deverá possuir um curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente, nos termos definidos no *Código das Sociedades Comerciais*;

- **Revisor Oficial de Contas** – função confiada a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, eleita pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Fiscal.

Eventuais alterações estatutárias são sujeitas à aprovação em Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração.

De acordo com os estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade e nomeadamente:

- cooptação de administradores;
- pedido de convocação de assembleias-gerais;
- relatórios e contas anuais;
- aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- modificações importantes na organização da Sociedade;

- i) estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- k) qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do Conselho.

O Conselho de Administração reúne-se obrigatoriamente uma vez por trimestre e delega a gestão dos negócios correntes da Sociedade num Administrador Delegado, encontrando-se os poderes delegados, bem como os poderes de gestão corrente, expressos em ata.

Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

A política de remunerações dos membros dos Conselhos de Administração das sociedades que conformam o Grupo MAPFRE é estabelecida pelo Conselho de Administração da MAPFRE, S.A., segundo as propostas que lhe são apresentadas pelo Comité de Nomeações e Retribuições, órgão delegado daquele Conselho de Administração.

Nos termos do relatório apresentado na Assembleia Geral da MAPFRE, S.A., de 3 de fevereiro de 2010, e atentas as especificidades dos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.,

cabe mencionar que os administradores executivos, quando auferem remunerações por via do desempenho em exclusivo dessas funções, auferem-nas nos termos em que as mesmas se encontram estabelecidas nos seus contratos, que incluem salário fixo, incentivos de quantia variável vinculados aos resultados e após apurados os resultados de exercício, seguros de vida e invalidez e outras compensações estabelecidas com carácter geral para o pessoal da entidade.

No Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., atualmente composto por oito membros, há que distinguir os administradores não executivos dos executivos:

- a) existe um administrador executivo – o Administrador Delegado – que auferem remuneração por esta qualidade e que é divulgada nos termos legalmente exigíveis;
- b) os restantes administradores não são executivos, sendo que três deles, incluindo o seu Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE;
- c) de acordo com o que se encontra deliberado na Ata n.º 34 da Assembleia Geral, de 12 de setembro de 2005, a retribuição dos membros não executivos

não pertencentes ao quadro de outras sociedades do grupo MAPFRE das quais recebam retribuição consiste numa retribuição fixa anual que é divulgada nos termos legais;

- d) foi ainda deliberado nessa Assembleia Geral que, até deliberação que venha a estabelecer diferentemente, essa retribuição fixa anual será atualizada para os exercícios posteriores pela aplicação da percentagem que se vier a estabelecer para as retribuições salariais do pessoal, tendo sido estabelecido de forma diferente por ata da Assembleia Geral de 27 de março de 2018;
- e) deliberou-se também nessa Assembleia Geral que todos os membros do Conselho de Administração serão compensados pelas despesas de deslocação e outras que realizem em função da sua presença nas reuniões.

No Conselho Fiscal da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., os respetivos membros, incluindo o suplente, apenas auferem uma remuneração única pelo desempenho dessas funções na Sociedade MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., nos termos que se encontram estabelecidos na Ata n.º 42, de 14 de março de 2008, da Assembleia Geral desta Sociedade (com as atualizações decorrentes das Atas n.ºs 45 e 55, respetivamente de 18 de março de 2009 e de 25 de setembro de 2014) e que são divulgados, do mesmo modo, de acordo com as exigências legais.

.6 AGRADECIMENTOS

Num contexto que exige um nível de serviço cada vez mais elevado, cabe-nos agradecer a confiança dos clientes, a agilidade dos colaboradores, o contributo dos resseguradores e fornecedores, a independência dos auditores e a colaboração de diversas pessoas e entidades.



A atividade desenvolvida num contexto que ano após ano se apresenta mais complexo, exigindo uma grande agilidade e um nível de serviço cada vez mais elevado, não teria sido possível sem a colaboração de muitas pessoas e várias entidades, a quem deixamos um agradecimento sincero.

Permitimo-nos mencionar em primeiro lugar os nossos clientes, pois é na sua confiança que reside a nossa razão de existir.

Não podemos deixar de destacar também a nossa equipa de colaboradores – empregados e mediadores – por, de uma forma direta, nos ajudarem a chegar junto dos clientes e a prestar-lhes o melhor serviço.

Uma referência também para o contributo importante da parte dos nossos resseguradores e dos fornecedores dos serviços gerais.

Realçamos ainda o trabalho independente e as aportações sempre úteis da parte do Conselho Fiscal e dos Auditores Externos.

Finalmente, uma nota para a ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e para a APS – Associação Portuguesa de Seguradores, não só pela colaboração para connosco, mas também pelo contributo para a credibilização e o bom funcionamento do setor.

Muito obrigado a todos!

.7 APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 5.514.502,36 €, seja destinado, um ano mais, ao reforço dos capitais próprios, da seguinte forma:

- Reserva Legal: 551.450,24 €
- Reservas Livres: 4.963.052,12 €

Lisboa, 19 de março de 2020

O Conselho de Administração

José Manuel Inchausti Pérez
(Presidente)

Juan Fernández Palacios
(Vice-Presidente)

Luis Anula Rodriguez
(Vogal/Administrador Delegado)

José Manuel Inchausti Pérez
em representação de:
Andrés Jiménez Herradón
(Vogal)

José Manuel Inchausti Pérez
em representação de:
António Luís de Azevedo Portela
(Vogal)

José Manuel Inchausti Pérez
em representação de:
Javier del Río Martín
(Vogal)

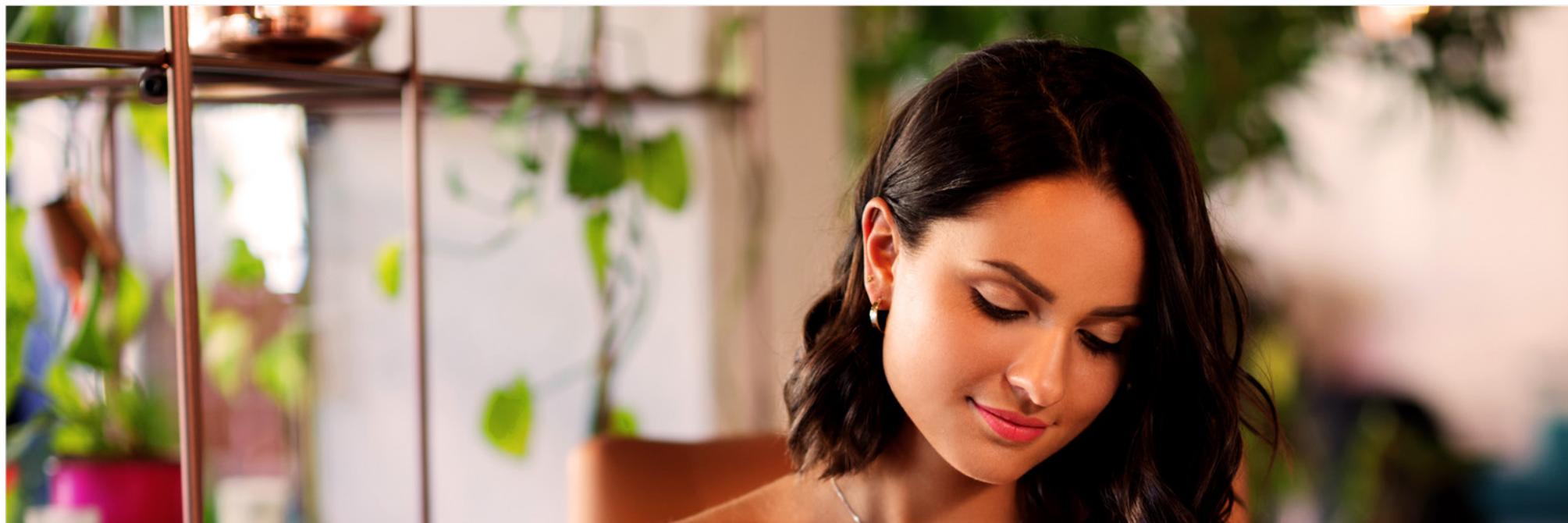
Miguel Pedro Caetano Ramos
(Vogal)

Antonio Nuñez Tovar
(Vogal)

O Secretário

Pedro Ribeiro e Silva

*No exercício atual, assim como no anterior,
não foram distribuídos dividendos aos acionistas.*



3

contas
anuais 2019

| Notas do anexo | Demonstração da posição financeira | Exercício 2019 | | Exercício anterior (2018) | |
|----------------|--|----------------|--|---------------------------|----------------|
| | | Valor bruto | Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos | | Valor líquido |
| ATIVO | | | | | |
| 3 | Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 4.808.485,37 | | 4.808.485,37 | 6.470.507,82 |
| 4 | Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 21.000.000,00 | | 21.000.000,00 | 21.000.000,00 |
| | Ativos financeiros detidos para negociação | | | - | - |
| | Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas | | | - | - |
| | Derivados de cobertura | | | - | - |
| 5 | Ativos financeiros disponíveis para venda | 165.880.437,28 | | 165.880.437,28 | 152.430.294,95 |
| | Empréstimos concedidos e contas a receber | | | - | - |
| | Depósitos junto de empresas cedentes | | | - | - |
| | Outros depósitos | | | - | - |
| | Empréstimos concedidos | | | - | - |
| | Contas a receber | | | - | - |
| | Outros | | | - | - |
| | Investimentos a deter até à maturidade | | | - | - |
| 6 | Terrenos e edifícios | 10.706.418,62 | 4.937.577,92 | 5.768.840,70 | 5.981.950,25 |
| | Terrenos e edifícios de uso próprio | 9.790.722,54 | 4.525.933,53 | 5.264.789,01 | 5.466.153,52 |
| | Terrenos e edifícios de rendimento | 915.696,08 | 411.644,39 | 504.051,69 | 515.796,73 |
| 7 | Outros ativos tangíveis | 5.468.963,06 | 3.507.332,69 | 1.961.630,37 | 342.628,05 |
| | Inventários | | | - | - |
| 8 | Ativos sob direito de uso | 2.735.098,08 | 414.332,28 | 2.320.765,80 | - |
| | Goodwill | | | - | - |
| 9 | Outros ativos intangíveis | 6.359.434,33 | 5.141.633,36 | 1.217.800,97 | 1.147.812,91 |

(Continua)

| Notas do anexo | Demonstração da posição financeira | Exercício 2019 | | Exercício anterior (2018) | |
|-----------------------|--|-----------------------|--|---------------------------|-----------------------|
| | | Valor bruto | Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos | | Valor líquido |
| 10 | Provisões técnicas de resseguro cedido | 31.417.852,39 | | 31.417.852,39 | 25.090.057,89 |
| | Provisão para prémios não adquiridos | 7.962.583,14 | | 7.962.583,14 | 6.782.229,63 |
| | Provisão matemática do ramo vida | | | - | - |
| | Provisão para sinistros | 23.455.269,25 | | 23.455.269,25 | 18.307.828,26 |
| | Provisão para participação nos resultados | | | - | - |
| | Provisão para compromissos de taxa | | | - | - |
| | Provisão para estabilização de carteira | | | - | - |
| | Outras provisões técnicas | | | - | - |
| 27 | Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo | 205.482,20 | | 205.482,20 | 204.002,18 |
| 11 | Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 17.602.737,76 | 1.079.530,72 | 16.523.207,04 | 12.187.838,07 |
| | Contas a receber por operações de seguro direto | 10.945.691,25 | 1.076.973,36 | 9.868.717,89 | 7.475.230,43 |
| | Contas a receber por operações de resseguro | 66.100,52 | | 66.100,52 | 43.916,33 |
| | Contas a receber por outras operações | 6.590.945,99 | 2.557,36 | 6.588.388,63 | 4.668.691,31 |
| 12 | Ativos por impostos e taxas | 634.279,33 | | 634.279,33 | 408.026,64 |
| | Ativos por impostos correntes | 634.279,33 | | 634.279,33 | 408.026,64 |
| | Ativos por impostos diferidos | | | - | - |
| | Acréscimos e diferimentos | 269.422,75 | | 269.422,75 | 102.293,48 |
| | Outros elementos do ativo | | | - | - |
| | Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas | | | - | - |
| TOTAL DO ATIVO | | 267.088.611,17 | 15.080.406,97 | 252.008.204,20 | 225.365.412,24 |

| | | Euros | |
|----------------------------------|---|-----------------------|---------------------------|
| Notas do anexo | Demonstração da posição financeira | Exercício 2019 | Exercício anterior (2018) |
| PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| PASSIVO | | | |
| 14 | Provisões técnicas | 136.215.439,27 | 132.621.331,68 |
| | Provisão para prémios não adquiridos | 25.487.568,87 | 23.556.854,05 |
| | Provisão matemática do ramo vida | | |
| | Provisão para sinistros | 107.623.616,01 | 105.410.615,69 |
| | De vida | | |
| | De acidentes de trabalho | 52.635.213,18 | 52.918.424,30 |
| | De outros ramos | 54.988.402,83 | 52.492.191,39 |
| | Provisão para participação nos resultados | | |
| | Provisão para compromissos de taxa | | |
| | Provisão para estabilização de carteira | | |
| | Provisão para desvios de sinistralidade | 2.921.226,27 | 2.886.110,61 |
| | Provisão para riscos em curso | 183.028,12 | 767.751,33 |
| | Outras provisões técnicas | | |
| | Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento | | |
| 15 | Outros passivos financeiros | 2.419.680,84 | 11.057,79 |
| | Derivados de cobertura | | |
| | Passivos subordinados | | |
| | Depósitos recebidos de resseguradores | 10.855,33 | 11.057,79 |
| | Passivos de locação | 2.408.825,51 | |
| 27 | Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo | 188.373,33 | 186.637,09 |
| 16 | Outros credores por operações de seguros e outras operações | 7.808.167,66 | 6.082.013,20 |
| | Contas a pagar por operações de seguro direto | 4.570.192,77 | 3.461.783,21 |
| | Contas a pagar por operações de resseguro | 2.151.876,07 | 1.602.122,06 |
| | Contas a pagar por outras operações | 1.086.098,82 | 1.018.107,93 |
| 12 | Passivos por impostos | 9.203.359,00 | 7.197.550,88 |
| | Passivos por impostos correntes | 2.965.864,44 | 4.369.548,24 |
| | Passivos por impostos diferidos | 6.237.494,56 | 2.828.002,64 |
| 17 | Acréscimos e diferimentos | 3.610.847,72 | 3.678.651,40 |
| 18 | Outras provisões | 23.787,09 | 373.787,09 |
| | Outros elementos do passivo | | |
| | Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda | | |
| TOTAL DO PASSIVO | | 159.469.654,91 | 150.151.029,13 |

(Continua)

| | | Euros | |
|---|---|-----------------------|---------------------------|
| Notas do anexo | Demonstração da posição financeira | Exercício 2019 | Exercício anterior (2018) |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| 19 | Capital | 33.108.650,00 | 33.108.650,00 |
| | (Ações próprias) | | |
| | Outros instrumentos de capital | | |
| 20 | Reservas de reavaliação | 29.346.201,55 | 14.112.664,03 |
| | Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | | |
| | Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | 29.346.201,55 | 14.112.664,03 |
| | Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio | | |
| | Por revalorização de outros ativos tangíveis | | |
| | Por revalorização de ativos intangíveis | | |
| | Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa | | |
| | Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira | | |
| | De diferenças de câmbio | | |
| 20 | Reserva por impostos diferidos | (6.602.895,35) | (3.175.349,40) |
| 20 | Outras reservas | 31.172.090,73 | 19.138.967,18 |
| | Resultados transitados | - | - |
| | Resultado do exercício | 5.514.502,36 | 12.029.451,30 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | | 92.538.549,29 | 75.214.383,11 |
| TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | | 252.008.204,20 | 225.365.412,24 |

| Notas do anexo | Conta de ganhos e perdas | Exercício 2019 | | | | Exercício anterior (2018) |
|--------------------|--|----------------|------------------|----------------|----------------|---------------------------|
| | | Técnica Vida | Técnica Não-Vida | Não Técnica | Total | |
| 21 | Prémios adquiridos líquidos de resseguro | 66.540.737,95 | | 66.540.737,95 | 69.272.053,24 | |
| | Prémios brutos emitidos | 97.082.400,49 | | 97.082.400,49 | 96.193.199,85 | |
| | Prémios de resseguro cedido | 29.651.202,25 | | 29.651.202,25 | 25.778.965,82 | |
| | Provisão para prémios não adquiridos (variação) | 2.162.446,40 | | 2.162.446,40 | 3.928.343,55 | |
| | Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) | 1.271.986,11 | | 1.271.986,11 | 2.786.162,76 | |
| | Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços | | | | | |
| Anexos 4.1. e 4.2. | Custos com sinistros, líquidos de resseguro | 44.168.793,61 | | 44.168.793,61 | 46.970.935,69 | |
| | Montantes pagos | 47.885.767,50 | | 47.885.767,50 | 49.454.242,24 | |
| 22 | Montante bruto | 58.797.400,53 | | 58.797.400,53 | 57.935.259,11 | |
| | Parte dos resseguradores | 10.911.633,03 | | 10.911.633,03 | 8.481.016,87 | |
| Anexos 3.1. e 3.2. | Provisão para sinistros (variação) | (3.716.973,89) | | (3.716.973,89) | (2.483.306,55) | |
| | Montante bruto | 1.430.467,10 | | 1.430.467,10 | 2.960.083,87 | |
| | Parte dos resseguradores | 5.147.440,99 | | 5.147.440,99 | 5.443.390,42 | |
| 23 | Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação) | (549.607,55) | | (549.607,55) | (576.313,01) | |
| | Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação) | | | | | |
| | Montante bruto | | | | | |
| | Parte dos resseguradores | | | | | |
| | Participação nos resultados, líquida de resseguro | | | | | |

(Continua)

| Notas do anexo | Conta de ganhos e perdas | Exercício 2019 | | | | Exercício anterior (2018) |
|----------------|--|----------------|------------------|-------------|---------------|---------------------------|
| | | Técnica Vida | Técnica Não-Vida | Não Técnica | Total | |
| 24 e 26 | Custos e gastos de exploração líquidos | | 20.452.420,67 | | 20.452.420,67 | 21.080.163,63 |
| 25 | Custos de aquisição | | 19.492.313,96 | | 19.492.313,96 | 19.939.005,87 |
| 14 | Custos de aquisição diferidos (variação) | | (231.731,58) | | (231.731,58) | (206.216,01) |
| | Gastos administrativos | | 4.220.515,11 | | 4.220.515,11 | 4.070.041,34 |
| | Comissões e participação nos resultados de resseguro | | 3.028.676,82 | | 3.028.676,82 | 2.722.667,57 |
| 28 | Rendimentos | | 4.373.572,04 | - | 4.373.572,04 | 3.969.520,50 |
| | De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | 4.334.643,04 | | 4.334.643,04 | 3.927.368,50 |
| | De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | | | - | - |
| | Outros | | 38.929,00 | | 38.929,00 | 42.152,00 |
| 29 | Gastos financeiros | | 1.256.944,82 | - | 1.256.944,82 | 1.860.585,71 |
| | De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | 620.095,18 | | 620.095,18 | 401.177,92 |
| | De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | | | | - | - |
| | Outros | | 636.849,64 | - | 636.849,64 | 1.459.407,79 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Notas do anexo | Conta de ganhos e perdas | Exercício 2019 | | | | Exercício anterior (2018) |
|----------------|---|----------------|------------------|-------------|--------------|---------------------------|
| | | Técnica Vida | Técnica Não-Vida | Não Técnica | Total | |
| 30 | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | | 1.346.966,31 | - | 1.346.966,31 | 11.086.698,42 |
| | De ativos disponíveis para venda | | 1.346.966,31 | | 1.346.966,31 | 639.772,11 |
| | De empréstimos e contas a receber | | | | - | - |
| | De investimentos a deter até à maturidade | | | | - | - |
| | De passivos financeiros valorizados a custo amortizado | | | | - | - |
| | De outros | | | | - | 10.446.926,31 |
| | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | | - | - | - | - |
| | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação | | | | - | - |
| | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas | | | | - | - |
| | Diferenças de câmbio | | | | - | - |
| | Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas | | | | - | - |
| 31 | Perdas de imparidade (líquidas de reversão) | | 80.240,13 | - | 80.240,13 | 320.510,86 |
| | De ativos disponíveis para venda | | | | - | - |
| | De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado | | | | - | - |
| | De investimentos a deter até à maturidade | | | | - | - |
| | De outros | | 80.240,13 | | 80.240,13 | 320.510,86 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Notas do anexo | Conta de ganhos e perdas | Exercício 2019 | | | | Exercício anterior (2018) |
|----------------|--|----------------|------------------|----------------|--------------|---------------------------|
| | | Técnica Vida | Técnica Não-Vida | Não Técnica | Total | |
| 32 | Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro | | 21.841,40 | | 21.841,40 | (165.229,26) |
| 33 | Outras provisões (variação) | | | (249.519,11) | (249.519,11) | (714.131,89) |
| 34 | Outros rendimentos/gastos | | | 337.743,25 | 337.743,25 | 148.425,77 |
| | Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas | | | | - | - |
| | Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial | | | | - | - |
| | Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda | | | | - | - |
| | RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS | | 6.874.326,02 | 587.262,36 | 7.461.588,38 | 15.369.717,68 |
| 12 | Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes | | | 1.965.140,05 | 1.965.140,05 | 2.117.445,07 |
| 12 | Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos | | | (18.054,03) | (18.054,03) | 1.222.821,31 |
| | RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 6.874.326,02 | (1.359.823,66) | 5.514.502,36 | 12.029.451,30 |



Os Anexos 3.1. e 3.2. contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

Euros

| Notas do anexo | Demonstração de variações do capital próprio 2019 | Capital social | Reservas de reavaliação | | Outras reservas | | | Resultado do exercício | Total |
|----------------|--|----------------------|--|--------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|------------------------|----------------------|
| | | | Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | Reserva por impostos diferidos | Reserva legal | Prêmios de emissão | Outras reservas | | |
| | BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2018 (BALANÇO DE ABERTURA) | 33.108.650,00 | 14.112.664,03 | (3.175.349,40) | 4.203.866,86 | 2.979.548,04 | 11.955.552,28 | 12.029.451,30 | 75.214.383,11 |
| | Correções de erros (IAS 8) | | | | | | | | - |
| | Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) | | | | | | | | - |
| | BALANÇO DE ABERTURA ALTERADO | 33.108.650,00 | 14.112.664,03 | (3.175.349,40) | 4.203.866,86 | 2.979.548,04 | 11.955.552,28 | 12.029.451,30 | 75.214.383,11 |
| 20 | Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | | 15.233.537,52 | (3.427.545,95) | | | | | 11.805.991,57 |
| 19 | Aumentos de reservas por aplicação de resultados | | | | 1.202.945,13 | | | (12.029.451,30) | 1.726,03 |
| 27 | Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas | | | | | | 1.946,22 | | 1.946,22 |
| | TOTAL DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO | - | 15.233.537,52 | (3.427.545,95) | 1.202.945,13 | - | 10.830.178,42 | (12.029.451,30) | 11.809.663,82 |
| | Resultado líquido do exercício | | | | | | | 5.514.502,36 | 5.514.502,36 |
| | Distribuição antecipada de lucros | | | | | | | | - |
| | BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2019 | 33.108.650,00 | 29.346.201,55 | (6.602.895,35) | 5.406.811,99 | 2.979.548,04 | 22.785.730,70 | 5.514.502,36 | 92.538.549,29 |

Euros

| Notas do anexo | Demonstração de variações do capital próprio 2018 | Capital social | Reservas de reavaliação | | Outras reservas | | | Resultado do exercício | Total |
|----------------|--|----------------------|--|--------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| | | | Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | Reserva por impostos diferidos | Reserva legal | Prêmios de emissão | Outras reservas | | |
| | BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2017 (BALANÇO DE ABERTURA) | 33.108.650,00 | 15.418.666,02 | (3.237.919,86) | 4.203.866,86 | 2.979.548,04 | 17.272.251,87 | (5.325.541,70) | 64.419.521,23 |
| | Correções de erros (IAS 8) | | | | | | | | - |
| | Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) | | | | | | | | - |
| | BALANÇO DE ABERTURA ALTERADO | 33.108.650,00 | 15.418.666,02 | (3.237.919,86) | 4.203.866,86 | 2.979.548,04 | 17.272.251,87 | (5.325.541,70) | 64.419.521,23 |
| 20 | Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | | (1.306.001,99) | 62.570,46 | | | | | (1.243.431,53) |
| 19 | Aumentos de reservas por aplicação de resultados | | | | | | (5.325.541,70) | 5.325.541,70 | - |
| 27 | Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas | | | | | | 8.842,11 | | 8.842,11 |
| | TOTAL DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO | - | (1.306.001,99) | 62.570,46 | - | - | (5.316.699,59) | 5.325.541,70 | (1.234.589,42) |
| | Resultado líquido do exercício | | | | | | | 12.029.451,30 | 12.029.451,30 |
| | Distribuição antecipada de lucros | | | | | | | | - |
| | BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2018 | 33.108.650,00 | 14.112.664,03 | (3.175.349,40) | 4.203.866,86 | 2.979.548,04 | 11.955.552,28 | 12.029.451,30 | 75.214.383,11 |

| Notas do anexo | Demonstração do rendimento integral | Exercício 2019 | | | Exercício anterior (2018) |
|----------------|---|----------------------|-----------------------|----------------------|---------------------------|
| | | Técnica Vida | Técnica Não-Vida | Não Técnica | |
| | Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados | 11.805.991,57 | | 11.805.991,57 | (1.243.431,53) |
| 20 | Varição da reserva de justo valor dos ativos disponíveis para venda | 15.233.537,52 | | 15.233.537,52 | (1.306.001,99) |
| 20 | Impostos correntes e diferidos | (3.427.545,95) | | (3.427.545,9) | 62.570,46 |
| | Itens que não irão ser reclassificados para a Demonstração de Resultados | 1.946,22 | | 1.946,22 | 8.842,11 |
| 27 | Varição de desvios atuariais reconhecidos nas reservas | 1.946,22 | | 1.946,22 | 8.842,11 |
| | Outro rendimento integral do exercício depois de impostos | 11.807.937,79 | | 11.807.937,79 | (1.234.589,42) |
| | Resultado líquido do exercício | 6.874.326,02 | (1.359.823,66) | 5.514.502,36 | 12.029.451,30 |
| | TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO | 18.682.263,81 | (1.359.823,66) | 17.322.440,15 | 10.794.861,88 |

17,3 M€ **+60%**
 Rendimento integral do exercício Variação 2018/2019

| Notas do anexo | Fluxo de caixa | Exercício 2019 | |
|----------------|---|-----------------------|---------------------------|
| | | Exercício 2019 | Exercício anterior (2018) |
| | ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| | Prémios recebidos * | 109.503.911,98 | 109.765.449,50 |
| | Sinistros pagos | (50.937.045,75) | (50.391.178,50) |
| | Pagamentos comissões | (9.217.806,73) | (9.072.699,39) |
| | Entradas resseguro | 2.550.068,48 | 1.098.191,16 |
| | Saídas resseguro | (19.868.740,50) | (17.698.311,30) |
| | Entradas cosseguro | 2.190.567,91 | 2.151.536,78 |
| | Saídas cosseguro | (2.667.184,69) | (2.602.502,49) |
| | Pagamento locações a curto prazo | (459.531,48) | - |
| | Pagamento locações de ativos de baixo valor | (237.022,18) | - |
| | Outros recebimentos | 1.767.371,43 | 1.161.797,50 |
| | Outros pagamentos | (34.274.139,91) | (35.286.314,30) |
| | Imposto sobre o rendimento | (3.994.754,87) | (325.650,54) |
| | TOTAL DE FLUXOS OPERACIONAIS | (5.644.306,31) | (1.199.681,58) |
| | ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| | (Aquisições)/Alienações de ativos tangíveis e intangíveis | (2.495.228,49) | 16.225.007,44 |
| | Aquisições de rendas recebidas | 38.929,00 | 42.152,00 |
| | Títulos de dívida – compras | (51.070.578,59) | (36.973.512,70) |
| | Títulos de dívida – vendas | 52.732.830,44 | 19.827.394,93 |
| | Instrumentos capital e UP – compras | (11.489.110,87) | (7.339.286,84) |
| | Instrumentos capital e UP – vendas | 12.481.503,76 | 5.760.904,20 |
| | Juros recebidos | 3.570.542,17 | 3.480.920,31 |
| | Dividendos recebidos | 542.473,88 | 412.812,09 |
| | TOTAL DE FLUXOS DE INVESTIMENTO | 4.311.361,30 | 1.436.391,43 |
| | Pagamento parte capital dos passivos de locação | (269.958,94) | - |
| | Pagamento parte juros dos passivos de locação | (59.118,5) | - |
| | TOTAL DE FLUXOS DE FINANCIAMENTO | (329.077,44) | - |
| | Efeito cambial | - | - |
| | AUMENTO DE CAIXA | (1.662.022,45) | 236.709,85 |
| | CAIXA NO INÍCIO | 6.470.507,82 | 6.233.797,97 |
| 3 | CAIXA NO FIM | 4.808.485,37 | 6.470.507,82 |

* Inclui o prémio puro e impostos/taxas cobradas diretamente ao cliente.



ÍNDICE

| | | | |
|--|----|---|-----|
| 1. INFORMAÇÕES GERAIS | 38 | 24. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS | 81 |
| 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS | 39 | 25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO | 83 |
| 3. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM | 54 | 26. GASTOS COM O PESSOAL | 83 |
| 4. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS | 55 | 27. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS | 84 |
| 5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA | 56 | 28. RENDIMENTOS | 92 |
| 6. TERRENOS E EDIFÍCIOS | 60 | 29. GASTOS FINANCEIROS | 93 |
| 7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS | 63 | 30. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS | 94 |
| 8. ATIVOS SOB DIREITO DE USO | 64 | 31. PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO) | 95 |
| 9. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS | 65 | 32. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO | 96 |
| 10. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO | 66 | 33. AJUSTAMENTOS E OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO) | 96 |
| 11. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES | 67 | 34. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS | 97 |
| 12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS E TAXAS | 69 | 35. RELATO POR SEGMENTOS | 97 |
| 13. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS | 71 | 36. ENTIDADES RELACIONADAS | 101 |
| 14. PROVISÕES TÉCNICAS | 72 | 37. DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO | 106 |
| 15. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS | 74 | 38. DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS | 115 |
| 16. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES | 75 | 39. DIVULGAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL | 121 |
| 17. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS | 75 | 40. ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS | 124 |
| 18. OUTRAS PROVISÕES | 76 | 41. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES | 124 |
| 19. CAPITAL | 77 | 42. APLICAÇÃO DA IFRS 16 – LOCAÇÕES | 125 |
| 20. RESERVAS | 78 | 43. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS | 127 |
| 21. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO | 79 | O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 131 |
| 22. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO | 80 | ANEXOS | 132 |
| 23. OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO) | 80 | | |

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. (Companhia) foi constituída por escritura em 30 de dezembro de 1997, considerada formalmente sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e iniciou a sua atividade em 1 de abril de 1998.

A Companhia foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Miraflores, na Rua Doutor António Loureiro Borges, n.º 9.

A MAPFRE – dispõe de uma estrutura organizativa de acordo com o organigrama ao lado.



97M€
Prémios Não Vida

+1,0% em relação a 2018

| | | | |
|------------------|--------------------------------|------------------------------|------------------------|
| 46% | 27% | 16% | 11% |
| Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Acidentes de Trabalho | Restantes ramos |



* Constituído pelo CEO e pelas Direções das Áreas de Controlo, Comercial, Técnica-Operações, Suporte, Jurídico e Recursos Humanos.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. exerce a sua atividade na área de seguros Não Vida e emitiu, no ano de 2019, prémios aproximadamente de 97 milhões de euros, o que representa um aumento de 1,0% em relação ao ano anterior, cabendo aos seguros de Acidentes de Trabalho 16%, Automóvel 46%, Incêndio e Outros Danos 27% e os restantes 11% aos restantes ramos.

No relatório de gestão elaborado pelos membros da Administração, foram abordadas as conjunturas económicas e de mercado em que a Companhia opera, efetuado um resumo da atividade desenvolvida em 2019, apresentados alguns indicadores de gestão que demonstram o comportamento das rubricas mais importantes do negócio e, por último, divulgado o plano estratégico a médio prazo que aponta para a manutenção, no essencial, das linhas mestras que pautaram a atuação nos últimos anos, assentes numa lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado, e na redução sustentada do rácio combinado.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior, exceto no que se refere às alterações decorrentes da adoção da norma IFRS 16 – Locações com referência a 1 de janeiro de 2019. Esta norma veio substituir a IAS 17 – Locações e estabelece os novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação/reconhecimento e mensuração de locações.

Em 1 de janeiro de 2019, a Companhia efetuou um levantamento dos contratos existentes a esta data e utilizou o expediente prático previsto na norma, isto é, só aplicou a norma a contratos que foram previamente identificados como locações nos termos da IAS – 17 Locações e da IFRIC 4.

De acordo com o preconizado na IFRS 16, a Companhia aplicou esta norma retrospectivamente com os impactos da transição reconhecidos a 1 de janeiro de 2019. Deste modo, a informação comparativa não foi reexpressa. A Companhia, ao utilizar o expediente prático disponível na transição para a IFRS 16, reconheceu um passivo pelo valor presente dos pagamentos futuros, utilizando uma taxa de juro incremental à data inicial de aplicação do normativo e o direito de uso do ativo subjacente pelo montante do passivo da locação. Os impactos decorrentes da implementação da IFRS 16 com referência a 1 de janeiro de 2019, assim como a reconciliação entre os saldos de balanço em 31 de dezembro de 2018 e os saldos de balanço em 1 de janeiro de 2019, de acordo com a IFRS 16, encontram-se detalhados na Nota 42 – Aplicação da IFRS 16 – Locações. Os saldos incluídos nas demonstrações

financeiras relativos a 31 de dezembro de 2018 são apresentados exclusivamente para efeitos comparativos.

A norma acima referida apresenta-se discriminada na Nota 2. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 43. Em concreto, a permissão dada pela alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguros, da possibilidade de adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros para o momento da aplicação simultânea da IFRS 17 – Contratos de Seguro.

No exercício de 2019, as demonstrações financeiras foram preparadas em euros.

Na preparação das demonstrações financeiras, foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros detidos para negociação (carteira desreconhecida no exercício de 2017) e aos ativos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O passivo sobre responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades passadas com pensões.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Considerando o disposto no parágrafo 10 da IAS 27, a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras da Companhia são integradas nas demonstrações financeiras do Grupo MAPFRE em Espanha, as quais podem ser obtidas em www.mapfre.com.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 19 de março de 2020.

2.2. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e disponibilidades em instituições de crédito. Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

2.3. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Uma associada é uma entidade sobre a qual a investidora tem influência significativa e que não seja uma filial nem um interesse num empreendimento conjunto.

Se uma investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), 20% ou mais do poder de voto da investida, presume-se que a investidora tem influência significativa, a menos que possa ser claramente

demonstrado que esse não é o caso. Pelo contrário, se a investidora detiver, direta ou indiretamente (por exemplo através de filiais), menos de 20% do poder de voto da investida, presume-se que a investidora não tem influência significativa, a menos que tal influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por uma investidora é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- a) Representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- b) Participação em processos de fixação de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- c) Transações materiais entre a investidora e a investida;
- d) Intercâmbio de pessoal e de gestão; e
- e) Fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos em filiais e associadas estão valorizados pelo seu custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

O valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 19 de março de 2020.

tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma filial ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa filial.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os ativos financeiros encontram-se classificados na categoria de “Ativos financeiros disponíveis para venda”.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

As aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente

todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

b) Mensuração subsequente

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adota os dados de cotação da Bloomberg, do último dia do período de reporte.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efetiva. A taxa efetiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título.

Quando a cotação do instrumento financeiro não é considerada suficientemente representativa (mercado ilíquido), o justo valor determina-se através de um modelo de cálculo, considerado adequado a cada situação concreta. Na Nota 6.2., detalham-se os procedimentos adotados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

• De ativos financeiros disponíveis para venda

Após o reconhecimento inicial, cujo valor inclui os custos de transação diretamente relacionados com a sua aquisição, são subseqüentemente avaliados ao justo valor, sem deduzir nenhum custo de transação em que se pudesse incorrer para a sua venda, sendo os respetivos ganhos e perdas refletidos na rubrica “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda” até à sua venda, momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas de ativos disponíveis para venda”.

Os efeitos do reajustamento do custo de aquisição para o valor de reembolso dos títulos de dívida são diretamente registados em resultados, nas rubricas de “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas” ou de “Gastos financeiros de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros relativos a instrumentos de dívida, classificados nesta categoria, são reconhecidos em “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os dividendos de instrumentos de capital, classificados nesta categoria, são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.



As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de ativos disponíveis para venda”.

• **Imparidade**

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresente sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentem sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; e
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capitais valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

A valorização é corrigida, com efeito em resultado, quando existe evidência objetiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidências de imparidade as seguintes situações:

Nos títulos de rendimento fixo:

- Dificuldades financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento dos termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência; e
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de ativos.

Nos títulos de rendimento variável:

- Desvalorização continuada quando esta se verifica por mais de 18 meses ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 40%.

Uma vez que a IAS 39, a respeito do reconhecimento de imparidade, se limita a enunciar princípios e a indicar possíveis indícios, nos quais se inclui “um declínio significativo ou prolongado no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio abaixo do seu custo”, a MAPFRE adota aqueles parâmetros considerando que traduzem a substância deste preceito e tendo em conta os seguintes aspetos:

- Serem consistentes com os critérios definidos internacionalmente para o Grupo MAPFRE;
- A necessidade de considerar um tempo suficiente para atenuar os efeitos de volatilidades anormais de mercado;
- O facto da sua política de investimentos privilegiar instrumentos de capital de elevada qualidade creditícia.

A Companhia decidiu manter os mesmos parâmetros em referência às contas do ano 2019 com base nos comentários emitidos em julho de 2009 pelo IFRIC, segundo os quais esta entidade reconhece que:

- A determinação de um declínio significativo ou prolongado requer a aplicação de julgamento, o qual

deve ter por base normas internas e ser aplicado de forma consistente;

- Existem práticas diversas, motivo pelo qual o IASB decidiu acelerar o projeto de substituição da IAS 39; e
- Não era oportuno tomar uma posição imediata sobre o assunto.

2.5. Terrenos e edifícios

Os edifícios que a Companhia utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adotou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16 (Ativos Fixos Tangíveis) e IAS 40 (Propriedades de Investimento).

Os edifícios são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados.

Os edifícios encontram-se valorizados subsequentemente ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao ativo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

2.6. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos ativos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

| Outros ativos tangíveis | N.º de anos |
|----------------------------|-------------|
| Equipamento administrativo | 8 |
| Máquinas e ferramentas | 4 a 8 |
| Equipamento informático | 3 |
| Instalações interiores | 4 a 10 |
| Outros equipamentos | 4 a 8 |

Os bens de valor inferior ou igual a 1000 euros são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subseqüentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

Os outros ativos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos, as perdas ou ganhos daí derivados são contabilizados na conta de resultados do exercício de ocorrência.

2.7. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do ativo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de três anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de produtos informáticos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de *software* informático, reconhecidos como ativos, são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

2.8. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos

passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.9. Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos para cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos em mora sem garantia real sobre os mesmos.

No que respeita a recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar para o seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 16/2006-R da ASF.

2.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são refletidos na conta de ganhos e perdas do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em

outras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício, sendo posteriormente reconhecidos em resultado no momento em que forem reconhecidos os ganhos e perdas que lhe deram origem.

a) Impostos correntes

Os impostos correntes são apurados com base no lucro tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição. A determinação dos impostos sobre os lucros requer um conjunto de atuações e estimativas que podem resultar num nível diferente de imposto, consoante a interpretação.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do exercício desse direito).

Desta forma, é possível existirem correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia que não haverá correções aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.11. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Desta forma, em passivos financeiros estão registados os depósitos de resseguro, que constituem retenções efetuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a Companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos. Estão ainda registados os passivos de locação resultantes da aplicação da IFRS 16 conforme descrito no ponto 2.19.

2.12. Outros credores

A valorização efetua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano, sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa

de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

2.13. Outros devedores

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

2.14. Acréscimos e diferimentos

O princípio geral de reconhecimento de rendimentos e gastos é o critério económico segundo o qual a imputação de rendimentos e gastos é efetuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efetue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No ativo, registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício, mas cuja liquidação só ocorre em exercícios posteriores, bem como as transações ocorridas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo, incluem-se as transações ocorridas no exercício, mas cujo rendimento é imputável a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício, mas cujas liquidações irão ocorrer em exercícios posteriores.

2.15. Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

a) Reconhecimento de ganhos e perdas em contratos de seguros

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

• Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro direto e de resseguro aceite e os de resseguro cedido são registados, respetivamente, como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

• Custos de aquisição

Os custos de aquisição, direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

• Custos com sinistros

Os custos com os sinistros do seguro direto e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos na alínea e) desta Nota, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros.

b) Provisão para prémios não adquiridos do seguro direto e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão foi calculada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R, de 29 de março, emitida pela ASF, utilizando o método *pro rata temporis*, e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos deles resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios.

c) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos, a suportar após o término do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por ramos e/ou grupos de ramos (Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Doença, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral, Caução, Perdas Pecuniárias Diversas e Proteção Jurídica) com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R.

d) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade exceccionalmente elevada nos ramos de seguros, em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 3/2018-R da ASF, para a cobertura de fenómenos sísmicos do Ramo Incêndio e para o Ramo de Caução.

e) Provisão para sinistros

• Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação

A mensuração das provisões para sinistros conhecidos e pendentes de liquidação é definida caso a caso e tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Para a valorização casuística dos sinistros conhecidos e pendentes de liquidação, por cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efetuada de modo independente para cada um deles.

No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e para o IDS Devedor.

• Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)

A estimação desta provisão é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.

• Sinistros pendentes de declaração (IBNR)

A estimação desta provisão é realizada segundo métodos estatísticos (em geral *Chain Ladder*), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

Na base do estudo atuarial referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel, incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargos da Companhia. Nas matrizes de desenvolvimento dos custos com sinistros, base do estudo, encontram-se deduzidos os expedientes de reembolso.



Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

• Provisão para custos de gestão de sinistros

A provisão para custos de gestão de sinistros pendentes calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projeção da vida média dos expedientes terminados, aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

• Provisão para assistência vitalícia

A provisão para assistência vitalícia é estimada caso a caso pela Companhia. Este método de valorização é adotado em virtude da inexistência de histórico suficiente da Companhia que permita o cálculo segundo métodos estatísticos.

• Provisão matemática de acidentes de trabalho

A provisão matemática de acidentes de trabalho é calculada segundo métodos de projeção atuarial, com base na tabela de mortalidade 117,14% PERF12-C2/PERM12_C2 (com correção de mortalidade para incapacidades elevadas) e uma taxa de juro de 3,80% até à duração da carteira de ativos subjacentes e com base na curva livre de risco com ajuste de volatilidade (EIOPA *risk-free interest rate*) para o período remanescente.

Foram ainda considerados encargos de gestão de sinistros de 7,13% sobre os montantes anuais pagos e encargos de gestão de investimentos de 0,29% sobre o valor de provisões a cada ano projetado. Ao valor apurado de 7,13% relativo aos encargos de gestão de sinistros, aplicou-se uma inflação anual de 1,0%.

No caso das pensões obrigatoriamente remíveis, o montante de benefício considerado é o que decorre da tabela de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e sem encargos de gestão.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da Companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro direto, que se detalham nesta Nota e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na Nota 37.

g) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo.

No decurso da sua atividade, a Companhia cede negócio. Os valores a receber ou a pagar, relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

2.16. Imputação de gastos por funções

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções,

conforme prevê a diretiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, de 19 de dezembro.

As funções consideradas no âmbito desta imputação, de acordo com o artigo 41.º da mesma diretiva, são as seguintes:

- a) Custos com sinistros;
- b) Custos e gastos de exploração:
 - i. Custos de aquisição;
 - ii. Gastos administrativos.
- c) Gastos de investimentos.

São apresentados na Nota 24 os critérios adotados pela Companhia na determinação destas imputações.

2.17. Benefícios dos empregados

a) Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões

• Plano de contribuição definida

Encontram-se abrangidos por este plano todos os trabalhadores que aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora que entrou em vigor no dia 29/01/2016.

A contribuição anual para este plano é efetuada nos termos das cláusulas 50.^a e 51.^a, bem como do Anexo V do referido acordo, sendo contabilizada como custo do exercício na conta de ganhos e perdas.

• Plano de benefícios definido

Encontram-se abrangidos por este plano os trabalhadores não aderentes ao Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora que entrou em vigor no dia 15/01/2012 e que, naquela data, cumpriam com as condições previstas no Capítulo V do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009.

Encontram-se ainda abrangidos por este plano os trabalhadores que em 2016 optaram pelo Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009.

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados, derivadas desse plano, obedece ao estipulado na cláusula 56.^a do Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009,

sendo o valor atual dessas responsabilidades determinado anualmente nos termos da IAS 19, pelo método de valoração atuarial da Unidade de Crédito Projetada e tendo por base pressupostos atuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 27.2.

Os desvios determinados anualmente em resultado de:

(i) ganhos e perdas atuarias decorrentes da diferença entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores reais obtidos, e de alterações nesses pressupostos atuariais, e;
(ii) ganhos e perdas resultantes da diferença entre o retorno considerado para os ativos do plano e a taxa de retorno real, são reconhecidos em outro rendimento integral.

b) Prémio de permanência

As responsabilidades decorrentes da cláusula 42.^a do Acordo Coletivo de Trabalho da atividade seguradora em vigor desde 29/01/2016 são calculadas anualmente utilizando o método *pro rata temporis*, em função da data em que o pagamento será devido a cada trabalhador, sendo o custo do exercício reconhecido na conta de ganhos e perdas.

c) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, refletidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

2.18. Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço.

As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.19. Locações

Conforme referido na Nota 2.1. Bases de apresentação, a Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- (ii) a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso; e
- (iii) a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo.
A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar “como” e “com que objetivo” o ativo é usado. Raras vezes, quando

o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o “como” e “com que objetivo” este será utilizado.

A política é aplicável aos contratos que se iniciam, ou que foram alterados, a partir de 1 de janeiro de 2019.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual.

• Locatário

A Companhia reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início da locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente ao custo, o que compreende o montante inicial do passivo de locação ajustado para qualquer pagamento de locação efetuado antes ou na data de início, mais qualquer custo adicional direto incorrido e uma estimativa dos custos para dismantelar e retirar o ativo subjacente ou restaurar o ativo subjacente ou o local onde está instalado, menos qualquer incentivo de locação recebido.

Subsequentemente, o ativo sob direito de uso é depreciado pelo método de quotas constantes desde a data de início até ao final da vida útil do ativo sob direito de uso ou o final do termo do período de locação. As vidas úteis estimadas dos ativos sob direito de uso são determinadas na mesma

base das vidas úteis das propriedades e equipamentos. Adicionalmente, o ativo sob direito de uso é periodicamente reduzido por perdas de imparidade, caso existam, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo de locação é inicialmente mensurado ao *present value* dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração dos passivos de locação compreendem o seguinte:

- (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em substância; (ii) pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa como na data de início; (iii) montantes que se espera virem a ser pagos sob uma garantia residual; e (iv) o preço de exercício sob uma opção de compra que a Companhia esteja razoavelmente certa de vir a exercer, pagamentos de locação num período de opção de renovação caso a Companhia esteja razoavelmente certa de exercer a opção de prorrogação e penalidades por rescisão antecipada de locação, a não ser que a Companhia esteja razoavelmente certa de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva. É remensurado quando existir uma alteração nos pagamentos de locação futuros derivada de uma alteração num índice ou taxa, caso haja alguma alteração na estimativa do Grupo do montante

expectável a ser pago na garantia de valor residual, ou caso a Companhia altere a sua avaliação de exercício da opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de locação é remensurado desta forma, é efetuado um ajustamento correspondente no montante contabilístico do ativo sob direito de uso, ou é registado em perdas ou proveitos caso o montante contabilístico do ativo sob direito de uso tenha sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos sob direito de uso que não se enquadram na definição de propriedade de investimento em Outros Ativos Tangíveis e passivos de locação em Outros Passivos, no Balanço.

• **Locações de curto prazo e locações de baixo valor**

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

• **IAS 17: 2018**

Até 31 de dezembro de 2018, e de acordo com o definido na IAS 17, as locações eram classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferissem substancialmente

todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações eram classificadas como operacionais. A classificação das locações era feita em função da substância e não da forma do contrato.

Eram classificadas como locações financeiras as operações cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo eram transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação eram classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais, os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional eram registados em custos nos períodos a que diziam respeito.

2.20. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são apresentados como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.



Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Benefícios dos empregados

Conforme descrito na Nota 2.17. das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego – plano de benefícios definido – concedidos a alguns dos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais de acordo com a melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

b) Provisões técnicas

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.15.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores, a verificar-se, virem a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem de forma adequada a melhor estimativa, nesta data, das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

c) Definição da vida útil dos edifícios

A Companhia efetuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efetivamente se virão a verificar poderão ser diferentes.

d) Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no

seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 40% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 18 meses é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash-flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

e) Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia

sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das autoridades fiscais.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes em cada momento.

f) Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos quando:

- As quantias inscritas no resultado antes de imposto do exercício não coincidam com as quantias relevantes para determinação do cálculo do imposto, com referência ao período, e as diferenças entre aquelas quantias sejam temporárias e reversíveis em período posterior, ou decorram da extinção ou reversão daquelas diferenças – resultando em passivos por impostos diferidos ou em ativos por impostos diferidos;
- Existem “prejuízos fiscais” – a que, em certas condições, possam ficar associados ativos por impostos diferidos, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis; e

- As reavaliações, geradoras de aumentos de capital próprio em que o valor contabilístico reavaliado dos elementos patrimoniais seja superior ao inerente valor relevante para o cálculo do imposto – geradores de um passivo por impostos diferidos.

g) Justo valor dos ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias, ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Os componentes de caixa, no fim do período, são representados pelo saldo de caixa e pelo total dos saldos das contas bancárias, de acordo com o quadro abaixo:

| | Euros | |
|--|---------------------|---------------------|
| Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem | 2019 | 2018 |
| Caixa e equivalentes | 7.679,66 | 12.134,51 |
| Depósitos à ordem | 4.800.805,71 | 6.458.373,31 |
| TOTAL | 4.808.485,37 | 6.470.507,82 |

Todas as contas bancárias detidas pela Companhia correspondem a contas em euros.

4 INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Apresentamos no quadro abaixo o detalhe dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:

| Entidade | Euros | |
|--|----------------------|----------------------|
| | 2019 | 2018 |
| ATIVO | | |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | | |
| MAPFRE – Seguros de Vida, S.A. | 21.000.000,00 | 21.000.000,00 |
| TOTAL | 21.000.000,00 | 21.000.000,00 |

No quadro abaixo, apresentamos a informação financeira resumida das associadas, individualmente:

| Entidade | Euros | |
|---------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| | 2019 | 2018 |
| MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A. | | |
| Total dos ativos | 341.437.160,64 | 345.825.516,48 |
| Total dos passivos | 292.875.152,66 | 306.370.452,92 |
| Produção de seguro direto | 39.322.731,04 | 39.285.645,06 |
| RESULTADOS | 3.555.300,80 | 1.711.592,59 |

4.1. Participação na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

No exercício de 2009, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. participou maioritariamente no capital da Sociedade MAPFRE – Seguros

de Vida, S.A., que foi constituída formalmente como seguradora, de acordo com a Norma de Autorização n.º 1/2009-A, de 12 de junho de 2009, emitida pelo Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, e que iniciou a sua atividade no exercício de 2010.

A Companhia procedeu, no exercício de 2010, a um aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 10.000.000 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 17.500.000 de euros.

No exercício de 2013, a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., procedeu a um novo aumento de capital na sociedade MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., em que é acionista única, pelo montante de 3.500.000 de euros, sociedade que passou a ter um capital social de 21.000.000 de euros.

4.2. Partes de Capital

As partes de capital em empresas associadas e filiais foram inicialmente registadas nas demonstrações financeiras da Companhia pelo método do custo. Com base na evolução financeira da participada não foram identificados indícios de imparidade.

.5 ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

5.1. Rubricas de balanço

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de "Ativos financeiros disponíveis para venda" são constituídos por títulos de dívida, ações e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário/imobiliário.

A reconciliação, por natureza de instrumento financeiro, dos saldos iniciais e finais encontra-se no quadro seguinte:

| Euros | | | | |
|--|-----------------------|----------------------------------|------------------|-----------------------|
| 2019 | | | | |
| Rubrica | Títulos de dívida | Ações e Unidades de Participação | Outros depósitos | Total |
| Saldo inicial | 132.365.101,85 | 20.065.193,10 | - | 152.430.294,95 |
| Aquisições (ao valor de aquisição) | 50.850.233,83 | 11.480.717,39 | - | 62.330.951,22 |
| Vendas (ao valor de venda) | (51.547.558,85) | (12.481.503,76) | - | (64.029.062,61) |
| Reembolsos (ao valor do reembolso) | (855.743,87) | - | - | (855.743,87) |
| Variação do justo valor (reserva da reavaliação) | 13.240.424,60 | 1.993.112,92 | - | 15.233.537,52 |
| Variação do justo valor (ganhos e perdas) | 822.050,74 | 524.925,57 | - | 1.346.966,31 |
| Variação do custo amortizado | (477.084,54) | - | - | (477.084,54) |
| Variação do juro decorrido | (99.421,70) | - | - | (99.421,70) |
| SALDO FINAL | 144.298.002,06 | 21.582.435,22 | - | 165.880.437,28 |

| Euros | | | | |
|--|-----------------------|----------------------------------|------------------|-----------------------|
| 2018 | | | | |
| Rubrica | Títulos de dívida | Ações e Unidades de Participação | Outros depósitos | Total |
| Saldo inicial | 114.751.132,75 | 20.039.113,50 | - | 134.790.246,25 |
| Aquisições (ao valor de aquisição) | 38.195.304,70 | 7.335.752,97 | - | 45.531.057,67 |
| Vendas (ao valor de venda) | (17.155.153,20) | (5.760.893,47) | - | (22.916.046,67) |
| Reembolsos (ao valor do reembolso) | (4.050.000,00) | - | - | (4.050.000,00) |
| Variação do justo valor (reserva da reavaliação) | 668.230,64 | (1.974.232,63) | - | (1.306.001,99) |
| Variação do justo valor (ganhos e perdas) | 214.319,38 | 425.452,73 | - | 639.772,11 |
| Variação do custo amortizado | (249.745,86) | - | - | (249.745,86) |
| Variação do juro decorrido | (8.986,56) | - | - | (8.986,56) |
| SALDO FINAL | 132.365.101,85 | 20.065.193,10 | - | 152.430.294,95 |

Apresenta-se, no quadro abaixo, a decomposição, por classificação contabilística dos instrumentos financeiros:

| Euros | | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|----------------------------|---------------------|------------|-----------------------|
| 2019 | | | | | | |
| Tipo de ativo | Valor contabilístico | | | | | Total |
| | Aquisição | Custo amortizado | Ajustamento ao Justo Valor | Juro | Imparidade | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 135.498.123,43 | (452.595,73) | 29.346.201,55 | 1.488.708,03 | - | 165.880.437,28 |
| Ações | 10.945.062,03 | - | 1.554.157,44 | - | - | 12.499.219,47 |
| Unidades de participação | 8.748.604,57 | - | 334.611,18 | - | - | 9.083.215,75 |
| Títulos de dívida pública | 75.634.425,78 | (54.368,01) | 26.116.746,10 | 1.085.406,21 | - | 102.782.210,08 |
| Títulos de outros emissores públicos | 3.743.556,20 | (36.719,26) | 237.596,67 | 102.656,93 | - | 4.047.090,54 |
| Títulos de outros emissores | 36.426.474,85 | (361.508,46) | 1.103.090,16 | 300.644,89 | - | 37.468.701,44 |
| TOTAL | 135.498.123,43 | (452.595,73) | 29.346.201,55 | 1.488.708,03 | - | 165.880.437,28 |

| Euros | | | | | | |
|---|-----------------------|---------------------|----------------------------|---------------------|------------|-----------------------|
| 2018 | | | | | | |
| Tipo de ativo | Valor contabilístico | | | | | Total |
| | Aquisição | Custo amortizado | Ajustamento ao Justo Valor | Juro | Imparidade | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 136.961.123,52 | (231.622,33) | 14.112.664,03 | 1.588.129,73 | - | 152.430.294,95 |
| Ações | 13.669.804,91 | - | (48.630,95) | - | - | 13.621.173,96 |
| Unidades de participação | 6.499.732,49 | - | (55.713,35) | - | - | 6.444.019,14 |
| Títulos de dívida pública | 81.747.568,44 | 4.239,97 | 13.528.181,86 | 1.222.484,75 | - | 96.502.475,02 |
| Títulos de outros emissores públicos | 3.743.556,20 | (20.056,44) | 313.972,84 | 102.931,79 | - | 4.140.404,39 |
| Títulos de outros emissores | 31.300.461,48 | (215.805,86) | 374.853,63 | 262.713,19 | - | 31.722.222,44 |
| TOTAL | 136.961.123,52 | (231.622,33) | 14.112.664,03 | 1.588.129,73 | - | 152.430.294,95 |

No Anexo 1.1. das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais, apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros, no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em "Ativos financeiros disponíveis para venda".

5.2. Justo valor

Regra geral, os títulos de rendimento fixo estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg.

Contudo, no exercício de 2019, existiram exceções e alguns títulos de rendimento fixo foram valorizados ao modelo interno (considerando a cotação de mercado), praticado pela gestora dos ativos, o qual se descreve abaixo:

- Através da Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação obtêm-se o *spread* implícito sobre a curva *swap* euro;
- Automaticamente, é realizado um controlo para detetar se o *spread* se encontra dentro de um intervalo dinâmico, para mais ou para menos, em referência ao *spread* médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o *spread* e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o *spread* médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, analisa-se se estamos perante uma situação de consequência de transações forçadas e onde não exista um mercado ativo;

- Se isso se verifica, aplica-se um *spread* fixo, determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico de emissões do emissor;
- Estes *spreads* são revistos semanalmente; e
- Descontando os fluxos do título à taxa *swap* adicionada do *spread* fixo obtém-se a cotação de valorização do título.

Os instrumentos financeiros, valorizados à cotação do referido modelo interno, no montante de 10.582.925,76 euros, são os seguintes:

| ISIN | Nome do emissor |
|--------------|---|
| XS1960353388 | A CS ACTIVIDADES DE CONST. Y SERVICIOS SA |
| XS1651861251 | ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B.V. |
| XS1579039006 | BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA SA |
| XS1945762265 | BARCLAYS PLC LONDON |
| XS2024771359 | CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVITY COMPANY |
| XS1607933253 | DOURO FINANCE B.V. |
| XS2076259063 | DOURO FINANCE B.V. |
| XS2092534531 | DOURO FINANCE B.V. |
| XS2079443433 | DOURO FINANCE B.V. |
| XS2095795964 | FOMENTO CONSTRUCCIONES Y CONTRATAS S.A. |
| ES0584696142 | MA SMOVIL IBERCOM S.A. |
| XS1960021035 | NOMURA INTERNATIONAL FUNDING PTE LTD |
| XS0365796092 | SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO |

Os títulos de rendimento variável também estão valorizados à cotação de fecho dos mercados, obtida através da Bloomberg. No entanto, no exercício de 2019, houve uma exceção, tendo sido valorizados pelo custo, pelo montante de 3.105.856,99 euros, os seguintes títulos:

| ISIN | Nome do emissor |
|--------------|---|
| ES0157103005 | ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PROG FCR |
| ES0108689003 | ALTAN IV GLOBAL IICIICIL |
| LU1851969334 | ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SICA V-RAIF |
| ES0144022003 | HELIA RENEVABLES FCR CLASE A |
| LU1857396789 | STABLE INCOME EUROPEAN REAL ESTATE FUND |
| LU1857396433 | STABLE INCOME EUROPEAN REAL ESTATE FUND |

De acordo com a IFRS 13, os ativos financeiros detidos estão valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgadas por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Nível 2 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.

Nível 3 – Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

A categoria da hierarquia de justo valor e as transferências entre categorias são determinadas em cada data de reporte. Apresentam-se, no quadro abaixo, os instrumentos financeiros por tipo de valorização:

| Euros | | | | |
|--|-------------------------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|
| 2019 | | | | |
| Conceito | Justo Valor – Níveis de valorização | | | Total |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | |
| ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA | | | | |
| Ações | 12.499.219,47 | - | - | 12.499.219,47 |
| Unidades de participação | 5.977.358,76 | - | 3.105.856,99 | 9.083.215,75 |
| Títulos de dívida pública | 102.782.210,08 | - | - | 102.782.210,08 |
| Títulos de outros emissores públicos | 4.047.090,54 | - | - | 4.047.090,54 |
| Títulos de outros emissores | 26.885.775,68 | 10.582.925,76 | - | 37.468.701,44 |
| TOTAL | 152.191.654,53 | 10.582.925,76 | 3.105.856,99 | 165.880.437,28 |

| Euros | | | | |
|--|-------------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|
| 2018 | | | | |
| Conceito | Justo Valor – Níveis de valorização | | | Total |
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | |
| ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA | | | | |
| Ações | 13.621.173,96 | - | - | 13.621.173,96 |
| Unidades de participação | 5.401.332,77 | - | 1.042.686,37 | 6.444.019,14 |
| Títulos de dívida pública | 96.502.475,02 | - | - | 96.502.475,02 |
| Títulos de outros emissores públicos | 4.140.404,39 | - | - | 4.140.404,39 |
| Títulos de outros emissores | 27.542.046,65 | 4.180.175,79 | - | 31.722.222,44 |
| TOTAL | 147.207.432,79 | 4.180.175,79 | 1.042.686,37 | 152.430.294,95 |

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. emitiu, no ano de 2019, prémios aproximadamente de 97 milhões de euros em seguros Não Vida – um aumento de 1,0% em relação ao ano anterior.

5.3. Imparidade

A Companhia efetuou os testes de imparidade de acordo com o divulgado nas políticas contabilísticas na Nota 2.4., dos quais não resultou qualquer valor a registar a título de imparidade ao final do exercício de 2019.

.6 TERRENOS E EDIFÍCIOS

Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.



O modelo de valorização aplicado aos Terrenos e Edifícios é o modelo do custo.

Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, em terrenos e edifícios, estão registados na Conservatória do Registo Predial em nome da Companhia e foram adquiridos para uso próprio, com o objetivo de ampliar a rede de balcões.

Os edifícios são transferidos para rendimento, no caso de balcão direto, pela falta de rentabilidade; se balcão delegado, pela saída do delegado.

Apresentamos, no quadro abaixo, os valores brutos e as respetivas depreciações e imparidades no início e no final do exercício:

| Euros | | | |
|-----------------------------|---------------|----------------------------|---------------|
| 2019 | | | |
| Rubrica | Valor bruto | Depreciações / imparidades | Valor líquido |
| TERRENOS E EDIFÍCIOS | | | |
| Saldo inicial | 10.706.418,62 | 4.724.468,37 | 5.981.950,25 |
| Saldo final | 10.706.418,62 | 4.937.577,92 | 5.768.840,70 |

| Euros | | | |
|-----------------------------|---------------|----------------------------|---------------|
| 2018 | | | |
| Rubrica | Valor bruto | Depreciações / imparidades | Valor líquido |
| TERRENOS E EDIFÍCIOS | | | |
| Saldo inicial | 20.068.961,73 | 6.984.247,49 | 13.084.714,24 |
| Saldo final | 10.706.418,62 | 4.724.468,37 | 5.981.950,25 |

Demonstra-se, nos quadros abaixo, a reconciliação entre os valores no início e no fim dos exercícios de 2019 e 2018:

| Euros | | | |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|----------------------|
| 2019 | | | |
| Rubrica | De uso próprio | De rendimento | Total |
| VALOR DE AQUISIÇÃO | | | |
| Saldo inicial | 9.790.722,54 | 915.696,08 | 10.706.418,62 |
| Aquisições | - | - | - |
| Alienações | - | - | - |
| Transferências | - | - | - |
| Edifícios em curso | - | - | - |
| SALDO FINAL | 9.790.722,54 | 915.696,08 | 10.706.418,62 |
| DEPRECIACÕES ACUMULADAS | | | |
| Saldo inicial | 2.893.507,95 | 287.197,03 | 3.180.704,98 |
| Depreciações | 121.124,38 | 11.745,04 | 132.869,42 |
| Alienações | - | - | - |
| Transferências | - | - | - |
| SALDO FINAL | 3.014.632,33 | 298.942,07 | 3.313.574,40 |
| IMPARIDADES | | | |
| Saldo inicial | 1.431.061,07 | 112.702,32 | 1.543.763,39 |
| Movimento do ano | 80.240,13 | - | 80.240,13 |
| Alienações | - | - | - |
| Transferências | - | - | - |
| SALDO FINAL | 1.511.301,20 | 112.702,32 | 1.624.003,52 |
| VALOR LÍQUIDO | | | |
| Saldo inicial | 5.466.153,52 | 515.796,73 | 5.981.950,25 |
| SALDO FINAL | 5.264.789,01 | 504.051,69 | 5.768.840,70 |

| Euros | | | |
|--------------------------------|---------------------|-------------------|----------------------|
| 2018 | | | |
| Rubrica | De uso próprio | De rendimento | Total |
| VALOR DE AQUISIÇÃO | | | |
| Saldo inicial | 18.808.934,14 | 1.260.027,59 | 20.068.961,73 |
| Aquisições | - | - | - |
| Alienações | (9.362.543,11) | - | (9.362.543,11) |
| Transferências | 344.331,51 | (344.331,51) | - |
| Edifícios em curso | - | - | - |
| SALDO FINAL | 9.790.722,54 | 915.696,08 | 10.706.418,62 |
| DEPRECIACÕES ACUMULADAS | | | |
| Saldo inicial | 5.211.515,04 | 391.714,80 | 5.603.229,84 |
| Depreciações | 198.220,17 | 13.459,27 | 211.679,44 |
| Alienações | (2.634.204,30) | - | (2.634.204,30) |
| Transferências | 117.977,04 | (117.977,04) | - |
| SALDO FINAL | 2.893.507,95 | 287.197,03 | 3.180.704,98 |
| IMPARIDADES | | | |
| Saldo inicial | 1.248.734,12 | 132.283,53 | 1.381.017,65 |
| Movimento do ano | 256.008,70 | 64.502,16 | 320.510,86 |
| Alienações | (157.765,12) | - | (157.765,12) |
| Transferências | 84.083,37 | (84.083,37) | - |
| SALDO FINAL | 1.431.061,07 | 112.702,32 | 1.543.763,39 |
| VALOR LÍQUIDO | | | |
| Saldo inicial | 12.348.684,98 | 736.029,26 | 13.084.714,24 |
| SALDO FINAL | 5.466.153,52 | 515.796,73 | 5.981.950,25 |

O justo valor dos terrenos e edifícios tem por base avaliações e pareceres efetuados por peritos avaliadores em referência a 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

| Euros | | | | |
|-----------------------------|----------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|
| 2019 | | | | |
| Rubrica | Valor bruto | Depreciações / imparidades | Valor líquido | Valor mercado |
| TERRENOS E EDIFÍCIOS | | | | |
| De uso próprio | 9.790.722,54 | 4.525.933,53 | 5.264.789,01 | 6.479.320,00 |
| De rendimento | 915.696,08 | 411.644,39 | 504.051,69 | 735.200,00 |
| TOTAL | 10.706.418,62 | 4.937.577,92 | 5.768.840,70 | 7.214.520,00 |

| Euros | | | | |
|-----------------------------|----------------------|----------------------------|---------------------|---------------------|
| 2018 | | | | |
| Rubrica | Valor bruto | Depreciações / imparidades | Valor líquido | Valor mercado |
| TERRENOS E EDIFÍCIOS | | | | |
| De uso próprio | 9.790.722,54 | 4.324.569,02 | 5.466.153,52 | 6.596.980,00 |
| De rendimento | 915.696,08 | 399.899,35 | 515.796,73 | 838.900,00 |
| TOTAL | 10.706.418,62 | 4.724.468,37 | 5.981.950,25 | 7.435.880,00 |

Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a rendimentos e gastos:

| Euros | | |
|-----------------------------|-----------------------|---|
| 2019 | | |
| Rubrica | Rendimentos de rendas | Gastos Operacionais Diretos (inclui reparações e manutenções) |
| TERRENOS E EDIFÍCIOS | | |
| De uso próprio | - | 74.478,23 |
| De rendimento | 38.929,00 | 12.285,41 |
| TOTAL | 38.929,00 | 86.763,64 |

| Euros | | |
|-----------------------------|-----------------------|---|
| 2018 | | |
| Rubrica | Rendimentos de rendas | Gastos Operacionais Diretos (inclui reparações e manutenções) |
| TERRENOS E EDIFÍCIOS | | |
| De uso próprio | - | 106.727,87 |
| De rendimento | 42.152,00 | 3.980,96 |
| TOTAL | 42.152,00 | 110.708,83 |

À data de 31 de dezembro de 2019, não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

A Companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

Em referência a 31 de dezembro de 2019, não existem ativos dados como garantia de passivos.

Não existem, à data de encerramento das contas do exercício de 2019, quaisquer compromissos contratuais para aquisição de terrenos e edifícios.

A Companhia não tem qualquer quantia incluída, em ganhos e perdas relativas a compensação de terceiros, relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

.7 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

Euros

| 2019 | | | | | | | |
|----------------------------|----------------------------------|---------------------|----------------|------------|-------------|------------------------|--------------------------------|
| Outros Ativos Tangíveis | Saldo inicial (valor líquido) | Aquisições | Transferências | Alienações | Abates | Amort. do exercício | Saldo final (valor líquido) |
| EQUIPAMENTO | | | | | | | |
| Equipamento administrativo | 42.930,90 | 315.045,68 | - | - | - | 41.766,26 | 316.210,32 |
| Máquinas e ferramentas | 80.687,97 | 204.355,00 | - | - | - | 41.288,23 | 243.754,74 |
| Equipamento informático | 6.279,49 | 38.741,02 | - | - | - | 14.165,71 | 30.854,80 |
| Instalações interiores | 141.775,19 | 254.708,46 | - | - | - | 44.373,08 | 352.110,57 |
| Outro equipamento | 64.884,48 | 30.609,42 | - | - | 7,62 | 15.564,53 | 79.921,75 |
| Outros ativos tangíveis | - | 1.042.367,33 | - | - | - | 109.659,16 | 932.708,17 |
| Património artístico | 6.070,02 | - | - | - | - | - | 6.070,02 |
| Ativos tangíveis em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 342.628,05 | 1.885.826,91 | - | - | 7,62 | 266.816,97 | 1.961.630,37 |

Euros

| 2018 | | | | | | | |
|----------------------------|----------------------------------|------------------|----------------|------------|-------------------|------------------------|--------------------------------|
| Outros Ativos Tangíveis | Saldo inicial (valor líquido) | Aquisições | Transferências | Alienações | Abates | Amort. do exercício | Saldo final (valor líquido) |
| EQUIPAMENTO | | | | | | | |
| Equipamento administrativo | 86.912,21 | 19.988,61 | - | - | 27.160,38 | 36.809,54 | 42.930,90 |
| Máquinas e ferramentas | 78.915,77 | 25.734,97 | - | - | 5.669,19 | 18.293,58 | 80.687,97 |
| Equipamento informático | 15.152,77 | - | - | - | 645,06 | 8.228,22 | 6.279,49 |
| Instalações interiores | 270.262,63 | 18.265,50 | - | - | 100.761,73 | 45.991,21 | 141.775,19 |
| Outro equipamento | 67.130,90 | 20.442,48 | - | - | 7.111,37 | 15.577,53 | 64.884,48 |
| Outros ativos tangíveis | 37.817,56 | - | - | - | - | 37.817,56 | - |
| Património artístico | 6.070,02 | - | - | - | - | - | 6.070,02 |
| Ativos tangíveis em curso | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 562.261,86 | 84.431,56 | - | - | 141.347,73 | 162.717,64 | 342.628,05 |

A Companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes ativos, nem qualquer um deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica "Ativos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferidas para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

Não existe qualquer item de "Outros ativos tangíveis" (exceto terrenos e edifícios) em imparidade ou cedido.

8

ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

Euros

| 2019 | | | | | | |
|---------------------------|------------------------------------|------------------|----------------|-----------------|---------------------|--------------------------------|
| Ativos sob Direito de Uso | Saldo inicial * (valor líquido) | Aquisições | Transferências | Abates | Amort. do exercício | Saldo final (valor líquido) |
| Direito de Uso Imóveis | 2.550.924,82 | - | - | - | 335.930,12 | 2.214.994,70 |
| Direito de Uso Outros | 100.853,97 | 90.248,81 | - | 4.483,80 | 80.847,88 | 105.771,10 |
| TOTAL | 2.651.778,79 | 90.248,81 | - | 4.483,80 | 416.778,00 | 2.320.765,80 |

* Saldo inicial corresponde ao ajustamento decorrente da aplicação da IFRS 16.

A natureza de "Direito de Uso Outros" corresponde a locações de viaturas.

O principal impacto resultante da aplicação da IFRS 16, no que concerne ao Ativo, é um incremento de 2.320.765,80 euros em "Ativos sob Direitos de Uso". Relativamente à Demonstração de Resultados, há um incremento das Amortizações em 416.778,00 euros.

9 OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações e amortizações efetuado no exercício está demonstrado no quadro seguinte:

| Euros | | | | | | | |
|--------------------------------|-------------------------------|-------------------|----------------|------------|-------------------|---------------------|-----------------------------|
| 2019 | | | | | | | |
| Outros Ativos Intangíveis | Saldo inicial (valor líquido) | Aquisições | Transferências | Alienações | Abates | Amort. do exercício | Saldo final (valor líquido) |
| Desp. com aplica. informáticas | 438.773,65 | - | 69.951,70 | - | - | 315.181,65 | 193.543,70 |
| Ativos Intangíveis em curso | 709.039,26 | 572.257,41 | (69.951,70) | - | 187.087,70 | - | 1.024.257,27 |
| TOTAL | 1.147.812,91 | 572.257,41 | - | - | 187.087,70 | 315.181,65 | 1.217.800,97 |

| Euros | | | | | | | |
|--------------------------------|-------------------------------|-------------------|----------------|------------|-----------------|---------------------|-----------------------------|
| 2018 | | | | | | | |
| Outros Ativos Intangíveis | Saldo inicial (valor líquido) | Aquisições | Transferências | Alienações | Abates | Amort. do exercício | Saldo final (valor líquido) |
| Desp. com aplica. informáticas | 422.745,92 | - | 440.505,22 | - | - | 424.477,49 | 438.773,65 |
| Ativos Intangíveis em curso | 572.192,85 | 586.078,48 | (440.505,22) | - | 8.726,85 | - | 709.039,26 |
| TOTAL | 994.938,77 | 586.078,48 | - | - | 8.726,85 | 424.477,49 | 1.147.812,91 |

As quantias despendidas no decurso da construção dos ativos encontram-se escrituradas na rubrica “Ativos intangíveis em curso”, evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

A natureza dos “Ativos intangíveis em curso” corresponde a desenvolvimentos informáticos que visam dar suporte à evolução do negócio.

Durante o ano, houve alguns ativos intangíveis em curso que, por não se esperar benefícios económicos futuros, foram abatidos.

.10 PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

Euros

| 2019 | | | | |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Provisões Técnicas – Resseguro cedido | Saldo inicial | Aumento | Redução | Saldo final |
| Provisão para prémios não adquiridos | 6.782.229,63 | 1.180.353,51 | - | 7.962.583,14 |
| Prémios não adquiridos | 7.646.152,78 | 1.271.986,11 | - | 8.918.138,89 |
| Custos de aquisição diferidos | (863.923,15) | (91.632,60) | - | (955.555,75) |
| Provisão para sinistros | 18.307.828,26 | 16.330.398,73 | 11.182.957,74 | 23.455.269,25 |
| Prestações | 17.919.649,19 | 15.764.537,23 | 10.911.633,03 | 22.772.553,39 |
| IBNR | 889.066,80 | 207.387,78 | 93.732,38 | 1.002.722,20 |
| IBNER | (500.887,73) | 358.473,72 | 177.592,33 | (320.006,34) |
| TOTAL | 25.090.057,89 | 17.510.752,24 | 11.182.957,74 | 31.417.852,39 |

A variação dos prémios não adquiridos no resseguro cedido é apresentada na rubrica “Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)” e a variação dos custos de aquisição diferidos, na rubrica de “Comissões e participação nos resultados de resseguro”, ambas na conta de ganhos e perdas.

Euros

| 2018 | | | | |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Provisões Técnicas – Resseguro cedido | Saldo inicial | Aumento | Redução | Saldo final |
| Provisão para prémios não adquiridos | 4.067.285,82 | 2.714.943,81 | - | 6.782.229,63 |
| Prémios não adquiridos | 4.859.990,02 | 2.786.162,76 | - | 7.646.152,78 |
| Custos de aquisição diferidos | (792.704,20) | (71.218,95) | - | (863.923,15) |
| Provisão para sinistros | 12.864.437,84 | 14.548.905,26 | 9.105.514,84 | 18.307.828,26 |
| Prestações | 12.431.516,69 | 13.969.149,37 | 8.481.016,87 | 17.919.649,19 |
| IBNR | 469.946,30 | 495.451,71 | 76.331,21 | 889.066,80 |
| IBNER | (37.025,15) | 84.304,18 | 548.166,76 | (500.887,73) |
| TOTAL | 16.931.723,66 | 17.263.849,07 | 9.105.514,84 | 25.090.057,89 |

.11 OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto e outras operações, líquido de ajustamentos, é decomposto como segue:

| Euros | | | |
|---|----------------------|---------------------------|----------------------|
| | 2019 | | |
| Rubrica | Ativo bruto | Imparidade / ajustamentos | Ativo líquido |
| OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES | | | |
| Contas a receber por operações de seguro direto | 10.945.691,25 | 1.076.973,36 | 9.868.717,89 |
| Tomadores de seguros | 9.154.692,73 | 1.029.327,15 | 8.125.365,58 |
| Mediadores | 1.060.364,15 | 47.646,21 | 1.012.717,94 |
| Cosseguradoras | 730.634,37 | - | 730.634,37 |
| Contas a receber por operações de resseguro | 66.100,52 | - | 66.100,52 |
| Contas a receber por outras operações | 6.590.945,99 | 2.557,36 | 6.588.388,63 |
| Empréstimos ao pessoal | 540.742,35 | - | 540.742,35 |
| Outras operações com pessoal | 49.922,96 | - | 49.922,96 |
| FAT Atualizações / alterações | 55.845,02 | - | 55.845,02 |
| Empresas do grupo – conta corrente | 722.094,05 | - | 722.094,05 |
| IDS – conta corrente | 707.198,44 | - | 707.198,44 |
| Garantias e cauções | 245.891,36 | - | 245.891,36 |
| Reembolso de sinistros | 2.986.192,19 | - | 2.986.192,19 |
| Outros devedores | 1.283.059,62 | 2.557,36 | 1.280.502,26 |
| TOTAL | 17.602.737,76 | 1.079.530,72 | 16.523.207,04 |

| Euros | | | |
|---|----------------------|---------------------------|----------------------|
| | 2018 | | |
| Rubrica | Ativo bruto | Imparidade / ajustamentos | Ativo líquido |
| OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES | | | |
| Contas a receber por operações de seguro direto | 8.801.722,90 | 1.326.492,47 | 7.475.230,43 |
| Tomadores de seguros | 7.727.002,45 | 1.278.550,21 | 6.448.452,24 |
| Mediadores | 321.669,05 | 47.942,26 | 273.726,79 |
| Cosseguradoras | 753.051,40 | - | 753.051,40 |
| Contas a receber por operações de resseguro | 43.916,33 | - | 43.916,33 |
| Contas a receber por outras operações | 4.671.248,67 | 2.557,36 | 4.668.691,31 |
| Empréstimos ao pessoal | 632.459,79 | - | 632.459,79 |
| Outras operações com pessoal | 150.354,89 | - | 150.354,89 |
| FAT Atualizações / alterações | 50.770,98 | - | 50.770,98 |
| Empresas do grupo – conta corrente | 558.572,89 | - | 558.572,89 |
| IDS – conta corrente | 624.688,50 | - | 624.688,50 |
| Garantias e cauções | 260.739,86 | - | 260.739,86 |
| Reembolso de sinistros | 2.203.658,97 | - | 2.203.658,97 |
| Outros devedores | 190.002,79 | 2.557,36 | 187.445,43 |
| TOTAL | 13.516.887,90 | 1.329.049,83 | 12.187.838,07 |

Os ajustamentos registados, relativamente a outros saldos a receber, resultam da análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, cosseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

O valor contabilizado em ajustamentos desagrega-se como segue:

| Euros | | | | |
|---|---------------------|----------|-------------------|---------------------|
| 2019 | | | | |
| Rubrica | Saldo inicial | Aumento | Redução | Saldo final |
| Ajustamentos de recibos por cobrar | | | | |
| De outros tomadores de seguros | 1.278.550,21 | - | 249.223,06 | 1.029.327,15 |
| Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa | | | | |
| De tomadores de seguros | - | - | 0,00 | - |
| De mediadores | 47.942,26 | - | 296,05 | 47.646,21 |
| De outros devedores | 2.557,36 | - | 0,00 | 2.557,36 |
| TOTAL | 1.329.049,83 | - | 249.519,11 | 1.079.530,72 |

| Euros | | | | |
|---|---------------------|----------|-------------------|---------------------|
| 2018 | | | | |
| Rubrica | Saldo inicial | Aumento | Redução | Saldo final |
| Ajustamentos de recibos por cobrar | | | | |
| De outros tomadores de seguros | 1.990.800,92 | - | 712.250,71 | 1.278.550,21 |
| Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa | | | | |
| De tomadores de seguros | 558,65 | - | 558,65 | - |
| De mediadores | 49.264,79 | - | 1.322,53 | 47.942,26 |
| De outros devedores | 2.557,36 | - | 0,00 | 2.557,36 |
| TOTAL | 2.043.181,72 | - | 714.131,89 | 1.329.049,83 |

.12

ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS E TAXAS

Desdobramento de ativos e passivos por impostos diferidos:

| | Euros | |
|---|---------------------|--------------|
| Conceito | 2019 | 2018 |
| Ativos por impostos e taxas | 634.279,33 | 408.026,64 |
| Ativos por impostos (e taxas) correntes | 634.279,33 | 408.026,64 |
| Ativos por impostos diferidos | - | - |
| Passivos por impostos e taxas | 9.203.359,00 | 7.197.550,88 |
| Passivos por impostos (e taxas) correntes | 2.965.864,44 | 4.369.548,24 |
| Passivos por impostos diferidos | 6.237.494,56 | 2.828.002,64 |

12.1. Impostos Correntes

Detalham-se, no quadro seguinte, as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico pela taxa de imposto aplicada:

| | Euros | |
|---|-----------------------|----------------|
| Demonstração do gasto por imposto | 2019 | 2018 |
| Resultado antes de imposto | 7.461.588,38 | 15.369.717,68 |
| 21% do resultado antes de impostos | 1.566.933,56 | 3.227.640,71 |
| GASTO POR IMPOSTO (A ACRESCEM / A DEDUZIR): | | |
| Correções relativas a períodos de tributação anteriores | 6.399,89 | 7.711,05 |
| Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios | 20.020,56 | 3.886,71 |
| Perdas por imparidade de ativos depreciables ou amortizáveis (imóveis) | 16.852,03 | 96.990,30 |
| Créditos incobráveis não aceites como gastos | - | 117,32 |
| Realizações de utilidade social não dedutíveis | 462,51 | 3.973,24 |
| IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que incidam sobre os lucros | - | - |
| Impostos diferidos | - | - |
| Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações | 2.643,05 | 413,73 |
| Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador | - | - |
| Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor | 4.526,19 | 4.090,40 |
| Menos-valias contabilísticas | - | - |
| Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento | 330.846,43 | - |
| Donativos não previstos ou além dos limites legais | - | 63,00 |
| Custos extraordinários | 72.068,06 | 51.028,99 |
| Correções relativas a períodos de tributação anteriores | - | (2.183,11) |
| Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados | (71.470,56) | (204.902,87) |
| Reversão de provisões tributadas | (62,17) | (12.338,21) |
| Reversão de perdas por imparidade tributadas | - | - |
| Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos | (8.149,92) | (3.037,67) |
| Mais-valias contabilísticas | (282.862,93) | - |
| Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais | - | (461.782,89) |
| Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos | (105.079,55) | (48.784,14) |
| Benefícios fiscais | (9.909,29) | (8.978,97) |
| Ganhos extraordinários | - | (159,03) |
| Dedução de prejuízos fiscais | - | (1.280.895,67) |
| Gasto por imposto IRC | 1.543.217,86 | 1.372.852,89 |
| Derrama | 284.187,75 | 623.752,77 |
| Tributação autónoma | 137.734,44 | 120.839,41 |
| Diferimento do gasto por imposto, por prejuízo fiscal | - | - |
| Total de gasto por imposto corrente | 1.965.140,05 | 2.117.445,07 |
| IMPOSTO SOBRE LUCROS A PAGAR: | | |
| Entregas por conta e deduções | (2.134.829,01) | (212.962,05) |
| Imposto sobre lucros a pagar / (recuperar) | (169.688,96) | 1.904.483,02 |

12.2. Impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

| | | | | | | | Euros |
|--|-----------------------|------------------|-----------------------|-------------|-----------------|-----------------------|-------|
| | | | | | | | 2019 |
| Impostos diferidos | Saldo inicial | Aumentos | | Diminuições | | Saldo final | |
| | | Resultados | Capital próprio | Resultados | Capital próprio | | |
| De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração | (3.175.349,40) | - | (3.427.545,95) | - | - | (6.602.895,35) | |
| Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios | 347.346,76 | 18.054,03 | - | - | - | 365.400,79 | |
| Do reconhecimento de imparidade s/títulos de rendimento variável | - | - | - | - | - | - | |
| Do reconhecimento do prejuízo fiscal | - | - | - | - | - | - | |
| TOTAL | (2.828.002,64) | 18.054,03 | (3.427.545,95) | - | - | (6.237.494,56) | |

| | | | | | | | Euros |
|--|-----------------------|------------------|-----------------|-----------------------|------------------|-----------------------|-------|
| | | | | | | | 2018 |
| Impostos diferidos | Saldo inicial | Aumentos | | Diminuições | | Saldo final | |
| | | Resultados | Capital próprio | Resultados | Capital próprio | | |
| De ativos financeiros disponíveis para venda – mensuração | (3.237.919,86) | - | - | - | 62.570,46 | (3.175.349,40) | |
| Do reconhecimento de imparidade sobre edifícios | 290.013,71 | 92.830,21 | - | (35.497,16) | - | 347.346,76 | |
| Do reconhecimento de imparidade s/títulos de rendimento variável | - | - | - | - | - | - | |
| Do reconhecimento do prejuízo fiscal | 1.280.154,36 | - | - | (1.280.154,36) | - | - | |
| TOTAL | (1.667.751,79) | 92.830,21 | - | (1.315.651,52) | 62.570,46 | (2.828.002,64) | |

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

.13 AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, mais em concreto a Norma Regulamentar n.º 13/2003-R e a Norma Regulamentar n.º 3/2011-R da ASF, a Companhia é obrigada a afetar investimentos e outros ativos às suas provisões técnicas, de acordo com as regras e limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. A afetação de investimentos e outros ativos, de 2019 e de 2018, demonstra-se no quadro seguinte:

| Euros | | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|------------|-----------------------|
| 2019 | | | | |
| Conceito | Acidentes de Trabalho | Outros seguros | Não afetos | Total |
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | - | 4.808.485,37 | - | 4.808.485,37 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 78.998.847,75 | 86.881.589,53 | - | 165.880.437,28 |
| Terrenos e edifícios | - | 5.768.840,70 | - | 5.768.840,70 |
| Outros ativos tangíveis | - | 1.961.630,37 | - | 1.961.630,37 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 1.347,63 | 31.416.504,76 | - | 31.417.852,39 |
| Créditos sobre Tomadores de Seguros | 523.128,02 | 7.602.237,56 | - | 8.125.365,58 |
| Outros ativos | 418.806,77 | 6.117.291,12 | - | 6.536.097,89 |
| TOTAL | 79.942.130,17 | 144.556.579,41 | - | 224.498.709,58 |

| Euros | | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|------------|-----------------------|
| 2018 | | | | |
| Conceito | Acidentes de Trabalho | Outros seguros | Não afetos | Total |
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | - | 6.470.507,82 | - | 6.470.507,82 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 68.095.966,89 | 84.334.328,06 | - | 152.430.294,95 |
| Terrenos e edifícios | - | 5.981.950,25 | - | 5.981.950,25 |
| Outros ativos tangíveis | - | 342.628,05 | - | 342.628,05 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 1.228,20 | 25.088.829,69 | - | 25.090.057,89 |
| Créditos sobre Tomadores de Seguros | 613.414,30 | 5.835.037,94 | - | 6.448.452,24 |
| Outros ativos | 398.982,58 | 5.905.383,73 | - | 6.304.366,31 |
| TOTAL | 69.109.591,97 | 133.958.665,54 | - | 203.068.257,51 |

.14 PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões técnicas de seguro direto apresentam o seguinte movimento:

| Euros | | | | |
|---|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 2019 | | | | |
| Provisões técnicas – seguro direto | Saldo inicial | Aumento | Redução | Saldo final |
| Provisão para prémios não adquiridos | 23.556.854,05 | 1.930.714,82 | - | 25.487.568,87 |
| Prémios não adquiridos | 29.861.220,36 | 2.162.446,40 | - | 32.023.666,76 |
| Custos de aquisição diferidos | (6.304.366,31) | (231.731,58) | - | (6.536.097,89) |
| Provisão para sinistros | 105.410.615,69 | 58.195.356,65 | 55.982.356,33 | 107.623.616,01 |
| De acidentes de trabalho | 52.918.424,30 | 11.532.856,60 | 11.816.067,72 | 52.635.213,18 |
| Provisão matemática | 44.032.583,91 | 8.582.890,66 | 8.022.674,91 | 44.592.799,66 |
| Pensões | 35.971.178,31 | 7.564.932,44 | 7.490.516,20 | 36.045.594,55 |
| Assistência vitalícia | 3.751.500,43 | 956.531,39 | 285.538,63 | 4.422.493,19 |
| FAT | 2.072.113,83 | 61.426,83 | - | 2.133.540,66 |
| IBNR | 2.237.791,34 | - | 246.620,08 | 1.991.171,26 |
| Outras prestações e custos | 7.941.687,86 | 2.949.965,94 | 3.680.670,54 | 7.210.983,26 |
| Outras prestações | 4.238.726,23 | 2.864.631,04 | 3.475.226,14 | 3.628.131,13 |
| IBNR | 680.361,54 | - | 205.444,40 | 474.917,14 |
| IBNER | 3.022.600,09 | 85.334,90 | - | 3.107.934,99 |
| Custos de gestão de sinistros | 944.152,53 | - | 112.722,27 | 831.430,26 |
| De outros seguros | 52.492.191,39 | 46.662.500,05 | 44.166.288,61 | 54.988.402,83 |
| Prestações e custos | 51.095.808,68 | 46.493.890,02 | 44.092.340,85 | 53.497.357,85 |
| Prestações | 47.832.170,02 | 45.136.854,81 | 43.049.666,03 | 49.919.358,80 |
| IBNR | 3.102.130,80 | 369.532,77 | 281.575,91 | 3.190.087,66 |
| IBNER | 161.507,86 | 987.502,44 | 761.098,91 | 387.911,39 |
| Custos de gestão de sinistros | 1.396.382,71 | 168.610,03 | 73.947,76 | 1.491.044,98 |
| Provisão para desvios de sinistralidade | 2.886.110,61 | 35.115,66 | - | 2.921.226,27 |
| Provisão para riscos em curso | 767.751,33 | 11.177,12 | 595.900,33 | 183.028,12 |
| TOTAL | 132.621.331,68 | 60.172.364,25 | 56.578.256,66 | 136.215.439,27 |

| Euros | | | | |
|---|-----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 2018 | | | | |
| Provisões técnicas – seguro direto | Saldo inicial | Aumento | Redução | Saldo final |
| Provisão para prémios não adquiridos | 19.834.726,51 | 3.722.127,54 | - | 23.556.854,05 |
| Prémios não adquiridos | 25.932.876,81 | 3.928.343,55 | - | 29.861.220,36 |
| Custos de aquisição diferidos | (6.098.150,30) | (206.216,01) | - | (6.304.366,31) |
| Provisão para sinistros | 100.246.872,85 | 63.112.966,80 | 57.949.223,96 | 105.410.615,69 |
| De acidentes de trabalho | 52.774.310,97 | 16.918.361,75 | 16.774.248,42 | 52.918.424,30 |
| Provisão matemática | 43.199.722,82 | 10.680.694,47 | 9.847.833,38 | 44.032.583,91 |
| Pensões | 35.451.274,64 | 10.067.979,83 | 9.548.076,16 | 35.971.178,31 |
| Assistência vitalícia | 3.751.399,16 | 299.858,49 | 299.757,22 | 3.751.500,43 |
| FAT | 1.813.933,50 | 258.180,33 | - | 2.072.113,83 |
| IBNR | 2.183.115,52 | 54.675,82 | - | 2.237.791,34 |
| Outras prestações e custos | 8.810.843,44 | 6.057.259,46 | 6.926.415,04 | 7.941.687,86 |
| Outras prestações | 3.419.922,44 | 6.057.259,46 | 5.238.455,67 | 4.238.726,23 |
| IBNR | 801.307,00 | - | 120.945,46 | 680.361,54 |
| IBNER | 4.589.614,00 | - | 1.567.013,91 | 3.022.600,09 |
| Custos de gestão de sinistros | 763.744,71 | 180.407,82 | - | 944.152,53 |
| De outros seguros | 47.472.561,88 | 46.194.605,05 | 41.174.975,54 | 52.492.191,39 |
| Prestações e custos | 46.184.628,48 | 46.016.692,60 | 41.105.512,40 | 51.095.808,68 |
| Prestações | 42.608.013,00 | 44.990.659,36 | 39.766.502,34 | 47.832.170,02 |
| IBNR | 2.787.586,08 | 564.277,20 | 249.732,48 | 3.102.130,80 |
| IBNER | 789.029,40 | 461.756,04 | 1.089.277,58 | 161.507,86 |
| Custos de gestão de sinistros | 1.287.933,40 | 177.912,45 | 69.463,14 | 1.396.382,71 |
| Provisão para desvios de sinistralidade | 2.759.549,35 | 126.561,26 | - | 2.886.110,61 |
| Provisão para riscos em curso | 1.470.625,60 | 105.071,26 | 807.945,53 | 767.751,33 |
| TOTAL | 124.311.774,31 | 67.066.726,86 | 58.757.169,49 | 132.621.331,68 |

A variação dos prémios não adquiridos no seguro direto e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro direto são apresentadas nas rubricas de “Provisão para prémios não adquiridos (variação)” e “Custos de aquisição diferidos (variação)”, respetivamente, da conta de ganhos e perdas.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso são apresentadas na rubrica de “Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)”, da conta de ganhos e perdas.

Os Anexos 2.1. e 2.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras explicitam os reajustamentos efetuados nos exercícios de 2019 e de 2018, respetivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

Os Anexos 3.1. e 3.2. a estas Notas às Demonstrações Financeiras contêm a discriminação dos custos com sinistros do seguro direto do exercício e do exercício anterior, respetivamente.

.15 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

| Conceito | Euros | |
|---------------------------------------|---------------------|-----------|
| | 2019 | 2018 |
| OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS | | |
| Depósitos Recebidos de Resseguradores | 10.855,33 | 11.057,79 |
| Passivos de Locação | 2.408.825,51 | - |
| TOTAL | 2.419.680,84 | 11.057,79 |

Relativamente aos Passivos de Locação, no quadro abaixo, apresentam-se os movimentos que ocorreram no exercício de 2019:

| Passivos de locação | Euros | | | | | |
|-------------------------------|---------------------|------------------|---------------------|------------------|-----------------|---------------------|
| | Saldo inicial * | 2019 | | | | Saldo final |
| | | Novas locações | Amortização passivo | Gasto financeiro | Cessação | |
| Passivos de Locação – Imóveis | 2.550.924,82 | - | 201.531,58 | 51.361,60 | | 2.298.031,64 |
| Passivos de Locação – Outros | 100.853,97 | 90.248,81 | 68.427,36 | 7.756,90 | 4.124,65 | 110.793,87 |
| TOTAL | 2.651.778,79 | 90.248,81 | 269.958,94 | 59.118,50 | 4.124,65 | 2.408.825,51 |

* Saldo inicial corresponde ao ajustamento decorrente da aplicação da IFRS 16.

O principal impacto resultante da aplicação da IFRS 16, no que concerne ao Passivo, é um incremento de 2.408.825,51 euros em “Passivos de locação”. Relativamente à Demonstração de Resultados, há um incremento dos Gastos financeiros em 59.118,50 euros.

No quadro abaixo, apresentamos a maturidade dos fluxos de caixa que estão contratualizados:

| Passivos de locação | Euros | | | Total fluxos | Saldo final |
|-------------------------------|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | 2019 | | | | |
| | Análise maturidade – fluxos de caixa contratuais não descontados | | | | |
| | Inferiores a 1 ano | 1 a 5 anos | Superiores a 5 anos | | |
| Passivos de Locação – Imóveis | 334.197,57 | 1.316.363,40 | 840.706,20 | 2.491.267,17 | 2.298.031,64 |
| Passivos de Locação – Outros | 73.802,94 | 44.270,90 | - | 118.073,84 | 110.793,87 |
| TOTAL | 408.000,51 | 1.360.634,30 | 840.706,20 | 2.609.341,01 | 2.408.825,51 |

.16

OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tem a seguinte desagregação:

| Rubrica | 2019 | 2018 |
|--|---------------------|--------------|
| Euros | | |
| OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES | | |
| Contas a pagar por operações de seguro direto | 4.570.192,77 | 3.461.783,21 |
| Prémios recebidos antecipadamente e estornos a pagar | 1.974.272,92 | 1.431.167,17 |
| Mediadores | 1.415.163,18 | 1.283.979,85 |
| Cosseguradoras | 972.051,53 | 614.033,55 |
| Outros saldos credores por operações de seguro direto | 208.705,14 | 132.602,64 |
| Contas a pagar por operações de resseguro | 2.151.876,07 | 1.602.122,06 |
| Contas a pagar por outras operações | 1.086.098,82 | 1.018.107,93 |
| Fornecedores | 899.473,53 | 812.560,63 |
| FAT recebimentos | - | - |
| Outros credores | 186.625,29 | 205.547,30 |
| TOTAL | 7.808.167,66 | 6.082.013,20 |

.17

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O passivo contabilizado em acréscimos e diferimentos desagrega-se da seguinte forma:

| Rubrica | 2019 | 2018 |
|---|---------------------|--------------|
| Euros | | |
| Acréscimos de gastos com o pessoal | 1.277.520,55 | 1.310.459,75 |
| Subsídio de férias e mês de férias | 921.504,52 | 953.390,18 |
| Outros acréscimos e encargos sobre remunerações | 356.016,03 | 357.069,57 |
| Outros acréscimos de gastos | 2.333.327,17 | 2.368.191,65 |
| Incentivos a mediadores | 667.887,04 | 711.993,73 |
| Trabalhos especializados | 121.533,12 | 145.011,62 |
| Outros acréscimos | 1.543.907,01 | 1.511.186,30 |
| TOTAL | 3.610.847,72 | 3.678.651,40 |

.18 OUTRAS PROVISÕES

O valor contabilizado em outras provisões desagrega-se como segue:

| Euros | | | | |
|-------------------------|-------------------|----------|-------------------|------------------|
| 2019 | | | | |
| Rubrica | Saldo inicial | Aumento | Redução | Saldo final |
| OUTRAS PROVISÕES | | | | |
| Taxas e impostos | 23.787,09 | - | - | 23.787,09 |
| Outras provisões | 350.000,00 | - | 350.000,00 | - |
| TOTAL | 373.787,09 | - | 350.000,00 | 23.787,09 |

| Euros | | | | |
|-------------------------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|
| 2018 | | | | |
| Rubrica | Saldo inicial | Aumento | Redução | Saldo final |
| OUTRAS PROVISÕES | | | | |
| Taxas e impostos | 80.659,30 | - | 56.872,21 | 23.787,09 |
| Outras provisões | - | 350.000,00 | - | 350.000,00 |
| TOTAL | 80.659,30 | 350.000,00 | 56.872,21 | 373.787,09 |

A provisão para taxas e impostos diz respeito a um montante de impostos adicionais liquidados no ano de 2006, em resultado da fiscalização efetuada pela DGCI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela Companhia (23.787,00 euros).

.19 CAPITAL

19.1. Composição do Capital

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2019, é de 33.108.650,00 euros, dividido em 6.635.000 ações nominativas, no valor nominal de 4,99 euros cada, repartido da seguinte forma:

| Entidade acionista | 2019 | | 2018 | |
|---------------------|------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| | N.º de ações | Valor | N.º de ações | Valor |
| MAPFRE ESPAÑA, S.A. | 6.635.000 | 33.108.650,00 | 6.635.000 | 33.108.650,00 |
| TOTAL | 6.635.000 | 33.108.650,00 | 6.635.000 | 33.108.650,00 |

De acordo com o quadro anterior, as ações são detidas por entidades associadas, não existindo qualquer ação de propriedade da própria Companhia.

Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às ações representativas do capital.

Em referência a 31 de dezembro de 2019, não existem ações reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de ações.

Nos exercícios 2019 e 2018, as transações com os acionistas podem ser vistas na Nota 36.

No exercício de 2019, não existiram acordos de pagamento com base em ações, pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

19.2. Resultados por ação

Apresenta-se o cálculo do resultado por ação:

| Conceito | 2019 | 2018 |
|-------------------------------|--------------|---------------|
| Resultado líquido | 5.514.502,36 | 12.029.451,30 |
| Número médio de ações | 6.635.000,00 | 6.635.000,00 |
| Resultado por ação (em euros) | 0,83 | 1,81 |

19.3. Dividendos por ação

No exercício atual, assim como no anterior, não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

O Conselho de Administração propôs que o resultado positivo do exercício de 2019, no montante de 5.514.502,36 euros (cinco milhões, quinhentos e catorze mil e quinhentos e dois euros e trinta e seis cêntimos) seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal: 551.450,24 euros (quinhentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta euros e vinte e quatro cêntimos).
- Reserva livre: 4.963.052,12 euros (quatro milhões, novecentos e sessenta e três mil e cinquenta e dois euros e doze cêntimos).

.20 RESERVAS

No quadro abaixo, apresentam-se os movimentos que ocorreram nos exercícios de 2019 e de 2018 em cada uma das reservas:

Euros

| 2019 | | | | |
|---|----------------------|------------------------|------------------------|----------------------|
| Demonstração das variações das reservas | Saldo inicial | Aumentos / diminuições | Imparidades / reversão | Saldo final |
| Reservas de reavaliação | 14.112.664,03 | 15.233.537,52 | - | 29.346.201,55 |
| Ações / Unid. part. fundos invest. | (104.344,30) | 1.993.112,92 | - | 1.888.768,62 |
| Títulos de rendimento fixo | 14.217.008,33 | 13.240.424,60 | - | 27.457.432,93 |
| Reserva por impostos diferidos | (3.175.349,40) | (3.427.545,95) | - | (6.602.895,35) |
| Outras reservas | 19.138.967,18 | 12.033.123,55 | - | 31.172.090,73 |
| Reserva legal | 4.203.866,86 | 1.202.945,13 | - | 5.406.811,99 |
| Prémios de emissão | 2.979.548,04 | - | - | 2.979.548,04 |
| Outras reservas | 11.955.552,28 | 10.830.178,42 | - | 22.785.730,70 |
| TOTAL | 30.076.281,81 | 23.839.115,12 | - | 53.915.396,93 |

Euros

| 2018 | | | | |
|---|----------------------|------------------------|------------------------|----------------------|
| Demonstração das variações das reservas | Saldo inicial | Aumentos / diminuições | Imparidades / reversão | Saldo final |
| Reservas de reavaliação | 15.418.666,02 | (1.306.001,99) | - | 14.112.664,03 |
| Ações / Unid. part. fundos invest. | 1.869.888,33 | (1.974.232,63) | - | (104.344,30) |
| Títulos de rendimento fixo | 13.548.777,69 | 668.230,64 | - | 14.217.008,33 |
| Reserva por impostos diferidos | (3.237.919,86) | 62.570,46 | - | (3.175.349,40) |
| Outras reservas | 24.455.666,77 | (5.316.699,59) | - | 19.138.967,18 |
| Reserva legal | 4.203.866,86 | - | - | 4.203.866,86 |
| Prémios de emissão | 2.979.548,04 | - | - | 2.979.548,04 |
| Outras reservas | 17.272.251,87 | (5.316.699,59) | - | 11.955.552,28 |
| TOTAL | 36.636.412,93 | (6.560.131,12) | - | 30.076.281,81 |

.21 PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

A Companhia encerrou o exercício de 2019 reconhecendo, na rubrica de ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro direto, o valor de 97.082.400,49 euros, totalmente provenientes de contratos de seguro não vida e distribuídos por grupos de ramos de acordo com o Anexo 4.1. a estas Notas.

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | | Euros | |
|---|----------------------|---------------|--|
| Conceito | 2019 | 2018 | |
| PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO | | | |
| Prémios brutos emitidos | 97.082.400,49 | 96.193.199,85 | |
| Prémios de resseguro cedido | 29.651.202,25 | 25.778.965,82 | |
| Prémios líquidos de resseguro | 67.431.198,24 | 70.414.234,03 | |
| Provisão para prémios não adquiridos (variação) | 2.162.446,40 | 3.928.343,55 | |
| Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) | 1.271.986,11 | 2.786.162,76 | |
| Prémios não adquiridos (variação) | 890.460,29 | 1.142.180,79 | |
| TOTAL | 66.540.737,95 | 69.272.053,24 | |

| | | Euros | |
|---|----------------------|---------------|--|
| Conceito | 2019 | 2018 | |
| PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO | | | |
| Prémios brutos emitidos | 97.082.400,49 | 96.193.199,85 | |
| Provisão para prémios não adquiridos (variação) | 2.162.446,40 | 3.928.343,55 | |
| Prémios brutos adquiridos | 94.919.954,09 | 92.264.856,30 | |
| Prémios de resseguro cedido | 29.651.202,25 | 25.778.965,82 | |
| Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) | 1.271.986,11 | 2.786.162,76 | |
| Prémios de resseguro cedido adquiridos | 28.379.216,14 | 22.992.803,06 | |
| TOTAL | 66.540.737,95 | 69.272.053,24 | |

.22

CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| Conceito | Euros | |
|--|-----------------------|----------------------|
| | 2019 | 2018 |
| CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO | | |
| Montantes pagos | 47.885.767,50 | 49.454.242,24 |
| Montantes brutos | 58.797.400,53 | 57.935.259,11 |
| Parte dos resseguradores | 10.911.633,03 | 8.481.016,87 |
| Provisão para sinistros (variação) | (3.716.973,89) | (2.483.306,55) |
| Montantes brutos | 1.430.467,10 | 2.960.083,87 |
| Parte dos resseguradores | 5.147.440,99 | 5.443.390,42 |
| TOTAL | 44.168.793,61 | 46.970.935,69 |

| Conceito | Euros | |
|--|----------------------|----------------------|
| | 2019 | 2018 |
| CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO | | |
| Custos com sinistros | 60.227.867,63 | 60.895.342,98 |
| Montantes pagos | 58.797.400,53 | 57.935.259,11 |
| Provisão para sinistros (variação) | 1.430.467,10 | 2.960.083,87 |
| Custos com sinistros parte dos resseguradores | 16.059.074,02 | 13.924.407,29 |
| Montantes pagos | 10.911.633,03 | 8.481.016,87 |
| Provisão para sinistros (variação) | 5.147.440,99 | 5.443.390,42 |
| TOTAL | 44.168.793,61 | 46.970.935,69 |

.23

OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| Conceito | Euros | | | | | |
|--|---------------------|------------------|---------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | 2019 | | | 2018 | | |
| | Seguro direto | Resseguro cedido | Líquido | Seguro direto | Resseguro cedido | Líquido |
| OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO (VARIAÇÃO) | | | | | | |
| Provisão para desvios de sinistralidade | 35.115,66 | - | 35.115,66 | 126.561,26 | - | 126.561,26 |
| Provisão para riscos em curso | (584.723,21) | - | (584.723,21) | (702.874,27) | - | (702.874,27) |
| TOTAL | (549.607,55) | - | (549.607,55) | (576.313,01) | - | (576.313,01) |

.24 CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

24.1. Por natureza

Os custos por natureza são analisados, relativamente à execução do orçamento e respetivos desvios, ao longo de cada um dos exercícios, pelos grupos pelos quais foram orçamentados.

Apresenta-se abaixo um detalhe desses grupos, para os exercícios de 2019 e de 2018:

| Rubrica | 2019 | 2018 |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|
| Pessoal | 11.246.892,51 | 11.178.891,76 |
| Viagens e relações públicas | 882.300,29 | 840.088,57 |
| Imóveis | 1.734.908,34 | 1.777.418,16 |
| Informática | 2.636.140,35 | 2.341.035,32 |
| Publicidade | 701.070,35 | 437.014,64 |
| Campanhas comerciais | 122.020,90 | 184.731,64 |
| Serviços profissionais externos | 1.301.583,98 | 1.399.042,17 |
| Outros gastos internos | 2.209.182,91 | 2.865.156,27 |
| TOTAL | 20.834.099,63 | 21.023.378,53 |

Os honorários por serviços de Revisão Oficial de Contas e afins encontram-se incluídos na rubrica de “Serviços profissionais externos”.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas auferê as remunerações que se encontram contratualmente estabelecidas e que a seguir se divulgam nos termos legalmente exigíveis.

Os honorários faturados nos exercícios de 2019 e de 2018 têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

| Âmbito | 2019 | 2018 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Serviços de revisão legal de contas | 41.326,20 | 40.387,00 |
| Outros serviços | 17.000,00 | 14.000,00 |
| TOTAL | 58.326,20 | 54.387,00 |

Os custos com locações encontram-se no quadro abaixo:

| Âmbito | 2019 | 2018 |
|---|-------------------|------|
| Gastos com juros relativos aos passivos de locação | 59.118,50 | - |
| Gastos relativos a locações de curta duração | 459.531,48 | - |
| Gastos relativos a locações de ativos de valor reduzido, exclui locações de curta duração | 237.022,18 | - |
| TOTAL | 755.672,16 | - |

As quantias despendidas relativas a locações de curto prazo contabilizadas nos termos da IFRS 16 ascendem a 459.531,48 euros, sendo repartidas em 402.374,54 euros relativos a rendas de imóveis e 57.156,94 euros relacionados com aluguer de viaturas.

Há também quantias despendidas relativas a locações de baixo valor no montante de 237.022,18 euros, relativo a aluguer de equipamento informático

24.2. Por funções

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

• Imputação de custos pelas várias áreas funcionais

O valor imputado a cada área funcional resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respetivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área; e
- a percentagem a aplicar aos custos por natureza, para cada uma das áreas, é encontrada dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área e pelo valor total dos vencimentos.

• Imputação de custos por funções aos diversos ramos

A imputação dos custos por funções, pelos diversos ramos, é efetuada da seguinte forma:

- custos com sinistros, custos e gastos de exploração e gastos de investimentos;
- 25% do valor a imputar, com base nos custos com sinistros, outros 25% com base no número de sinistros, outros 25% com base nos prémios emitidos e os restantes 25% com base no número de apólices.

No quadro abaixo, demonstra-se o total dos custos e gastos por natureza imputados às diversas funções:

| Euros | | | | |
|--|---------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| 2019 | | | | |
| Custos e gastos por natureza a imputar | Gestão de sinistros | Custos de exploração | Gestão de investimentos | Total |
| Custos com pessoal | 3.293.045,83 | 7.738.096,04 | 215.750,64 | 11.246.892,51 |
| Fornecimentos e serviços externos | 2.369.170,53 | 5.025.695,71 | 113.326,54 | 7.508.192,78 |
| Impostos e taxas | 206.832,39 | 505.928,06 | 13.831,86 | 726.592,31 |
| Amortizações do exercício | 314.837,63 | 795.875,11 | 20.933,30 | 1.131.646,04 |
| Outras provisões | (29.448,28) | (81.243,05) | (2.072,03) | (112.763,36) |
| Juros suportados | 15.884,94 | 42.575,08 | 1.063,75 | 59.523,77 |
| Comissões | - | - | 274.015,58 | 274.015,58 |
| TOTAL | 6.170.323,04 | 14.026.926,95 | 636.849,64 | 20.834.099,63 |

| Euros | | | | |
|--|---------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| 2018 | | | | |
| Custos e gastos por natureza a imputar | Gestão de sinistros | Custos de exploração | Gestão de investimentos | Total |
| Custos com pessoal | 2.899.108,23 | 8.051.258,81 | 228.524,72 | 11.178.891,76 |
| Fornecimentos e serviços externos | 2.205.480,03 | 4.716.195,88 | 126.192,73 | 7.047.868,64 |
| Impostos e taxas | 164.866,21 | 455.765,19 | 12.962,22 | 633.593,62 |
| Amortizações do exercício | 206.171,41 | 576.169,67 | 16.533,49 | 798.874,57 |
| Outras provisões | 99.097,51 | 189.259,39 | 4.770,89 | 293.127,79 |
| Juros suportados | 159,00 | 439,41 | 12,52 | 610,93 |
| Comissões | - | - | 1.070.411,22 | 1.070.411,22 |
| TOTAL | 5.574.882,39 | 13.989.088,35 | 1.459.407,79 | 21.023.378,53 |

.25 CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os custos de aquisição, registados nos exercícios de 2019 e 2018, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

| Custos de aquisição | Euros | |
|-----------------------|----------------------|----------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Custos imputados | 9.806.411,84 | 9.919.047,01 |
| Comissões de mediação | 8.493.230,48 | 8.827.093,57 |
| Outros | 1.192.671,64 | 1.192.865,29 |
| TOTAL | 19.492.313,96 | 19.939.005,87 |

Na rubrica "Outros" estão registados os incentivos processados aos mediadores (*Profit Commissions*).

.26 GASTOS COM O PESSOAL

O número total de trabalhadores, no fim do exercício de 2019, era de 229, menos 9 do que no exercício anterior. O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por grupos profissionais e categorias, conforme apresentado no quadro seguinte:

| Grupo profissional / categoria | N.º de trabalhadores |
|--------------------------------|----------------------|
| Dirigente | 9 |
| Diretor | 9 |
| Gestor | 15 |
| Gestor Comercial | 3 |
| Gestor Operacional | 10 |
| Gestor Técnico | 2 |
| Operacional | 187 |
| Coordenador Operacional | 49 |
| Especialista Operacional | 138 |
| Técnico | 18 |
| Técnico | 18 |
| TOTAL | 229 |

Os gastos com pessoal, registados nos exercícios de 2019 e de 2018, por natureza, apresentam o seguinte detalhe:

| Rubrica | 2019 | 2018 |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Remunerações | 8.723.565,51 | 8.643.290,55 |
| Dos órgãos sociais | 111.903,68 | 115.911,78 |
| Do pessoal | 8.611.661,83 | 8.527.378,77 |
| Encargos sobre remunerações | 1.854.538,04 | 1.851.099,74 |
| Benefícios pós-emprego | 106.650,18 | 126.342,72 |
| Planos de contribuição definida | 104.447,74 | 107.422,55 |
| Planos de benefícios definidos | 2.202,44 | 18.920,17 |
| Benefícios de cessação de emprego | 95.335,98 | 53.190,52 |
| Seguros obrigatórios | 192.645,84 | 243.848,44 |
| Gastos de ação social | 33.932,57 | 44.853,07 |
| Outros gastos com o pessoal | 240.224,39 | 216.266,72 |
| TOTAL | 11.246.892,51 | 11.178.891,76 |

O Conselho de Administração da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é composto por oito membros, sendo que quatro, incluindo o Presidente, desempenham as suas funções como trabalhadores dependentes de empresas que integram o Grupo MAPFRE, não auferindo, por isso, quaisquer remunerações como membros de órgãos estatutários. Os outros quatro membros são administradores não pertencentes ao quadro de outras sociedades do grupo MAPFRE das quais recebam retribuição, sendo neste caso remunerados com uma retribuição fixa anual.

A Companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

.27

OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A alteração estatutária da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) no fim de 2015, em que a mesma deixou de ser uma associação de empregadores para voltar a ser uma associação empresarial, tornou obsoleto o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, conduzindo a generalidade das associadas da APS a negociar uma nova convenção coletiva de trabalho.

As negociações foram breves, uma vez que o novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi em tudo semelhante ao CCT de 2012, tendo o mesmo sido publicado em 29 de janeiro de 2016 no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4. Foi subscrito, do lado dos empregadores, por várias empresas de seguros, incluindo a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. e, do lado dos trabalhadores, pelo STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora e pelo SISEP – Sindicato dos Profissionais dos Seguros de Portugal.

Entretanto, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou que o Contrato Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 32, de 29 de agosto de 2008, com as alterações constantes do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 29, de 8 de agosto de 2009, se mantinha em vigor no que respeitava às relações de trabalho entre seguradoras filiadas na APS e respetivos colaboradores sindicalizados no SINAPSA.

Neste sentido, passaram a vigorar duas convenções coletivas do setor segurador: o CCT de 2008 e o ACT de 2016. Os colaboradores sindicalizados no SINAPSA ficaram abrangidos pelo primeiro, enquanto os sindicalizados no STAS e no SISEP pelo segundo.

Os restantes colaboradores, não sindicalizados, puderam escolher qual dos instrumentos (CCT/2008 ou ACT/2016) lhes fosse aplicável.

Consequentemente, passou a coexistir um Plano de contribuição definida, ao abrigo do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT/2016) e um Plano de benefícios definido, de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT/2008).

27.1. Plano de contribuição definida

a) Descrição geral do plano

Enquanto vigorou o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) de 2012, foram sendo feitas contribuições anuais para o Plano Individual de Reforma, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as percentagens indicadas na tabela seguinte:

| Ano civil | % Contribuição para o PIR |
|---------------------------------------|---------------------------|
| 2012 – Contribuição anual | 1,00% |
| 2013 – Contribuição anual | 2,25% |
| 2014 – Contribuição anual | 2,50% |
| 2014 – Contribuição extraordinária * | 1,25% |
| 2015 e seguintes – Contribuição anual | 3,25% |

* Alteração do CCT publicado em 2012 no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 45, de 08.12.2014.

A primeira contribuição da Companhia para o Plano Individual de Reforma verificou-se:

- i. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora depois de 22 de junho de 1995:
 - a. no ano de 2012, conforme tabela acima;
 - b. nos anos seguintes até 2015, conforme tabela desta nota.
- ii. Para os trabalhadores no ativo que foram admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995:
 - c. no ano de 2012, houve uma conversão do valor da responsabilidade por serviços passados calculados nos termos da cláusula 56.ª do CCT/2008;
 - d. no ano de 2015, conforme tabela acima.

Com a entrada em vigor do novo Acordo Coletivo de Trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 4 de 2016, e em tudo semelhante ao CCT/2012 dando assim continuidade ao Plano Individual de Reforma, a Companhia efetuou em 2016 e efetuará anualmente contribuições para todos os trabalhadores abrangidos pelo ACT/2016, de valor igual a 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador, de acordo com as cláusulas 50.ª e 51.ª, bem como o Anexo V do respetivo acordo.

As contribuições para o Plano Individual de Reforma relativas aos exercícios de 2019 e anterior apresentam-se no quadro abaixo:

| Conceito | Euros | |
|---|-------------------|-------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Contribuição para o Plano Individual de Reforma, para os trabalhadores no ativo | 104.447,74 | 107.422,55 |
| TOTAL | 104.447,74 | 107.422,55 |

A Companhia tem contratadas apólices de seguro individuais, num produto Universal Life, com garantia de capital, junto da MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada. O valor capitalizado das entregas é resgatável, nos termos previstos no Anexo V do Acordo Coletivo de Trabalho.

b) Universo do plano

Fazem parte do plano 175 trabalhadores que preenchem os requisitos e aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho, que entrou em vigor em 29/01/2016.

27.2. Plano de benefícios definidos

a) Descrição geral do plano

Fruto da possibilidade de escolha entre o ACT/2016 e o CCT/2008 para os colaboradores não sindicalizados, houve colaboradores que optaram pelo CCT/2008 passando a vigorar para estes o plano de benefícios definidos, desde que preencham as condições das cláusulas 56.ª e 57.ª do respetivo CCT.

Sendo assim, este plano segundo o qual têm direito a um complemento de reforma por velhice ou invalidez em conformidade com os cálculos constantes nas cláusulas 56.ª e 57.ª

do respetivo CCT, e apenas para colaboradores admitidos até 22/06/1995 que se reformem na atividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, dez anos de serviço na mesma, destina-se a garantir os compromissos com pensões dos trabalhadores da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., que não aderiram ao CCT/2012 em 2012, ficando na altura abrangidos pelo CCT/2008, bem como os que em 2016 optaram pelo CCT/2008.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preenchem as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício de 2019, o número de colaboradores abrangidos pelo plano era de treze e seis reformados. Um deles é um colaborador que não aderiu ao CCT/2012 em 2012, enquanto os restantes doze escolheram o CCT/2008 em 2016.

Ainda nos termos do CCT/2008, a Companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez relativamente aos treze colaboradores.

A quantia da pensão mensal (reforma por invalidez) é calculada segundo a fórmula:

$PM = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * S / 60)$ em que:

- t = número de anos de serviço na atividade seguradora;
- R = último salário efetivo mensal na data da reforma;
- n = número de anos civis com entrada de contribuições para a Segurança Social;
- S = soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a Segurança Social;
- $0,5 >= 0,022 * t <= 0,8$;
- $0,3 >= 0,022 * n <= 0,8$;

Para terem direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar no mínimo com cinco anos de serviço na atividade seguradora, e qualquer fração de ano conta como um ano completo, e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Para cobrir estas responsabilidades a Companhia contratou uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A.

b) Veículo de financiamento utilizado

As responsabilidades da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A., no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no ativo, sejam as relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, subscritas na MAPFRE – Seguros de Vida, S.A., entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias, no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado.

Para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no ativo, são adquiridas a cada ano apólices de Capital Diferido a prémio único para os colaboradores que não aderiram ao CCT/2012 em 2012.

No que diz respeito aos colaboradores que em 2016 optaram pelo CCT/2008, já dispunham de apólices Universal Life constituídas pela Companhia aquando da entrada em vigor do CCT/2012. Sendo assim, com a perda de efeitos desta convenção pelos motivos já explicitados, estes ativos serviram de base à cobertura das responsabilidades, até à sua medida.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

c) Valor e taxa de rentabilidade efetiva dos ativos do plano

O valor dos ativos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

| 2019 | | | | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------|--------------------|----------------------|
| N.º apólice | Modalidade | Taxa técnica | Tabela mortalidade | Valor ativos (euros) |
| 200800139 | Plano Individual Proteção/Reforma | 2,50% | - | 36.367,48 |
| TOTAL APÓLICES UNIVERSAL LIFE | | | | 36.367,48 |
| 8601791100247 | Plano Individual Proteção/Reforma | 0,75% | - | 19.152,34 |
| TOTAL APÓLICES UNIVERSAL LIFE | | | | 19.152,34 |
| 114302 | Rendas vitalícias | 4,00% | GRM95-1 | 14.383,02 |
| 115019 | Rendas vitalícias | 4,00% | GRM80 | 11.654,69 |
| 124422 | Rendas vitalícias | 4,00% | GRM95-1 | 47.531,48 |
| 1001091600001 | Rendas vitalícias | 4,00% | GRM95-1 | 41.071,28 |
| 1001191600008 | Rendas vitalícias | 2,25% | GRM95-1 | 1.618,94 |
| 1001891100073 | Rendas vitalícias | 0,75% | GRM95-1 | 33.702,97 |
| TOTAL APÓLICES RENDA VITALÍCIA | | | | 149.962,38 |
| TOTAL APÓLICES | | | | 205.482,20 |

| 2018 | | | | |
|--|-----------------------------------|--------------|--------------------|----------------------|
| N.º apólice | Modalidade | Taxa técnica | Tabela mortalidade | Valor ativos (euros) |
| 200800139 | Plano Individual Proteção/Reforma | 2,50% | - | 30.413,36 |
| TOTAL APÓLICES UNIVERSAL LIFE | | | | 30.413,36 |
| 8601791100247 | Plano Individual Proteção/Reforma | 0,75% | - | 19.009,77 |
| TOTAL APÓLICES CAPITAL DIFERIDO | | | | 19.009,77 |
| 114302 | Rendas vitalícias | 4,00% | GRM95-1 | 14.771,30 |
| 115019 | Rendas vitalícias | 4,00% | GRM80 | 12.007,80 |
| 124422 | Rendas vitalícias | 4,00% | GRM95-1 | 49.016,00 |
| 1001091600001 | Rendas vitalícias | 4,00% | GRM95-1 | 42.349,71 |
| 1001191600008 | Rendas vitalícias | 2,25% | GRM95-1 | 1.677,09 |
| 1001891100073 | Rendas vitalícias | 0,75% | GRM95-1 | 34.757,15 |
| TOTAL APÓLICES RENDA VITALÍCIA | | | | 154.579,05 |
| TOTAL APÓLICES | | | | 204.002,18 |

d) Responsabilidade passada

| Euros | | |
|---|-------------------|-------------------|
| Conceito | 2019 | 2018 |
| Valor atual serviços passados – pessoal no ativo – novos CCT/2008 | 36.367,50 | 30.413,38 |
| Valor atual serviços passados – pessoal no ativo | 2.043,45 | 1.644,66 |
| Valor atual serviços passados – reformados | 149.962,38 | 154.579,05 |
| TOTAL | 188.373,33 | 186.637,09 |

e) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do valor atual das obrigações

Responsabilidades com pessoal no ativo

| Euros | | |
|--|------------------|------------------|
| Conceito | 2019 | 2018 |
| Valor responsabilidades janeiro | 32.058,04 | 87.717,60 |
| Retificação serviços passados – novos CCT/2008 | - | - |
| Custo serviço corrente | 1.678,20 | 1.249,63 |
| Custo dos juros | 666,81 | 1.135,98 |
| Resgates | - | (23.039,70) |
| Ganhos atuariais | 4.007,90 | (35.005,47) |
| Perdas atuariais | - | - |
| VALOR RESPONSABILIDADES DEZEMBRO | 38.410,95 | 32.058,04 |

Responsabilidade com pensões em pagamento

| Euros | | |
|---|-------------------|-------------------|
| Conceito | 2019 | 2018 |
| Valor responsabilidades janeiro | 154.579,05 | 123.433,48 |
| Custo dos juros | 4.724,57 | 4.820,51 |
| Ganhos atuariais | - | - |
| Perdas atuariais | 3.132,34 | 37.972,00 |
| Prestações pagas | (12.473,58) | (11.646,94) |
| VALOR RESPONSABILIDADES DEZEMBRO | 149.962,38 | 154.579,05 |

Responsabilidade total com pensões

| Euros | | |
|--|-------------------|-------------------|
| Conceito | 2019 | 2018 |
| Valor responsabilidades janeiro | 186.637,09 | 211.151,08 |
| Retificação serviços passados – novos CCT/2008 | - | - |
| Custo serviço corrente | 1.678,20 | 1.249,63 |
| Custo dos juros | 5.391,38 | 5.956,49 |
| Resgates | - | (23.039,70) |
| Ganhos atuariais | 4.007,90 | (35.005,47) |
| Perdas atuariais | 3.132,34 | 37.972,00 |
| Prestações pagas | (12.473,58) | (11.646,94) |
| VALOR RESPONSABILIDADES DEZEMBRO | 188.373,33 | 186.637,09 |

f) Reconciliação dos saldos de abertura e fecho do justo valor dos ativos

Nos quadros seguintes, apresentamos a reconciliação dos saldos dos ativos:

| Apólices Universal Life | | |
|--|------------------|------------------|
| | Euros | |
| Conceito | 2019 | 2018 |
| Valor ativos janeiro | 30.413,37 | 56.576,73 |
| Retificação ativos – novos CCT/2008 | - | - |
| Ativos a cobrir responsabilidades – novos CCT/2008 | - | - |
| Excesso cobertura – novos CCT/2008 | 5.954,12 | (26.163,36) |
| VALOR ATIVOS DEZEMBRO | 36.367,49 | 30.413,37 |

| Apólices Universal Life | | |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| | Euros | |
| Conceito | 2019 | 2018 |
| Valor ativos janeiro | 19.009,77 | 58.584,02 |
| Contribuições empresa | - | - |
| Resgates | - | (39.881,15) |
| Retorno ativos | 142,57 | 306,89 |
| Ganhos atuariais | - | - |
| Perdas atuariais | - | - |
| VALOR ATIVOS DEZEMBRO | 19.152,34 | 19.009,77 |

Apólices rendas vitalícias

| | Euros | |
|------------------------------|--------------------|-------------------|
| Conceito | 2019 | 2018 |
| Valor ativos janeiro | 154.579,05 | 123.433,48 |
| Retorno ativos | 4.724,57 | 4.820,51 |
| Ganhos atuariais | 3.132,34 | 37.972,00 |
| Prestações pagas | (12.473,59) | (11.646,94) |
| VALOR ATIVOS DEZEMBRO | 149.962,37 | 154.579,05 |

Total de ativos

| | Euros | |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------|
| Conceito | 2019 | 2018 |
| Valor ativos janeiro | 204.002,18 | 238.594,23 |
| Retificação ativos – novos CCT/2008 | - | - |
| Excesso cobertura – novos CCT/2008 | 5.954,12 | (26.163,36) |
| Contribuições da empresa | - | - |
| Resgates | - | (39.881,15) |
| Retorno ativos | 4.867,14 | 5.127,40 |
| Ganhos atuariais | 3.132,34 | 37.972,00 |
| Perdas atuariais | - | - |
| Prestações pagas | (12.473,59) | (11.646,94) |
| VALOR ATIVOS DEZEMBRO | 205.482,20 | 204.002,18 |

g) Reconciliação do valor da obrigação e do justo valor dos ativos do plano

A totalidade das obrigações e dos ativos relativos ao Plano de Benefícios Definido da Companhia, descrito nas alíneas anteriores e) e f), são relevados no balanço nas linhas de “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo”.

h) Gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas e em capital próprio

Gasto reconhecido em resultados

| Conceito | 2019 | 2018 |
|------------------------|-----------------|------------------|
| Custo serviço corrente | 1.678,20 | 1.249,63 |
| Custo dos juros | 5.391,38 | 5.956,49 |
| Retorno ativos | (4.867,14) | (5.127,40) |
| Pagamentos | - | 16.841,45 |
| TOTAL | 2.202,44 | 18.920,17 |

Gasto reconhecido em capital próprio

| Conceito | 2019 | 2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Insuficiência cobertura – novos CCT/2008 | (5.954,12) | - |
| Excesso cobertura – novos CCT/2008 | - | 26.163,36 |
| Ganhos atuariais | 4.007,90 | (35.005,47) |
| Retificação ativos – novos CCT/2008 | - | - |
| Retificação serviços passados – novos CCT/2008 | - | - |
| TOTAL | (1.946,22) | (8.842,11) |

Em capital próprio, no exercício de 2019, foi reconhecido um ganho de 5.954,12 euros, resultante da diferença entre o valor dos ativos (apólices Universal Life) e o respetivo valor das responsabilidades dos colaboradores que optaram pelo CCT/2008 em 2016.

A Companhia reconheceu, no exercício de 2019, em ganhos e perdas, uma perda de 2.202,44 euros.

i) Descrição dos principais pressupostos atuariais usados

O cálculo da responsabilidade foi efetuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização atuarial *Unit Credit* ou Método da Unidade de Crédito Projetada;
- hipóteses atuariais, nem imprudentes nem excessivamente conservadoras;
- tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para mulheres;
- não se considerou taxa de rotação;
- taxa de juro para estimação do valor atual das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2019 de 1,16%;
- crescimento no valor das pensões da Segurança Social de 1,25% ao ano;
- incremento do valor das pensões a cargo da Companhia de 1,25% ao ano;
- taxa de inflação anual de 1,25%;
- incremento salarial à taxa de crescimento anual de 0,60%;
- idade normal de reforma aos 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do anterior Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

- terão direito à prestação de reforma os trabalhadores com data de ingresso no setor segurador anterior a 22 de junho de 1995, de acordo com o estipulado no anterior Contrato Coletivo de Trabalho;
- os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como ativos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da Companhia, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$P = (0,8 \cdot 14 / 12 \cdot R) - (0,022 \cdot n \cdot S / 60)$ em que:

- P= prestação a pagar pela Companhia;
- R= último salário efetivo no momento da reforma;
- n= número de anos de contribuição para a Segurança Social;
- S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10; e
- $0,3 >= 0,022 \cdot N <= 0,8$;
- para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm de contar dez anos de serviço na atividade seguradora;
- qualquer fração de ano conta como um ano completo;
- atualização anual da prestação à taxa de inflação de 1,25%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa atualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

• **Valor atual das responsabilidades**

Corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação, segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital, e aplicando o método *Unit Credit*, obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na Companhia até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31 de dezembro de 2019, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efetuou-se a atualização atuarial e financeira desse capital à data de 31 de dezembro de 2019.

• **Custo do serviço corrente**

Corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

• **Custo dos juros**

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (2,08% anual) pelo valor atual das responsabilidades existente em 31 de dezembro de 2018 e corresponde ao incremento do valor atual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

j) Quantias do período corrente e dos dois períodos anuais anteriores

| | Euros | | |
|---|-------------------|------------|------------|
| Conceito | 2019 | 2018 | 2017 |
| Valor das responsabilidades | 188.373,33 | 186.637,09 | 211.151,08 |
| Valor dos ativos | 205.482,20 | 204.002,18 | 238.594,23 |
| Excesso/(Insuficiência) | 17.108,87 | 17.365,09 | 27.443,15 |
| Ganhos/(Perdas) atuariais das responsabilidades | (7.140,24) | (2.966,53) | 84.637,29 |
| % sobre responsabilidades | -3,79% | -1,59% | 40,08% |
| Ganhos/(Perdas) atuariais dos ativos | 3.132,34 | 37.972,00 | 2.593,69 |
| % sobre ativos | 1,52% | 18,61% | 1,09% |

Os ganhos e perdas atuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

.28 RENDIMENTOS

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida, dividendos de ações e rendas de edifícios de rendimento, tendo em conta o regime contabilístico do acréscimo.

| | | | | Euros |
|---|--------------------------|----------------------|--------------------------|---------------------|
| | | | | 2019 |
| Rendimentos / réditos | Técnicos | | Não técnicos | Total |
| | Instrumentos financeiros | Terrenos e edifícios | Instrumentos financeiros | |
| De ativos financeiros disponíveis para venda | 4.334.643,04 | - | - | 4.334.643,04 |
| de juros de títulos de dívida | 3.573.364,30 | - | - | 3.573.364,30 |
| de dividendos de ações | 586.100,42 | - | - | 586.100,42 |
| de rendimento de unidades de participação | 32.167,68 | - | - | 32.167,68 |
| de rendimento de custo amortizado | 143.010,64 | - | - | 143.010,64 |
| De ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - |
| de juros de títulos de dívida | - | - | - | - |
| de rendimento de custo amortizado | - | - | - | - |
| De outros | - | 38.929,00 | - | 38.929,00 |
| de rendas de edifícios de rendimento | - | 38.929,00 | - | 38.929,00 |
| TOTAL | 4.334.643,04 | 38.929,00 | - | 4.373.572,04 |

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização, com a utilização do método do juro efetivo.

| | | | | Euros |
|---|--------------------------|----------------------|--------------------------|---------------------|
| | | | | 2018 |
| Rendimentos / réditos | Técnicos | | Não técnicos | Total |
| | Instrumentos financeiros | Terrenos e edifícios | Instrumentos financeiros | |
| De ativos financeiros disponíveis para venda | 3.927.368,50 | - | - | 3.927.368,50 |
| de juros de títulos de dívida | 3.311.565,66 | - | - | 3.311.565,66 |
| de dividendos de ações | 464.370,78 | - | - | 464.370,78 |
| de rendimento de unidades de participação | - | - | - | - |
| de rendimento de custo amortizado | 151.432,06 | - | - | 151.432,06 |
| De ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - |
| de juros de títulos de dívida | - | - | - | - |
| de rendimento de custo amortizado | - | - | - | - |
| De outros | - | 42.152,00 | - | 42.152,00 |
| de rendas de edifícios de rendimento | - | 42.152,00 | - | 42.152,00 |
| TOTAL | 3.927.368,50 | 42.152,00 | - | 3.969.520,50 |

.29 GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efetivo.

Euros

| 2019 | | | |
|---|-------------------|-------------------|---------------------|
| Gastos financeiros | Gastos imputados | Gastos diretos | Total |
| Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza | 636.849,64 | - | 636.849,64 |
| Gasto custo amortizado | - | 620.095,18 | 620.095,18 |
| TOTAL | 636.849,64 | 620.095,18 | 1.256.944,82 |

Euros

| 2018 | | | |
|---|---------------------|-------------------|---------------------|
| Gastos financeiros | Gastos imputados | Gastos diretos | Total |
| Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza | 1.459.407,79 | - | 1.459.407,79 |
| Gasto custo amortizado | - | 401.177,92 | 401.177,92 |
| TOTAL | 1.459.407,79 | 401.177,92 | 1.860.585,71 |

.30

GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

“ Em 2019, os ganhos líquidos desta rubrica apresentam um valor positivo de 1,3 milhões de euros.

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor positivo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

| Euros | | | |
|----------------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|
| 2019 | | | |
| Ganhos e perdas realizadas | Ganhos realizados | Perdas realizadas | Ganho/perda líquido |
| De ativos disponíveis para venda | 2.084.036,14 | 737.069,83 | 1.346.966,31 |
| de títulos de dívida | 931.186,55 | 109.135,81 | 822.050,74 |
| de ações | 966.789,63 | 613.554,63 | 353.235,00 |
| de fundos de investimento | 186.059,96 | 14.379,39 | 171.680,57 |
| De outros | - | - | - |
| de imóveis | - | - | - |
| TOTAL | 2.084.036,14 | 737.069,83 | 1.346.966,31 |

| Euros | | | |
|----------------------------------|----------------------|-------------------|----------------------|
| 2018 | | | |
| Ganhos e perdas realizadas | Ganhos realizados | Perdas realizadas | Ganho/perda líquido |
| De ativos disponíveis para venda | 757.989,64 | 118.217,53 | 639.772,11 |
| de títulos de dívida | 262.041,28 | 47.721,90 | 214.319,38 |
| de ações | 494.357,53 | 15.311,23 | 479.046,30 |
| de fundos de investimento | 1.590,83 | 55.184,40 | (53.593,57) |
| De outros | 10.452.983,92 | 6.057,61 | 10.446.926,31 |
| de imóveis | 10.452.983,92 | 6.057,61 | 10.446.926,31 |
| TOTAL | 11.210.973,56 | 124.275,14 | 11.086.698,42 |

.31

PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2019 e de 2018 foi o seguinte:

| Euros | | | | | |
|---|---------------------|------------------|------------|---------------------|---------------------|
| 2019 | | | | | |
| Rubrica | Saldo inicial | Aumento | Alienações | Transfe- rências | Saldo final |
| Imparidade de Ativos Disponíveis para Venda | - | - | - | - | - |
| Ações | - | - | - | - | - |
| Unidades de participação | - | - | - | - | - |
| Imparidade de Edifícios de Serviço Próprio | 1.431.061,07 | 80.240,13 | - | - | 1.511.301,20 |
| Imparidade de Edifícios de Rendimento | 112.702,32 | - | - | - | 112.702,32 |
| TOTAL | 1.543.763,39 | 80.240,13 | - | - | 1.624.003,52 |

| Euros | | | | | |
|---|---------------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 2018 | | | | | |
| Rubrica | Saldo inicial | Aumento | Alienações | Transfe- rências | Saldo final |
| Imparidade de Ativos Disponíveis para Venda | - | - | - | - | - |
| Ações | - | - | - | - | - |
| Unidades de participação | - | - | - | - | - |
| Imparidade de Edifícios de Serviço Próprio | 1.248.734,12 | 256.008,70 | (157.765,12) | 84.083,37 | 1.431.061,07 |
| Imparidade de Edifícios de Rendimento | 132.283,53 | 64.502,16 | - | (84.083,37) | 112.702,32 |
| TOTAL | 1.381.017,65 | 320.510,86 | (157.765,12) | - | 1.543.763,39 |

.32

OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| Conceito | Operações Gerais | |
|--|-------------------|---------------------|
| | 2019 | 2018 |
| OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO | | |
| Outros gastos técnicos | 142.231,72 | 176.703,05 |
| Comissões de gestão de co-seguro | 22.714,93 | 26.887,89 |
| Outros | 119.516,79 | 149.815,16 |
| Outros rendimentos técnicos | 164.073,12 | 11.473,79 |
| Outros | 164.073,12 | 11.473,79 |
| TOTAL | 21.841,40 | (165.229,26) |

.33

AJUSTAMENTOS E OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| Conceito | Operações Gerais | |
|---|---------------------|---------------------|
| | 2019 | 2018 |
| AJUSTAMENTOS DO EXERCÍCIO | | |
| Ajustamentos de recibos por cobrar | (249.223,06) | (712.250,71) |
| Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa | (296,05) | (1.881,18) |
| TOTAL | (249.519,11) | (714.131,89) |

.34 OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS

Nos exercícios de 2019 e de 2018, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

| Conceito | Operações Gerais | |
|---|-------------------|-------------------|
| | 2019 | 2018 |
| OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS | | |
| Outros gastos | 279.506,11 | 376.645,02 |
| Gastos e perdas não correntes | 272.608,37 | 232.995,00 |
| Donativos | 10.100,00 | 300,00 |
| Ofertas a clientes | 58.610,52 | 27.529,34 |
| Multas e penalidades | 12.726,01 | 46.933,73 |
| Quotizações diversas | 246,22 | 914,73 |
| Outros gastos | 190.925,62 | 157.317,20 |
| Gastos e perdas financeiras | 6.890,12 | 2.302,29 |
| Juros suportados | (140,05) | 36,39 |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | 2.672,43 | 698,06 |
| Outros gastos e perdas financeiras | 4.357,74 | 1.567,84 |
| Perdas em outros ativos tangíveis | 7,62 | 141.347,73 |
| Outros rendimentos | 617.249,36 | 525.070,79 |
| Rendimentos e ganhos não correntes | 202.900,85 | 77.728,36 |
| Restituição de impostos | 38.809,15 | 14.465,10 |
| Outros | 164.091,70 | 63.263,26 |
| Rendimentos e ganhos financeiros | 122.343,16 | 150.498,72 |
| Juros de acordos | 6.228,94 | 2.752,71 |
| Juros compensatórios | 1.145,40 | 373,06 |
| Diferenças de câmbio favoráveis | - | 1.642,64 |
| Outros rendimentos e ganhos financeiros | 114.968,82 | 145.730,31 |
| Outros | 292.005,35 | 296.843,71 |
| TOTAL | 337.743,25 | 148.425,77 |

.35 RELATO POR SEGMENTOS

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos, incluindo este último segmento, seguros de Acidentes Pessoais, Doença, Marítimo e Transportes, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Caução.

A definição destes segmentos de negócio foi efetuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

Os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e os prémios brutos emitidos no exercício de 2019 apresentavam a seguinte composição por segmentos reportáveis:

| Euros | | | |
|-----------------------|-----------|-------------------------|-----------------|
| 2019 | | | |
| Acidentes de Trabalho | Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Restantes Ramos |
| 15,4% | 46,2% | 27,2% | 11,2% |
| Euros | | | |
| 2018 | | | |
| Acidentes de Trabalho | Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Restantes Ramos |
| 19,8% | 46,1% | 24,1% | 10,0% |

Apresentamos de seguida os quadros onde se decompõem as provisões técnicas do seguro direto por segmentos:

Euros

| 2019 | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| Conceito | Seguro direto | | | | |
| | Ramos Não Vida Global | Acidentes de Trabalho | Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Restantes ramos |
| Provisão p/ prémios não adquiridos | 25.487.568,87 | 1.584.622,59 | 13.384.971,66 | 8.434.340,97 | 2.083.633,65 |
| Provisão p/ sinistros | 107.623.616,01 | 52.635.213,18 | 30.033.559,02 | 13.901.914,35 | 11.052.929,46 |
| Provisão p/ desv. de sinistralidade | 2.921.226,27 | - | - | 1.552.543,18 | 1.368.683,09 |
| Provisão p/ riscos em curso | 183.028,12 | - | - | - | 183.028,12 |
| TOTAL | 136.215.439,27 | 54.219.835,77 | 43.418.530,68 | 23.888.798,50 | 14.688.274,32 |

Euros

| 2018 | | | | | |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| Conceito | Seguro direto | | | | |
| | Ramos Não Vida Global | Acidentes de Trabalho | Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Restantes ramos |
| Provisão p/ prémios não adquiridos | 23.556.854,05 | 1.571.308,22 | 12.869.523,56 | 7.397.236,38 | 1.718.785,89 |
| Provisão p/ sinistros | 105.410.615,69 | 52.918.424,30 | 32.671.196,21 | 8.135.972,67 | 11.685.022,51 |
| Provisão p/ desv. de sinistralidade | 2.886.110,61 | - | - | 1.366.307,50 | 1.519.803,11 |
| Provisão p/ riscos em curso | 767.751,33 | - | 312.021,65 | 216.675,80 | 239.053,88 |
| TOTAL | 132.621.331,68 | 54.489.732,52 | 45.852.741,42 | 17.116.192,35 | 15.162.665,39 |



A Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora. Em 2019, os riscos seguros estavam sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira.

Apresenta-se, de seguida, a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos de negócio, evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia.

Euros

| 2019 | | | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|---------------|-------------------------|-----------------|
| Conta de Ganhos e Perdas | Ramos Não Vida Global | Acidentes de Trabalho | Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Restantes ramos |
| Prémios adquiridos líquidos de resseguro | 66.540.737,95 | 14.744.711,76 | 39.891.344,60 | 6.208.553,68 | 5.696.127,91 |
| Custos com sinistros, líquidos de resseguro | 44.168.793,61 | 10.515.851,76 | 27.137.340,25 | 4.116.247,63 | 2.399.353,97 |
| Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação) | (549.607,55) | - | (312.021,65) | (30.440,12) | (207.145,78) |
| Custos e gastos de exploração líquidos | 20.452.420,67 | 3.867.355,59 | 12.562.885,45 | 2.324.079,42 | 1.698.100,21 |
| Rendimentos | 4.373.572,04 | 2.245.830,58 | 1.752.366,79 | 197.982,81 | 177.391,86 |
| Gastos financeiros | 1.256.944,82 | 277.622,45 | 732.115,53 | 139.381,63 | 107.825,21 |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | 1.346.966,31 | - | 1.107.421,28 | 127.184,22 | 112.360,81 |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | - | - | - | - | - |
| Perdas de imparidade (líquidas de reversão) | 80.240,13 | - | 65.799,82 | 7.745,71 | 6.694,60 |
| Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro | 21.841,40 | 6.962,39 | (10.258,47) | (10.283,25) | 35.420,73 |
| Resultado técnico | 6.874.326,02 | 2.336.674,93 | 2.554.754,80 | (33.576,81) | 2.016.473,10 |
| Rendimentos | - | | | | |
| Gastos financeiros | - | | | | |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | - | | | | |
| Perdas de imparidade (líquidas de reversão) | - | | | | |
| Outras provisões (variação) | (249.519,11) | | | | |
| Outros rendimentos/gastos | 337.743,25 | | | | |
| Resultado não técnico | 587.262,36 | | | | |
| Resultado antes de impostos | 7.461.588,38 | | | | |
| Imposto s/rendimento do exercício - Impostos correntes | 1.965.140,05 | | | | |
| Imposto s/rendimento do exercício - Impostos diferidos | (18.054,03) | | | | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 5.514.502,36 | | | | |

Euros

2018

| Conta de Ganhos e Perdas | Ramos Não Vida Global | Acidentes de Trabalho | Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Restantes ramos |
|--|-----------------------|-----------------------|---------------|-------------------------|-----------------|
| Prémios adquiridos líquidos de resseguro | 69.272.053,24 | 18.671.037,42 | 39.535.988,72 | 5.488.069,27 | 5.576.957,83 |
| Custos com sinistros, líquidos de resseguro | 46.970.935,69 | 12.963.006,21 | 27.199.401,47 | 4.264.180,94 | 2.544.347,07 |
| Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação) | (576.313,01) | (219.081,18) | (408.171,58) | (29.796,62) | 80.736,37 |
| Custos e gastos de exploração líquidos | 21.080.163,63 | 4.712.651,39 | 12.630.790,69 | 1.814.762,56 | 1.921.958,99 |
| Rendimentos | 3.969.520,50 | 2.202.014,75 | 1.474.755,95 | 155.198,58 | 137.551,22 |
| Gastos financeiros | 1.860.585,71 | 310.439,32 | 1.126.147,22 | 225.753,99 | 198.245,18 |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | 11.086.698,42 | - | 9.215.829,32 | 1.002.235,12 | 868.633,98 |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | - | - | - | - | - |
| Perdas de imparidade (líquidas de reversão) | 320.510,86 | - | 267.644,63 | 27.861,21 | 25.005,02 |
| Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro | (165.229,26) | (30.403,18) | (83.062,85) | (31.345,65) | (20.417,58) |
| Resultado técnico | 14.507.160,02 | 3.075.633,25 | 9.327.698,71 | 311.395,24 | 1.792.432,82 |
| Rendimentos | - | - | - | - | - |
| Gastos financeiros | - | - | - | - | - |
| Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | - | - | - | - | - |
| Perdas de imparidade (líquidas de reversão) | - | - | - | - | - |
| Outras provisões (variação) | (714.131,89) | - | - | - | - |
| Outros rendimentos/gastos | 148.425,77 | - | - | - | - |
| Resultado não técnico | 862.557,66 | - | - | - | - |
| Resultado antes de impostos | 15.369.717,68 | - | - | - | - |
| Imposto s/rendimento do exercício – Impostos correntes | 2.117.445,07 | - | - | - | - |
| Imposto s/rendimento do exercício – Impostos diferidos | 1.222.821,31 | - | - | - | - |
| RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 12.029.451,30 | | | | |

.36

ENTIDADES RELACIONADAS

36.1. Informação sobre a empresa-mãe e sobre a empresa-mãe do topo do Grupo

A MAPFRE foi constituída em 1933 como **Mutualidad de Seguros de la Agrupación de Fincas Rústicas de España**, com a finalidade de segurar os trabalhadores das explorações agrícolas. A partir de 1955, assentaram-se as bases da entidade como a conhecemos na atualidade, estendendo-se a sua atividade, de forma inicial, a outros ramos de seguros como Vida, Acidentes ou Transportes.

Durante a década de 70, iniciou na América Latina a estratégia internacional com as atividades de **Assistência e Resseguro**, como pontas de lança do negócio de **Seguros**. Em 1975, inicia as suas atividades a FUNDACIÓN MAPFRE e nos anos 80, MAPFRE – que já era a **primeira entidade seguradora de Espanha** – consolidou a sua aposta latino-americana com um importante **esforço de investimento**, que culminou nos anos 90 com a criação de uma rede de seguro que atendia às particularidades locais e era similar ao modelo de êxito espanhol.

A partir do ano 2000, começou-se a sentir a **aceleração do crescimento** das companhias da MAPFRE na América Latina, um efeito que se combinou com a diversificação dos canais de comercialização em Espanha. Em 2007, foi levada a cabo uma **reorganização** que proporcionou uma estrutura

corporativa e uma capacidade financeira que permitiu continuar a ampliar as atividades e a expansão internacional. A FUNDACIÓN MAPFRE, fundação privada que desenvolve atividades não lucrativas de interesse geral, converteu-se no acionista maioritário e no garante da independência da nova sociedade MAPFRE, S.A., sociedade *holding*, que cotiza em Bolsa e integra todas as atividades do Grupo.

Desde 2007, impulsionou-se a expansão do Grupo com uma aposta na **diversificação geográfica** e por **mercados de elevado potencial de crescimento**, como os Estados Unidos e a Turquia.

Em 2012, **Antonio Huertas** assumiu a Presidência do Grupo, liderando hoje em dia uma seguradora global com presença nos cinco continentes e em mais de 100 países.

- A MAPFRE é a **seguradora de referência no mercado espanhol** e o terceiro grupo segurador na **América Latina**, onde também é líder no seguro Não Vida. É a **11.ª seguradora na Europa** em volume de negócio e situa-se entre as 20 primeiras companhias de seguros de automóveis nos Estados Unidos.

No seu conjunto, a MAPFRE conta com mais de **26 milhões de clientes, 34.000 empregados, 5.100 escritórios próprios** em todo o mundo e mais de **79.000 intermediários**.

A MAPFRE S.A. cotiza nas Bolsas de Madrid y Barcelona e faz parte dos índices IBEX 35, Dow Jones Stoxx Insurance, MSCI Spain, FTSE All-World Developed Europe Index, FTSE4Good e FTSE4Good IBEX.

A MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. é uma das sociedades do Grupo que desenvolve a sua atividade em Portugal e é detida a 100% pela MAPFRE ESPAÑA, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do Grupo.

36.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais

As transações com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram, contudo, quaisquer operações com a casa-mãe, nem com entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa-mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

36.3. Informação relacionada com o órgão de administração

A responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo da Companhia compete ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, que constituem o Órgão Social da Companhia.

A política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em cumprimento do disposto no art.º 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e na Circular n.º 6/2010, da ASF, ambas de 1 de abril, está discriminada no ponto 3 do Relatório de Gestão.

No quadro abaixo, apresentam-se as entidades das quais os membros do Conselho de Administração fazem parte:

| Administrador | GRUPO MAPFRE | |
|---------------------------------|--|--|
| | Sociedades nas quais integram o Órgão de Administração | |
| José Manuel Inchausti Pérez | MAPFRE, S.A. | |
| Luis Anula Rodríguez | MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A. | |
| António Luis de Azevedo Portela | BIAL, S.A. | |
| Andrés Jiménez Herradón | MAPFRE GLOBAL RISKS, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; FUNDACIÓN CANARIA MAPFRE GUANARTEME; FUNDACIÓN MAPFRE | |
| Antonio Nuñez Tovar | MAPFRE ESPAÑA, MAPFRE VIDA, MAPFRE INTERNACIONAL, MAPFRE PERU, CORPORACIÓN FUNERARIA, MAPFRE PERU VIDA | |
| Javier del Río Martín | MAPFRE CONSULTORES DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKINTER SEGUROS GENERALES, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS; MAPFRE ASISTENCIA, COMPAÑÍA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A.; BANKIA MAPFRE VIDA, SOCIEDAD ANÓNIMA DE SEGUROS Y REASEGUROS | |
| Juan Fernández Palacios | MAPFRE VIDA, MAPFRE SEGUROS DE VIDA, S.A. | |
| Miguel Pedro Caetano Ramos | GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A.; TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.; IBERICAR (RETAIL ESPANHA); CAETANO RETAIL (RETAIL PORTUGAL); SC AUTO AFRICA; SC INDUSTRIA; GLOBAL WATT | |

36.4. Operações ocorridas e saldos entre as entidades relacionadas

As operações gerais, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

| Conceito | Euros | | | |
|--|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | Gastos | | Rendimentos | |
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos | 1.187.438,20 | 1.095.652,94 | 405.606,65 | 394.312,60 |
| Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários | 102.520,40 | 102.288,98 | 1.800,00 | 1.800,00 |
| Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras | 274.015,62 | 237.521,06 | - | - |
| TOTAL | 1.563.974,22 | 1.435.462,98 | 407.406,65 | 396.112,60 |

| Conceito | Euros | |
|----------------------------|---------------------|-------------------|
| | Operações Gerais | |
| | 2019 | 2018 |
| Saldos a receber e a pagar | 540.679,99 | 498.019,16 |
| Depósitos | 1.522.471,56 | 497.489,08 |
| TOTAL | 2.063.151,55 | 995.508,24 |

Na rubrica de rendimentos de investimentos imobiliários, encontra-se o arrendamento à MAPFRE Assistência do escritório sito na Rua Gonçalo Cristóvão N.º 347, no Porto.

As operações de resseguro, efetuadas entre empresas do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

| Conceito | Resseguro cedido | |
|--------------------------------|----------------------|---------------|
| | 2019 | 2018 |
| Prémios | 26.187.472,10 | 22.606.469,00 |
| Sinistros recebidos | 9.289.154,69 | 7.163.809,84 |
| Variação de provisões técnicas | 5.032.143,93 | 5.226.393,71 |
| Comissões | 2.197.235,12 | 2.120.820,69 |
| Juros sobre depósitos | 405,27 | 610,93 |

Euros

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo, apresentam-se no quadro seguinte:

| Conceito | Resseguro cedido | |
|---------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Saldos a receber e a pagar | (1.739.066,08) | (1.379.241,76) |
| Depósitos recebidos de resseguradores | (10.855,08) | (11.057,54) |
| Provisões técnicas | 30.435.095,83 | 24.243.561,38 |
| TOTAL | 28.685.174,67 | 22.853.262,08 |

Euros

26 M €

**Prémios de resseguro cedido
entre empresas do Grupo**

28,6 M €

Resseguro com entidades do Grupo

| Entidade | Tipo de relação/transação | Saldo em 31.12.2019 | | | Operações de resseguro | | | | Outras operações | | |
|---|---|---------------------|-------------------------------------|-----------------------------|------------------------|-----------|--------------|---------|------------------|------------|--------------------|
| | | Dr/(Cr) | Dr/(Cr) | Dr/(Cr) | Ganhos e Perdas | | | Balanco | Custo | Proveito | |
| | | Depósitos | Deved. e cred. por outras operações | Conta corrente de resseguro | Prémios | Comissões | Sinistros | Juros | | | Provisões Técnicas |
| EM PORTUGAL | | | | | | | | | | | |
| MAPFRE SEGUROS DE VIDA | Seguradora/segurado | | | | | | | | | 136.465,97 | 44.035,22 |
| | Outros custos/proveitos | | | | | | | | | | 12.069,59 |
| | Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente | | (96.390,05) | | | | | | | | |
| MAPFRE ASSISTENCIA | Seguradora/segurado | | | | | | | | | | 36.574,94 |
| | Resseguradora | | | (346.980,03) | 3.378.967,15 | 4.778,24 | 1.997.682,18 | - | 1.329.724,71 | | |
| | Proprietário/arrendatário | | | | | | | | | | 1.800,00 |
| | Outros custos/proveitos | | | | | | | | | | 20.325,28 |
| MAPFRE VIDA SEGUROS Y REASEGUROS SOBRE LA VIDA HUMANA | Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente | | 7.751,74 | | | | | | | | |
| | Seguradora/segurado | | | | | | | | | | 14.054,64 |
| | Outros custos/proveitos | | | | | | | | | 15,30 | |
| IBEROASSISTENCIA | Proprietário/arrendatário | | (8.458,84) | | | | | | | 102.520,40 | |
| | Seguradora/segurado | | | | | | | | | | 30.152,30 |
| | Outros custos/proveitos | | 2.596,01 | | | | | | | | 8.195,14 |
| MAPFRE RE | Prestação serviços assistência/apoio telefónico sim24 | | | | | | | | | 10.177,23 | |
| | Seguradora/segurado | | | | | | | | | | 330,39 |
| | Outros custos/proveitos | | 4.343,51 | | | | | | | | 4.343,51 |
| | Resseguradora | | | (10.581,05) | 111.484,53 | 28.700,95 | (493.765,21) | - | 115.473,35 | | |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Entidade | Tipo de relação/transação | Saldo em 31.12.2019 | | | Operações de resseguro | | | | Outras operações | | |
|---|--|---------------------|-------------------------------------|-----------------------------|------------------------|---------------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------------|--------------------|
| | | Dr/(Cr) | Dr/(Cr) | Dr/(Cr) | Ganhos e Perdas | | | Balço | Custo | Proveito | |
| | | Depósitos | Deved. e cred. por outras operações | Conta corrente de resseguro | Prémios | Comissões | Sinistros | Juros | | | Provisões Técnicas |
| EM ESPANHA | | | | | | | | | | | |
| SOLUNION SEGUROS | Resseguradora | | | 4.548,12 | - | - | 18.848,05 | - | 8.646,52 | | |
| MAPFRE VIDA | Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente | | 145,88 | | | | | | | | |
| MAPFRE INVERSION | Prestação serviços de administração e depósito dos investimentos financeiros | 1.522.471,56 | (4.160,18) | | | | | | | 20.185,19 | |
| MAPFRE ASSET MANAGEMENT | Prestação serviços de gestão dos investimentos financeiros | | (53.877,36) | | | | | | | 253.830,43 | |
| MAPFRE ESPAÑA | Regul. de sinistros-pag/reembolsos em Portugal, de conta da MAPFRE España | | 718.144,35 | | | | | | | | 235.525,64 |
| | Resseguradora | | | 8.139,79 | 1.774.445,77 | 31.187,73 | 1.799.477,03 | - | 5.394.047,55 | | |
| MAPFRE RE | Resseguradora | (10.855,08) | | (1.394.192,91) | 20.922.574,65 | 2.132.568,20 | 10.999.056,57 | 405,27 | 23.587.203,71 | | |
| | Outros custos/proveitos | | (19.119,51) | | | | | | | | |
| CONSULTORA ACTUARIAL Y DE PENSIONES MAPFRE VIDA | Realização estudos atuariais | | | | | | | | | 1.230,00 | |
| MAPFRE S.A. | Prestação serviços no âmbito da formação | | (8.258,12) | | | | | | | 28.303,27 | |
| | Outros custos/proveitos | | | | | | | | | 9.229,36 | |
| MAPFRE TECH | Prestação serviços no âmbito informático | | | | | | | | | 998.036,44 | |
| CESVIMAP | Prestação serviços no âmbito da formação | | (2.298,28) | | | | | | | 3.980,63 | |
| MAPFRE SEGUROS DE EMPRESA | Pagamentos/recebimentos lançados em conta corrente | | 260,84 | | | | | | | | |
| TOTAL | | 1.511.616,48 | 540.679,99 | (1.739.066,08) | 26.187.472,10 | 2.197.235,12 | 14.321.298,62 | 405,27 | 30.435.095,83 | 1.563.974,22 | 407.406,65 |

.37

DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

37.1. Análises de sensibilidade, concentração e sinistros efetivos / estimados sobre o risco específico de seguros

a) Sensibilidade ao risco

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de um ponto percentual do rácio combinado, cálculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste, num horizonte temporal histórico de cinco anos.

| Conceito | Euros | | | |
|---|--------------------|-------------|-------------------|-------------|
| | Antes de Resseguro | | Após Resseguro | |
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado | 949.199,54 | 922.648,56 | 665.407,38 | 692.720,53 |
| Índice de volatilidade do rácio combinado | 6,9% | 6,6% | 8,0% | 7,2% |

b) Sensibilidade à taxa de juro dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos:

| Euros | |
|---|--|
| 2019 | |
| Variação | Impacto no resultado antes de impostos |
| Incremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço | 5.158.674,66 |
| Decremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço | (6.594.352,92) |

| Euros | |
|---|--|
| 2018 | |
| Variação | Impacto no resultado antes de impostos |
| Incremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço | 5.200.612,32 |
| Decremento de 1 p.p. nas TIR implícitas nas reservas de Balanço | (6.711.610,91) |

c) Alteração da longevidade dos passivos

Apresentamos abaixo o impacto que as alterações causariam no resultado antes de impostos

| Euros | |
|--|--|
| 2019 | |
| Variação | Impacto no resultado antes de impostos |
| Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço | (730.088,56) |
| Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço | 672.959,21 |

| Euros | |
|--|--|
| 2018 | |
| Variação | Impacto no resultado antes de impostos |
| Incremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço | (521.572,43) |
| Decremento de 10% na longevidade dos passivos de Balanço | 484.520,64 |

d) Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

| Euros | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------|---------------|-------------------------|-----------------|---------------|
| 2019 | | | | | |
| Rubrica | Acidentes de Trabalho | Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Restantes ramos | Total |
| Prémios brutos emitidos | 14.939.871,17 | 44.866.952,49 | 26.403.108,69 | 10.872.468,14 | 97.082.400,49 |
| Prémios de resseguro cedido | 162.140,28 | 4.538.895,53 | 19.778.461,56 | 5.171.704,88 | 29.651.202,25 |
| % Média de retenção | 99% | 90% | 25% | 52% | 69% |

| Euros | | | | | |
|-----------------------------|-----------------------|---------------|-------------------------|-----------------|---------------|
| 2018 | | | | | |
| Rubrica | Acidentes de Trabalho | Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Restantes ramos | Total |
| Prémios brutos emitidos | 19.006.889,37 | 44.350.650,39 | 23.199.256,36 | 9.636.403,73 | 96.193.199,85 |
| Prémios de resseguro cedido | 238.739,64 | 4.027.772,80 | 17.384.623,50 | 4.127.829,88 | 25.778.965,82 |
| % Média de retenção | 99% | 91% | 25% | 57% | 73% |

| Euros | | | | | | | | |
|------------------------|------------------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|-------------|-------------|--------|--------|
| 2019 | | | | | | | | |
| Contratos de Resseguro | Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Acidentes de Trabalho | Acidentes Pessoais | Transportes | Resp. Civil | Doença | Caução |
| Proporcional | Quota Parte | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| | Excedente | | ✓ | | | ✓ | | |
| | Facultativo | | ✓ | | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ |
| Não Proporcional | XL - Cobertura por evento/sinistro | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | ✓ | | |
| | Facultativo | | | | | | ✓ | |

Em relação a duas outras medidas de concentração – geográfica e de moeda – todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a euros, respetivamente.

O valor de 36.045.594,55 euros, referente às provisões matemáticas de pensões de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo "Provisão para sinistros", apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

| 2019 | | | | |
|---------------------------------|-------------------------------|-----------|---------------------|---|
| Ano de ocorrência dos sinistros | Provisão matemática – pensões | | | Total por ano de ocorrência do sinistro |
| | Conciliadas / homologadas | Definidas | Presumíveis | |
| 2014 e anteriores | 25.332.145,09 | - | 1.583.793,65 | 26.915.938,74 |
| 2015 | 1.471.840,44 | - | 409.379,51 | 1.881.219,95 |
| 2016 | 1.562.078,40 | - | 811.875,29 | 2.373.953,69 |
| 2017 | 615.995,37 | - | 1.465.597,89 | 2.081.593,26 |
| 2018 | 154.052,01 | - | 1.447.036,01 | 1.601.088,02 |
| 2019 | 18.539,31 | - | 1.173.261,58 | 1.191.800,89 |
| TOTAL | 29.154.650,62 | - | 6.890.943,93 | 36.045.594,55 |

| 2018 | | | | |
|---------------------------------|-------------------------------|-------------------|---------------------|---|
| Ano de ocorrência dos sinistros | Provisão matemática – pensões | | | Total por ano de ocorrência do sinistro |
| | Conciliadas / homologadas | Definidas | Presumíveis | |
| 2012 e anteriores | 24.104.817,36 | 287.637,62 | 475.171,90 | 24.867.626,88 |
| 2014 | 1.768.408,90 | - | 680.670,53 | 2.449.079,43 |
| 2015 | 1.157.924,01 | - | 414.473,73 | 1.572.397,74 |
| 2016 | 1.117.966,72 | - | 1.275.592,65 | 2.393.559,37 |
| 2017 | 482.871,28 | - | 2.092.664,46 | 2.575.535,74 |
| 2018 | 7.227,53 | - | 2.105.751,62 | 2.112.979,15 |
| TOTAL | 28.639.215,80 | 287.637,62 | 7.044.324,89 | 35.971.178,31 |

O valor registado no exercício, a título de pagamento de pensões, do ramo de Acidentes de Trabalho ascendeu a 4.651.233,03 euros. No quadro abaixo, apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

| 2019 | | | |
|---------------------------------|---------------------------|---------------------|---|
| Ano de ocorrência dos sinistros | Montantes pagos – pensões | | |
| | Pensões pagas | Pensões remidas | Total por ano de ocorrência do sinistro |
| 2014 e anteriores | 1.271.840,11 | 187.374,28 | 1.459.214,39 |
| 2015 | 150.494,71 | 266.621,66 | 417.116,37 |
| 2016 | 103.264,35 | 547.550,97 | 650.815,32 |
| 2017 | 70.297,29 | 1.268.076,18 | 1.338.373,47 |
| 2018 | 10.119,85 | 773.665,93 | 783.785,78 |
| 2019 | - | 1.927,70 | 1.927,70 |
| TOTAL | 1.606.016,31 | 3.045.216,72 | 4.651.233,03 |

| 2018 | | | |
|---------------------------------|---------------------------|---------------------|---|
| Ano de ocorrência dos sinistros | Montantes pagos – pensões | | |
| | Pensões pagas | Pensões remidas | Total por ano de ocorrência do sinistro |
| 2012 e anteriores | 1.064.852,22 | 210.729,54 | 1.275.581,76 |
| 2014 | 103.907,49 | 165.213,34 | 269.120,83 |
| 2015 | 69.885,03 | 750.975,74 | 820.860,77 |
| 2016 | 65.775,55 | 1.695.005,62 | 1.760.781,17 |
| 2017 | (102.352,83) | 1.202.931,95 | 1.100.579,12 |
| 2018 | (36,80) | 49.790,36 | 49.753,56 |
| TOTAL | 1.202.030,66 | 4.074.646,55 | 5.276.677,21 |

37.2. Informação quantitativa e qualitativa sobre riscos de crédito e liquidez

a) Risco de crédito

• Derivado dos tomadores de seguro

Cerca de 45% da carteira da Companhia tem pagamento domiciliado e 17% tem pagamento direto nos escritórios da Companhia, ou seja, 62% da carteira é cobrada sem intervenção de mediadores, facto que diminui a exposição ao risco de crédito. Para a carteira não cobrada, quer da mediada quer da não mediada, é efetuada uma gestão diária para evitar as anulações por falta de pagamento e calculado e contabilizado um ajustamento para recibos por cobrar.

• Resultante de mediadores de seguro

Os mediadores da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. detêm 38% da carteira da Companhia e dispõem de capacidade de cobrança via internet, ferramenta onde os recibos são virtuais e existem procedimentos automáticos de controlo sobre a emissão de recibos quando se verificam valores antigos por cobrar, o que diminui a exposição ao risco.

• Decorrente de contratos de resseguro

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia igual ou superior a "A", conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

| Resseguro ceddo | Valor contabilístico | |
|--|----------------------|----------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Provisão para sinistros | 23.455.269,25 | 18.307.828,26 |
| Dívidas por operações de resseguro cedido | (2.151.876,07) | (1.602.122,06) |
| Créditos por operações de resseguro cedido | 66.100,52 | 43.916,33 |
| TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA | 21.369.493,70 | 16.749.622,53 |

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte.

Do valor total em risco, um montante de 2.276.813,76 euros encontra-se garantido através do depósito de títulos de rendimento fixo, em conta caucionada a favor da Companhia, e o valor de 10.855,33 euros encontra-se garantido em numerário através de depósitos recebidos de resseguradores.

| Classificação creditícia de resseguradores | Valor contabilístico | |
|--|----------------------|----------------------|
| | 2019 | 2018 |
| AAA | - | - |
| AA | (327,11) | 14.340,69 |
| A | 21.237.910,06 | 16.508.749,06 |
| BBB | (2.783,01) | (2.783,44) |
| BB | - | - |
| Sem qualificação | 134.693,76 | 229.316,22 |
| TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA | 21.369.493,70 | 16.749.622,53 |

Em relação ao cosseguro, a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

| Cosseguro | Valor contabilístico | |
|-------------------------------------|----------------------|-------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Créditos por operações de cosseguro | 730.634,37 | 753.051,40 |
| Dívidas por operações de cosseguro | (972.051,53) | (614.033,55) |
| TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA | (241.417,16) | 139.017,85 |

Não se dispõe, à data, de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

b) Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” considerados suficientes para responder a necessidades de liquidez de curto prazo.

Adicionalmente, os investimentos financeiros encontram-se classificados como “Disponíveis para Venda”, sendo negociados em mercados regulamentados, o que garante, na sua maioria,

a possibilidade imediata de os transformar em liquidez. Na Nota 38.2. dá-se uma informação quantitativa do risco de liquidez dos instrumentos financeiros.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros encontra-se no quadro seguinte:

| Euros | | | | | | | |
|---|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|
| 2019 | | | | | | | |
| Conceito | Seguro direto | | | | | | Saldo final |
| | 1.º ano | 2.º ano | 3.º ano | 4.º ano | 5.º ano | Após o 5.º ano | |
| Provisão para sinistros | 32.751.976,38 | 13.362.916,63 | 8.500.717,25 | 7.228.631,81 | 5.392.345,21 | 67.903.617,59 | 135.140.204,87 |
| Acidentes de Trabalho * | 10.775.766,43 | 5.210.590,25 | 3.120.235,43 | 2.634.290,84 | 2.304.515,21 | 56.106.403,82 | 80.151.801,98 |
| Outros seguros | 21.976.209,95 | 8.152.326,38 | 5.380.481,82 | 4.594.340,97 | 3.087.830,00 | 11.797.213,77 | 54.988.402,89 |
| Provisão para desvios de sinistralidade | | | | | | 2.921.226,27 | 2.921.226,27 |
| Provisão para riscos em curso | 10.613,15 | 81.854,36 | 59.298,06 | 14.620,82 | 10.758,56 | 5.883,16 | 183.028,12 |
| Dívidas por operações de seguro direto | 4.570.192,77 | | | | | | 4.570.192,77 |
| Dívidas por operações de resseguro | 2.151.876,07 | | | | | | 2.151.876,07 |
| TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA | 39.484.658,37 | 13.444.770,99 | 8.560.015,31 | 7.243.252,63 | 5.403.103,77 | 70.830.727,02 | 144.966.528,10 |

* Valores apresentados sem desconto.

Euros

2018

| Conceito | Seguro direto | | | | | | Saldo final |
|---|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|
| | 1.º ano | 2.º ano | 3.º ano | 4.º ano | 5.º ano | Após o 5.º ano | |
| Provisão para sinistros | 29.815.305,97 | 13.138.594,61 | 8.908.436,00 | 6.374.388,77 | 5.543.384,24 | 72.319.018,04 | 136.099.127,63 |
| Acidentes de Trabalho * | 9.347.773,96 | 5.154.095,66 | 3.039.266,75 | 2.346.659,14 | 2.114.153,59 | 61.604.987,14 | 83.606.936,24 |
| Outros seguros | 20.467.532,01 | 7.984.498,96 | 5.869.169,25 | 4.027.729,62 | 3.429.230,65 | 10.714.030,90 | 52.492.191,39 |
| Provisão para desvios de sinistralidade | | | | | | 2.886.110,61 | 2.886.110,61 |
| Provisão para riscos em curso | 310.053,23 | 227.923,37 | 68.222,63 | 47.765,54 | 36.278,88 | 77.507,67 | 767.751,33 |
| Dívidas por operações de seguro direto | 3.461.783,21 | | | | | | 3.461.783,21 |
| Dívidas por operações de resseguro | 1.602.122,06 | | | | | | 1.602.122,06 |
| TOTAL POSIÇÃO LÍQUIDA | 35.189.264,48 | 13.366.517,98 | 8.976.658,63 | 6.422.154,31 | 5.579.663,11 | 75.282.636,32 | 144.816.894,84 |

* Valores apresentados sem desconto e deduzidos dos montantes recuperáveis de congéneres, relativos aos sinistros de acidentes de trabalho gerido no âmbito do protocolo de concomitantes.

37.3. Prestação de informação qualitativa relativa à adequação dos prémios e das provisões

No que respeita à adequação dos prémios, a mesma foi verificada através de estudos atuariais, efetuados pelo Atuário Responsável, constantes do relatório emitido pelo mesmo, que incluem a análise da taxa de sinistralidade por ramos, anos de ocorrência e anos de desenvolvimento, bem como do *bónus-malus* (no caso do ramo automóvel), os quais concluíram na generalidade pela suficiência das tarifas.

Em relação à suficiência das provisões, a mesma foi igualmente objeto de análise atuarial pelo Atuário Responsável, através de estudos aprofundados da evolução das matrizes de desenvolvimento dos sinistros, bastante detalhadas por ramos, bem como das provisões complementares constituídas para IBNR, IBNER e Custos de Gestão de Sinistros, concluindo pela sua adequação.

No caso particular das provisões para prémios não adquiridos, as mesmas são rigorosamente calculadas, recibo a recibo, pelo método *pro rata temporis*, tendo sido validadas pelo atuário responsável através de amostragem.

37.4. Informação quantitativa e qualitativa de alguns rácios

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da Companhia:

| 2019 | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|-----------------------|-----------|-------------------------|-----------------|
| Rácios | Ramos Não Vida | Acidentes de Trabalho | Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Restantes ramos |
| BRUTOS DE RESSEGURO CEDIDO | | | | | |
| Rácio de sinistralidade | 63,5% | 70,5% | 68,3% | 58,0% | 46,0% |
| Rácio de custos de exploração | 24,7% | 25,9% | 28,4% | 17,5% | 24,9% |
| Rácio combinado | 88,2% | 96,5% | 96,7% | 75,5% | 70,9% |
| Rácio operacional | 83,6% | 83,3% | 92,1% | 74,8% | 69,2% |
| LÍQUIDOS DE RESSEGURO CEDIDO | | | | | |
| Rácio de sinistralidade | 66,4% | 71,3% | 68,0% | 66,3% | 42,1% |
| Rácio de custos de exploração | 30,7% | 26,2% | 31,5% | 37,4% | 29,8% |
| Rácio combinado | 97,1% | 97,5% | 99,5% | 103,7% | 71,9% |
| Rácio operacional | 90,5% | 84,2% | 94,4% | 100,9% | 68,9% |

| 2018 | | | | | |
|-------------------------------------|----------------|-----------------------|-----------|-------------------------|-----------------|
| Rácios | Ramos Não Vida | Acidentes de Trabalho | Automóvel | Incêndio e Outros Danos | Restantes ramos |
| BRUTOS DE RESSEGURO CEDIDO | | | | | |
| Rácio de sinistralidade | 66,0% | 68,5% | 74,5% | 50,0% | 56,5% |
| Rácio de custos de exploração | 25,8% | 24,9% | 29,1% | 18,8% | 27,3% |
| Rácio combinado | 91,8% | 93,5% | 103,6% | 68,8% | 83,8% |
| Rácio operacional | 77,8% | 83,5% | 82,1% | 64,3% | 75,8% |
| LÍQUIDOS DE RESSEGURO CEDIDO | | | | | |
| Rácio de sinistralidade | 67,8% | 69,4% | 68,8% | 77,7% | 45,6% |
| Rácio de custos de exploração | 30,4% | 25,2% | 31,9% | 33,1% | 34,5% |
| Rácio combinado | 98,2% | 94,7% | 100,7% | 110,8% | 80,1% |
| Rácio operacional | 79,7% | 84,5% | 77,2% | 94,3% | 66,0% |

O plano estratégico da Companhia a médio prazo aponta para uma lógica de crescimento rentável, traduzida num crescimento superior ao do mercado, e na redução sustentada do rácio combinado.

37.5. Montantes recuperáveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconhece no ativo, conforme Nota 11, os saldos a recuperar de congéneres relativos aos sinistros de acidentes de trabalho geridos no âmbito do protocolo de concomitantes.

No entanto, não existe registo contabilístico de valores a recuperar, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados).

38. DIVULGAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS RESULTANTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

38.1. Informação qualitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Em geral, a Companhia baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo, e recomenda uma distribuição de referência de 85% para títulos de rendimento fixo e 15% para rendimento variável.

Não obstante, assume um certo grau de risco, de acordo com os seguintes critérios:

- Risco de taxa de juro – a variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude deve situar-se em torno dos 5%, com um máximo de 7%;
- Risco de câmbio – a exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos;
- Outros riscos de mercado – relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos. Existe uma adequada diversificação internacional e setorial dos ativos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico. O risco de crédito é minimizado através do investimento, em títulos emitidos por entidades de elevada solvência, e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referência, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 55% de títulos de rendimento fixo de Estados ou organismos supranacionais que gozem da garantia dos Estados e 45% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia. Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por setores de atividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

38.2. Informação quantitativa para avaliação da natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

No quadro seguinte, apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia das emissões de valores de títulos de dívida:

| Euros | | | | |
|---------------------------------------|--|-----------------------------------|----------------------|-----------------------|
| 2019 | | | | |
| Classificação creditícia das emissões | Justo Valor | | | Total |
| | Dívida pública e outros emissores públicos | Bancos e instituições financeiras | Outros | |
| AAA | - | - | - | - |
| AA | 704.519,24 | 4.045.263,79 | 834.419,98 | 5.584.203,01 |
| A | 89.564.451,58 | 6.838.217,24 | 1.469.604,24 | 97.872.273,06 |
| BBB | 16.560.329,80 | 11.438.785,00 | 11.605.833,30 | 39.604.948,10 |
| BB ou menor | - | - | - | - |
| Sem classificação | - | 99.031,49 | 1.137.546,40 | 1.236.577,89 |
| TOTAL | 106.829.300,62 | 22.421.297,52 | 15.047.403,92 | 144.298.002,06 |

Euros

2018

| Classificação creditícia das emissões | Justo Valor | | | Total |
|---------------------------------------|--|-----------------------------------|----------------------|-----------------------|
| | Dívida pública e outros emissores públicos | Bancos e instituições financeiras | Outros | |
| AAA | 103.560,54 | - | - | 103.560,54 |
| AA | 2.038.548,26 | 1.206.610,13 | 834.845,79 | 4.080.004,18 |
| A | 82.644.702,42 | 11.023.089,41 | 2.843.382,54 | 96.511.174,37 |
| BBB | 15.856.068,19 | 8.038.002,04 | 7.676.161,31 | 31.570.231,54 |
| BB ou menor | - | 100.131,22 | - | 100.131,22 |
| Sem classificação | - | - | - | - |
| TOTAL | 100.642.879,41 | 20.367.832,80 | 11.354.389,64 | 132.365.101,85 |

b) Risco de câmbio

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas em que estão denominados à data de encerramento do exercício:

Euros

2019

| Tipo de moeda | Valor contabilístico | | | Total |
|---------------|----------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Ações | Unidades de participação | Títulos de dívida | |
| Euro | 11.784.569,01 | 9.083.215,75 | 144.298.002,06 | 165.165.786,82 |
| Franco Suíço | 613.432,15 | - | - | 613.432,15 |
| Dólares | - | - | - | - |
| Libras | 101.218,31 | - | - | 101.218,31 |
| TOTAL | 12.499.219,47 | 9.083.215,75 | 144.298.002,06 | 165.880.437,28 |

Euros

2018

| Tipo de moeda | Valor contabilístico | | | Total |
|---------------|----------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Ações | Unidades de participação | Títulos de dívida | |
| Euro | 12.709.984,46 | 6.444.019,14 | 132.365.101,85 | 151.519.105,45 |
| Franco Suíço | 665.691,00 | - | - | 665.691,00 |
| Dólares | - | - | - | - |
| Libras | 245.498,50 | - | - | 245.498,50 |
| TOTAL | 13.621.173,96 | 6.444.019,14 | 132.365.101,85 | 152.430.294,95 |

A exposição ao Risco de câmbio apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

c) Risco de mercado

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para instrumentos financeiros de rendimento fixo, e o VaR (Valor em Risco) para os de rendimento variável.

A duração modificada reflete a sensibilidade do valor dos ativos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos ativos financeiros, por cada ponto percentual de variação das taxas de juro. No quadro abaixo, detalham-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

Euros

| 2019 | | | | | | | | | |
|-------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|--------------|--------------------|
| Vencimento a: | | | | | | | | | |
| Tipo de ativo | Saldo final | 1 ano | 2 anos | 3 anos | 4 anos | 5 anos | Após 5 anos | Taxa de juro | Duração modificada |
| Títulos de dívida | 144.298.002,06 | 4.062.997,80 | 4.375.911,25 | 8.450.113,51 | 14.893.920,98 | 5.250.195,72 | 107.264.862,80 | 2,7138 | 10,1707 |
| TOTAL | 144.298.002,06 | 4.062.997,80 | 4.375.911,25 | 8.450.113,51 | 14.893.920,98 | 5.250.195,72 | 107.264.862,80 | - | - |

Euros

| 2018 | | | | | | | | | |
|-------------------|-----------------------|-------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|--------------|--------------------|
| Vencimento a: | | | | | | | | | |
| Tipo de ativo | Saldo final | 1 ano | 2 anos | 3 anos | 4 anos | 5 anos | Após 5 anos | Taxa de juro | Duração modificada |
| Títulos de dívida | 132.365.101,85 | - | 5.047.098,72 | 6.057.464,04 | 11.187.960,61 | 18.178.743,36 | 91.893.835,12 | 2,7116 | 9,2230 |
| TOTAL | 132.365.101,85 | - | 5.047.098,72 | 6.057.464,04 | 11.187.960,61 | 18.178.743,36 | 91.893.835,12 | - | - |

No quadro que se segue, mostram-se os impactos do risco, resultantes das alterações da taxa de juro, no capital próprio da Companhia:

| | Euros | |
|---|------------------------|-----------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Capital próprio | | |
| Capital próprio | 92.538.549,29 | 75.214.383,11 |
| AUMENTO DE 1 P.P. NA TAXA DE JURO | | |
| Impacto no capital próprio | (11.373.994,86) | (9.461.208,11) |
| Capital próprio após o impacto | 81.164.554,43 | 65.753.175,00 |
| DIMINUIÇÃO DE 1 P.P. NA TAXA DE JURO | | |
| Impacto no capital próprio | 11.373.994,86 | 9.461.208,11 |
| CAPITAL PRÓPRIO APÓS O IMPACTO | 103.912.544,15 | 84.675.591,22 |

O seguinte quadro reflete o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR (Valor em Risco), máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%:

| | Euros | |
|---------------------------------------|----------------------|---------------------|
| | 2019 | |
| Carteira disponível para venda | Valor contabilístico | VaR |
| Instrumentos de Rendimento Variável | 21.582.435,22 | 5.135.000,00 |
| TOTAL | 21.582.435,22 | 5.135.000,00 |

| | Euros | |
|---------------------------------------|----------------------|---------------------|
| | 2018 | |
| Carteira disponível para venda | Valor contabilístico | VaR |
| Instrumentos de Rendimento Variável | 20.065.193,10 | 4.185.000,00 |
| TOTAL | 20.065.193,10 | 4.185.000,00 |

d) Risco de concentração

A Companhia efetua a identificação e quantificação deste risco no âmbito da política de investimentos, onde se definem os limites quanto à concentração de ativos por atividade económica, grupo económico, emissor e por *rating*.

Verifica-se ainda a dispersão do investimento em títulos de rendimento variável em diversos setores de atividade mitigando deste modo o risco de concentração.

| | Euros | |
|--|-----------------------|-----------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Setor de atividade | | |
| Dívida Pública e Outros Emissores Públicos | 106.829.300,62 | 100.642.879,41 |
| Instituições Financeiras | 33.569.180,51 | 29.885.616,48 |
| Energia | 6.112.368,18 | 6.262.571,81 |
| Comunicações | 5.750.403,61 | 5.837.902,98 |
| Industriais | 4.833.176,11 | 3.380.654,36 |
| Petrolíferas | 2.797.948,14 | 4.610.904,01 |
| Imobiliário | 1.750.497,93 | 655.601,01 |
| Construção | 1.569.942,64 | 778.439,04 |
| Transportes | 1.549.076,16 | - |
| Distribuição | 557.356,90 | 375.725,85 |
| Tecnológicas | 434.121,66 | - |
| Investigação e Desenvolvimento | 127.064,82 | - |
| TOTAL | 165.880.437,28 | 152.430.294,95 |

e) Risco de liquidez

A Companhia efetua o controlo periódico do risco de liquidez e as projeções não indiciam problemas a esse nível.

O aparente *gap* existente essencialmente no primeiro ano e no segundo ano, entre os fluxos de ativos e passivos, poderá ser facilmente compensado com a alienação de ativos financeiros de maturidades superiores (títulos de rendimento fixo) e/ou indeterminadas (títulos de rendimento variável), que apresentam uma elevada liquidez em caso de necessidade de alienação.

Euros

| Conceito | 2019 | | | | | | | | |
|--|------------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-------------|
| | Seguro direto | | | | | | | Indeterminado | Saldo final |
| | 1.º ano | 2.º ano | 3.º ano | 4.º ano | 5.º ano | Após o 5.º ano | | | |
| ATIVO | | | | | | | | | |
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 4.808.485,37 | - | - | - | - | - | - | 4.808.485,37 | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 7.727.633,89 | 7.752.502,30 | 11.682.473,43 | 16.484.073,39 | 8.008.634,77 | 108.475.824,86 | 21.582.435,22 | 181.713.577,86 | |
| Invest. em filiais, associadas e empreend. conjuntos | - | - | - | - | - | - | 21.000.000,00 | 21.000.000,00 | |
| Contas a receber p/ operações de seguro direto | 9.868.717,89 | - | - | - | - | - | - | 9.868.717,89 | |
| Contas a receber p/ operações de resseguro | 66.100,52 | - | - | - | - | - | - | 66.100,52 | |
| TOTAL ATIVO | 22.470.937,67 | 7.752.502,30 | 11.682.473,43 | 16.484.073,39 | 8.008.634,77 | 108.475.824,86 | 42.582.435,22 | 217.456.881,64 | |
| PASSIVO | | | | | | | | | |
| Provisão para sinistros | 32.751.976,38 | 13.362.916,63 | 8.500.717,25 | 7.228.631,81 | 5.392.345,21 | 67.903.617,59 | - | 135.140.204,87 | |
| Acidentes de Trabalho * | 10.775.766,43 | 5.210.590,25 | 3.120.235,43 | 2.634.290,84 | 2.304.515,21 | 56.106.403,82 | - | 80.151.801,98 | |
| Outros seguros | 21.976.209,95 | 8.152.326,38 | 5.380.481,82 | 4.594.340,97 | 3.087.830,00 | 11.797.213,77 | - | 54.988.402,89 | |
| Provisão para desvios de sinistralidade | - | - | - | - | - | 2.921.226,27 | - | 2.921.226,27 | |
| Provisão para riscos em curso | 10.613,15 | 81.854,36 | 59.298,06 | 14.620,82 | 10.758,56 | 5.883,16 | - | 183.028,12 | |
| Dívidas por operações de seguro direto | 4.570.192,77 | - | - | - | - | - | - | 4.570.192,77 | |
| Dívidas por operações de resseguro | 2.151.876,07 | - | - | - | - | - | - | 2.151.876,07 | |
| TOTAL PASSIVO | 39.484.658,37 | 13.444.770,99 | 8.560.015,31 | 7.243.252,63 | 5.403.103,77 | 70.830.727,02 | - | 144.966.528,10 | |
| TOTAL ATIVO-PASSIVO | (17.013.720,70) | (5.692.268,69) | 3.122.458,12 | 9.240.820,76 | 2.605.531,00 | 37.645.097,84 | 42.582.435,22 | 72.490.353,54 | |

* Valores apresentados sem desconto.

Euros

2018

| Conceito | Seguro direto | | | | | | | Saldo final |
|--|------------------------|-----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | 1.º ano | 2.º ano | 3.º ano | 4.º ano | 5.º ano | Após o 5.º ano | Indeterminado | |
| ATIVO | | | | | | | | |
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 6.470.507,82 | - | - | - | - | - | - | 6.470.507,82 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 3.552.940,11 | 8.234.969,93 | 8.890.313,69 | 14.035.654,72 | 18.942.890,98 | 111.161.021,52 | 20.065.193,10 | 184.882.984,05 |
| Invest. em filiais, associadas e empreend. conjuntos | - | - | - | - | - | - | 21.000.000,00 | 21.000.000,00 |
| Contas a receber p/ operações de seguro direto | 7.475.230,43 | - | - | - | - | - | - | 7.475.230,43 |
| Contas a receber p/ operações de resseguro | 43.916,33 | - | - | - | - | - | - | 43.916,33 |
| TOTAL ATIVO | 17.542.594,69 | 8.234.969,93 | 8.890.313,69 | 14.035.654,72 | 18.942.890,98 | 111.161.021,52 | 41.065.193,10 | 219.872.638,63 |
| PASSIVO | | | | | | | | |
| Provisão para sinistros | 29.815.305,97 | 13.138.594,61 | 8.908.436,00 | 6.374.388,77 | 5.543.384,24 | 72.319.018,04 | - | 136.099.127,63 |
| Acidentes de Trabalho * | 9.347.773,96 | 5.154.095,66 | 3.039.266,75 | 2.346.659,14 | 2.114.153,59 | 61.604.987,14 | - | 83.606.936,24 |
| Outros seguros | 20.467.532,01 | 7.984.498,96 | 5.869.169,25 | 4.027.729,62 | 3.429.230,65 | 10.714.030,90 | - | 52.492.191,39 |
| Provisão para desvios de sinistralidade | - | - | - | - | - | 2.886.110,61 | - | 2.886.110,61 |
| Provisão para riscos em curso | 310.053,23 | 227.923,37 | 68.222,63 | 47.765,54 | 36.278,88 | 77.507,67 | - | 767.751,33 |
| Dívidas por operações de seguro direto | 3.461.783,21 | - | - | - | - | - | - | 3.461.783,21 |
| Dívidas por operações de resseguro | 1.602.122,06 | - | - | - | - | - | - | 1.602.122,06 |
| TOTAL PASSIVO | 35.189.264,48 | 13.366.517,98 | 8.976.658,63 | 6.422.154,31 | 5.579.663,11 | 75.282.636,32 | - | 144.816.894,84 |
| TOTAL ATIVO-PASSIVO | (17.646.669,79) | (5.131.548,05) | (86.344,94) | 7.613.500,41 | 13.363.227,87 | 35.878.385,20 | 41.065.193,10 | 75.055.743,79 |

* Valores apresentados sem desconto e deduzidos dos montantes recuperáveis de congéneres, relativos aos sinistros de acidentes de trabalho geridos no âmbito do protocolo de concomitantes.

.39

DIVULGAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

39.1. Objetivos, políticas, processos e métodos de gestão dos riscos

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos, baseado na gestão integrada dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o *Código de Bom Governo*, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respetivo plano anual é elaborado sob coordenação da área de Gestão de Risco e Controlo Interno, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos objetivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos e rentabilidade), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão. As que forem aprovadas são classificadas em projetos ou

meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões e gastos gerais), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às atividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projetos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projetos seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projetos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projeto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projeto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento da evolução dos projetos é efetuado através de relatórios de gestão quinzenais, da responsabilidade do chefe de projeto, e por reuniões da comissão de *Steering* respetivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Gestão de Risco e Controlo Interno, que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da Companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas, com base em políticas aprovadas e com o apoio de comissões setoriais ou grupos de trabalho, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- rigorosa seleção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- seleção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referência o *rating A* da Standard & Poors;
- controlo automático dos cúmulos de risco; e
- minimizações do risco através da partilha em regime de cosseguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados.

Por sua vez, a política de gestão de sinistros privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e fecho dos processos.

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- **Manual de Subscrição:** contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- **Manual de Resseguro:** contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar; e
- **Manual de Sinistros:** contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos.

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A monitorização dos riscos é efetuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelas comissões operativas ou grupos de trabalho, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

As comissões operativas e grupos de trabalho existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são as seguintes:

- **Comissão de Gestão de Riscos e Solvência**, que deverá assegurar o seguimento da estrutura de gestão de riscos implementada e a coordenação das funções de controlo (Gestão de Risco e Controlo Interno);
- **Comissão Crescimento Todos os Canais**, na qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objetivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc.;
- **Comissão Reequilíbrio Técnico**, em sede da qual se definem as normas de subscrição e respetivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efetua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio;
- **Comissão de Operações**, que realiza o seguimento de projetos de adequação do *Back Office*, dos seus processos e do seu modelo de governação;

- **Comissão Estratégica de Tecnologias**, a qual analisa e aprova as propostas oriundas da metodologia da gestão de projetos já referida;
- **Comissão de Segurança e Meio Ambiente**, a qual define e aprova as linhas mestras de atuação em matéria de segurança e meio ambiente, em articulação com o órgão corporativo da MAPFRE.
- **Grupo de Trabalho de Alterações**, onde se atribuem prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas;

Estas comissões desenvolveram as suas atividades com normalidade ao longo de 2019.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira procede ao apuramento de resultados, elaborando as respetivas demonstrações (balanço e conta de resultados), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado e taxa de rentabilidade financeira), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto de a política de remunerações da Companhia prever a atribuição de remuneração variável, indexada ao desempenho relacionado com os aspetos anteriormente citados, a todos os colaboradores.

39.2. Monitorização global da exposição ao risco

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da Companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

• A quantificação global da exposição aos riscos

Para o caso do cálculo de Riscos e Capitais, o Grupo MAPFRE dispõe de uma política interna de capitalização e dividendos destinada a dotar as Unidades de uma forma racional e objetiva dos capitais necessários para cobrir os riscos assumidos. O cálculo dos riscos realiza-se através de um modelo *standard* de fatores fixos, no qual são quantificados os riscos financeiros, riscos de crédito e riscos da atividade seguradora. Desta forma, fica definido que o capital de cada unidade MAPFRE nunca poderá ser inferior ao capital mínimo requerido a cada momento acrescido de uma margem de 10%. O capital é calculado em função das estimativas para o ano seguinte, sendo feita uma revisão do mesmo pelo menos uma vez por ano em função da evolução dos riscos.

• A elaboração e implementação de planos de ação mitigadores dos riscos

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com

as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos.

• O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua implementação.

• A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a Companhia da quantificação efetuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas ações de formação.

• Método de avaliação dos riscos operacional e reputacional

Bianualmente, é realizado um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Anualmente, é efetuada uma monitorização que inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: Atuarial, Jurídica, Informática, Pessoal, Colaboradores, Procedimentos, Informação, Fraude e Bens Materiais e Mercado.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de ação, com o objetivo de os minimizar.

Apresentam-se no quadro abaixo os índices de criticidade dos riscos operacionais apurados em 2019, não existindo nenhum superior a 75%:

| Processo | Índice de criticidade associado | |
|-----------------------------|---------------------------------|--------|
| | 2019 | 2018 |
| GERAL | 62,40% | 62,55% |
| Desenvolvimento de produtos | 61,19% | 60,90% |
| Emissão | 64,65% | 64,46% |
| Sinistros | 58,53% | 58,53% |
| Gestão Administrativa | 58,01% | 57,83% |
| Atividades Comerciais | 62,78% | 62,47% |
| Recursos Humanos | 66,84% | 67,21% |
| Comissões | 62,64% | 62,34% |
| Cosseguro / Resseguro | 69,32% | 70,19% |
| Provisões Técnicas | 54,30% | 54,73% |
| Investimentos | 57,16% | 57,16% |
| Sistemas Tecnológicos | 64,29% | 64,72% |
| Atendimento ao Cliente | 63,54% | 63,11% |

39.3. Gestão do risco de epidemia por COVID-19

No seguimento dos acontecimentos mais recentes, já em 2020, e apesar de ainda não ser possível antever, a esta data, a evolução à escala mundial da epidemia desencadeada pela COVID-19, que teve início em dezembro de 2019 na China, é provável que a mesma venha a ter repercussões sobre a atividade da Companhia em 2020, cujo impacto não é ainda possível quantificar. A Companhia ativou o seu Plano de Continuidade de Negócio tendo em vista a adoção de medidas internas que possam minimizar as consequências desta epidemia.

O Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

.40 ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS

A Companhia detém, no final de 2019, o valor de 26.098,48 euros em garantias bancárias prestadas a terceiros.

Adicionalmente, tal como mencionado na Nota 37.2., a Companhia tem uma garantia recebida, por uma entidade relacionada, a título de “Depósitos recebidos de resseguradores”, através de um depósito de títulos de rendimento fixo, no montante de 2.276.813,76 euros.

.41 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Nada a divulgar.

.42

APLICAÇÃO DA IFRS 16 - LOCAÇÕES

Conforme referido na Nota 2, a Companhia adotou a IFRS 16 – Locações em 1 de janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 – Locações, que esteve em vigor até 31 de dezembro de 2018. A Companhia não adotou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável – este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável;
- (ii) a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso; e
- (iii) a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar “como” e “com que objetivo” o ativo é usado. Raras vezes,

quando o local onde as referidas decisões são tomadas é pré-determinado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo, caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o “como” e “com que objetivo” este irá ser utilizado.

A Companhia optou por não reconhecer os ativos sob direito de uso e passivos de locação para locações de curta duração cujo prazo de locação seja igual ou inferior a 12 meses e locações de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de locação associados a estas locações como despesas numa base linear ao longo do prazo de locação.

Transição

Em 1 de janeiro de 2019, a Companhia efetuou um levantamento dos contratos existentes a esta data e utilizou o expediente prático previsto na norma, isto é, só a aplicou a contratos que foram previamente identificados como locações nos termos da IAS 17 – Locações e da IFRIC 4.

De acordo com o preconizado na IFRS 16, a Companhia aplicou esta norma retrospectivamente com os impactos da transição reconhecidos em 1 de janeiro de 2019. Deste modo, a informação comparativa não foi reexpressa.

A Companhia, ao utilizar o expediente prático disponível na transição para a IFRS 16, reconheceu um passivo pelo valor

presente dos pagamentos futuros, utilizando uma taxa de juro incremental à data inicial de aplicação do normativo e o direito de uso do ativo subjacente pelo montante do passivo de locação.

Os pressupostos considerados na aplicação da norma foram os seguintes:

- (i) prazo de locação: foi avaliado o prazo descrito em cada contrato *per se*, tendo em atenção eventuais cláusulas particulares;
- (ii) taxa de desconto: foi utilizada uma taxa de desconto entre 0,1% e 7%, consoante a tipologia de contrato de locação e a sua duração;
- (iii) não aplicação da norma aos contratos com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido, ou seja, inferiores a 5.000,00 euros

Tendo por base o trabalho efetuado, identificou-se que os principais contratos de locação abrangidos por esta norma são os contratos sobre bens imóveis, viaturas, *software* e equipamento informático.

A adoção da norma implica alterações nas demonstrações financeiras, nomeadamente:

- (i) registo em Gastos financeiros dos valores relativos aos juros calculados sobre a variação dos passivos de locação, conforme referido na Nota 15, que representaram em 2019 o montante de 59.118,50 euros;
- (ii) registo em Amortizações do custo da depreciação dos ativos sob direito de uso, conforme referido na Nota 8, que representaram em 2019 o montante de 416.778,00 euros;
- (iii) registo em Ativos sob direito de uso, pelo reconhecimento do direito de uso, conforme referido na Nota 8, que representaram em 2019 o montante de 2.320.765,80 euros;
- (iv) registo em Outros passivos financeiros pelo valor dos passivos de locação reconhecidos, conforme referido na Nota 15, que representaram em 2019 o montante de 2.408.825,51 euros. Igualmente, é referida a maturidade dos fluxos de caixa contratualizados.

A reconciliação entre os saldos em 31 de dezembro de 2018 e os saldos de balanço em 1 de janeiro de 2019, de acordo com a IFRS 16, encontra-se detalhada conforme segue:

| Balanço | IAS17 31.12.2018 | Impacto IFRS 16 | Euros IFRS 16 01.01.2019 |
|--|-----------------------|---------------------|--------------------------------|
| ATIVO | | | |
| Caixa e seus equiv. e dep. à ordem | 6.470.507,82 | - | 6.470.507,82 |
| Inv. em filiais, assoc. e empreend. conj. | 21.000.000,00 | - | 21.000.000,00 |
| Ativos financ. disponíveis para venda | 152.430.294,95 | - | 152.430.294,95 |
| Terrenos e edifícios | 5.981.950,25 | - | 5.981.950,25 |
| Outros ativos tangíveis | 342.628,05 | - | 342.628,05 |
| Ativos sob direito de uso | - | 2.651.778,79 | 2.651.778,79 |
| Outros ativos intangíveis | 1.147.812,91 | - | 1.147.812,91 |
| Provisões técnicas de resseg. cedido | 25.090.057,89 | - | 25.090.057,89 |
| Ativos p/ benef. pós-emp. e out. benef. de l. p. | 204.002,18 | - | 204.002,18 |
| Out. dev. p/ oper. de seg. e outras oper. | 12.187.838,07 | - | 12.187.838,07 |
| Ativos p/ impostos e taxas | 408.026,64 | - | 408.026,64 |
| Acréscimos e diferimentos | 102.293,48 | - | 102.293,48 |
| TOTAL DO ATIVO | 225.365.412,24 | 2.651.778,79 | 228.017.191,03 |
| PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| PASSIVO | | | |
| Provisões técnicas de seg. direto | 132.621.331,68 | - | 132.621.331,68 |
| Out. passivos financeiros | 11.057,79 | 2.651.778,79 | 2.662.836,58 |
| Pass. p/ benef. pós-emp. e out. benef. de l. p. | 186.637,09 | - | 186.637,09 |
| Out. cred. p/ oper. de seg. e outras oper. | 6.082.013,20 | - | 6.082.013,20 |
| Passivos p/ impostos e taxas | 7.197.550,88 | - | 7.197.550,88 |
| Acréscimos e diferimentos | 3.678.651,40 | - | 3.678.651,40 |
| Outras provisões | 373.787,09 | - | 373.787,09 |
| TOTAL DO PASSIVO | 150.151.029,13 | 2.651.778,79 | 152.802.807,92 |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| Capital | 33.108.650,00 | - | 33.108.650,00 |
| Reservas de reavaliação | 14.112.664,03 | - | 14.112.664,03 |
| Reserva p/ impostos diferidos | (3.175.349,40) | - | (3.175.349,40) |
| Outras reservas | 19.138.967,18 | - | 19.138.967,18 |
| Resultado do exercício | 12.029.451,30 | - | 12.029.451,30 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | 75.214.383,11 | - | 75.214.383,11 |
| TOTAL DO PASSIVO E CAP. PRÓPRIO | 225.365.412,24 | 2.651.778,79 | 228.017.191,03 |

.43

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

43.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras

IFRS 16 – Locações

O IASB emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 – Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A norma foi endossada na União Europeia pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1986/2017, de 31 de outubro. A sua adoção antecipada era permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentas de aplicação dos requisitos da norma.

O impacto da adoção desta norma nas demonstrações financeiras da Companhia é analisado nas Notas 8 e 15.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa. Nesse contexto, a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado. A IFIRC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A Companhia não registou nenhum impacto decorrente da adoção da presente interpretação.

Alterações, cortes ou liquidações do plano de benefícios atribuídos (alterações à IAS 19)

Em fevereiro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 19. As alterações esclarecem a contabilização quando ocorre uma alteração, redução ou liquidação no plano de benefícios atribuídos.

As alterações especificam que uma entidade deve usar os pressupostos atualizados da remensuração do seu passivo de benefício definido líquido (ativo) para determinar o custo atual do serviço e os juros líquidos para o restante período de relato após a mudança no plano.

Das alterações resulta uma alocação diferente do rendimento integral total entre custo do serviço, juros e outro rendimento integral.

As alterações aplicam-se prospectivamente a alterações, cortes ou liquidações de planos de benefícios atribuídos que ocorram no ou após o início do primeiro período de relato anual que comece em, ou após, 1 de janeiro de 2019.

A Companhia não registou nenhum impacto decorrente da adoção da presente interpretação.

Melhoramentos do ciclo 2015-2017

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017, introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimo geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A Companhia não registou nenhum impacto decorrente da adoção dos referidos melhoramentos.

Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (alteração à IAS 28)

Em outubro de 2017, o IASB emitiu alterações à IAS 28 relativamente a participações de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos. As alterações esclarecem que a IFRS 9 aplica-se a instrumentos financeiros em associadas ou empreendimentos conjuntos aos quais o método de equivalência patrimonial não é aplicado, incluindo interesses de longo prazo.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente nos períodos anuais com início em, ou após, 1 de janeiro de 2019.

A Companhia não registou nenhum impacto decorrente da adoção desta alteração.

43.2. Normas contabilísticas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia, mas que a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A. decidiu optar pela não aplicação antecipada na elaboração das suas demonstrações

Definição de Materialidade (alterações à IAS 1 e IAS 8)

Em 31 de outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à sua definição de materialidade para facilitar às empresas a realização de julgamentos de materialidade.

As alterações consistem em (a) substituir o termo “puder influenciar” por “puder razoavelmente considerar que poderá influenciar”; (b) incluir o conceito de “ocultação” juntamente com os conceitos de “omissão” e “distorção” de informação na definição de materialidade; (c) esclarecer que os “utentes” referidos são os principais utentes das demonstrações financeiras de carácter geral referidas na Estrutura Conceptual; e (d) alinhar a definição de materialidade entre as publicações IFRS.

A definição alterada de materialidade afirma, portanto, que “A informação é material se se puder razoavelmente considerar que a sua omissão, distorção ou ocultação poderá influenciar as decisões que os utentes primários das demonstrações financeiras de carácter geral tomarão com base nessas mesmas demonstrações financeiras, que fornecem a informação financeira respeitante a uma determinada entidade que relata”.

As alterações são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2020, mas podem ser aplicadas antecipadamente.

Alterações às referências à estrutura conceptual nas normas IFRS

Em março de 2018, o IASB emitiu um conjunto abrangente de conceitos para reporte financeiro, a Estrutura Conceptual revista para reporte financeiro (Estrutura Conceptual), que visa atualizar, nas normas existentes, as referências e citações da versão existente da Estrutura Conceptual ou da versão que foi substituída em 2010, substituindo-as por referências à Estrutura Conceptual revista.

A Estrutura Conceptual revista tem data efetiva de adoção de 1 de janeiro de 2020 – com adoção antecipada permitida – para empresas que usam a Estrutura Conceptual para desenvolver políticas contabilísticas quando nenhuma norma IFRS se aplica a uma transação específica.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização

e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação, incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, dos quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e a pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010), na sua generalidade, transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima da gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade.

Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

• Exceção temporária à IFRS 9

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 – Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro

de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar n.º 3/2018-R emitida pela ASF.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma de referenciais de Taxa de Juro (alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7)

Em 26 de setembro de 2019, o IASB emitiu alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7. As alterações modificam alguns requisitos específicos de contabilidade de cobertura para aliviar os efeitos potenciais da incerteza causada pela reforma da IBOR. Além disso, as alterações exigem que as empresas forneçam informações adicionais aos investidores sobre as suas relações de cobertura, que sejam diretamente afetadas por essas incertezas.

As alterações fornecem exceções para que as entidades apliquem os requisitos de contabilidade de cobertura, assumindo que o índice de referência da taxa de juro, em que se baseiam o risco coberto ou os fluxos de caixa cobertos do item coberto ou os fluxos de caixa do instrumento de cobertura, não seja alterado como resultado da reforma da IBOR. As exceções propostas aplicam-se apenas aos requisitos de contabilidade de cobertura e as alterações não proporcionam alívio de outras consequências decorrentes da reforma do *benchmark* da taxa de juro.

As alterações são de âmbito limitado. Se uma relação de cobertura deixar de cumprir com os requisitos de contabilidade de cobertura por outros motivos que não os especificados nas alterações, a descontinuação da contabilidade de cobertura continua a ser necessária.

Além disso, as alterações esclarecem que, se uma entidade designar fluxos de caixa baseados em *benchmark* de taxa de juro como o item coberto numa cobertura de fluxo de caixa, a entidade não assumirá, com o objetivo de medir a ineficácia da cobertura, que a substituição esperada do *benchmark* de taxa de juro por uma taxa de referência alternativa resultará num fluxo de caixa nulo após a substituição. O ganho ou a perda de cobertura deve ser mensurado usando os fluxos de caixa baseados em *benchmark* de taxa de juro ao aplicar uma técnica de valor presente, descontada a uma taxa de desconto de mercado que reflete as expectativas dos participantes do mercado sobre a incerteza resultante da reforma.

As alterações são obrigatórias para todas as relações de cobertura às quais as exceções são aplicáveis.

As alterações têm uma data efetiva de adoção de períodos anuais iniciados em, ou após, 1 de janeiro de 2020. É permitida a adoção antecipada. As alterações são aplicadas retrospectivamente às relações de cobertura existentes no início do período de relatório em que a entidade aplica as alterações pela primeira vez e ao ganho ou perda reconhecidos em rendimento integral no início do período em que a entidade aplica pela primeira vez as alterações (isto é, mesmo que o período de relato não seja um período anual).

43.3. Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para a MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado

o desempenho dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2021.

A Companhia está a avaliar os impactos que a presente norma terá nas suas demonstrações financeiras.

Definição de negócio (alterações à IFRS 3 – Concentração de Negócios)

Em 22 de outubro de 2018, o IASB emitiu as alterações à sua definição de negócio.

As alterações esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de criar *outputs*. As alterações também esclarecem que um conjunto de atividades e ativos pode qualificar-se como um negócio sem incluir todos os *inputs* e processos necessários para criar *outputs*, ou incluindo os próprios *outputs*, substituindo o termo “capacidade de criar *outputs*” por “capacidade de contribuir para a criação de *outputs*”.

Deixa de ser necessário avaliar se os participantes do mercado são capazes de substituir *inputs* ou processos omissos (por exemplo, integrando as atividades e ativos adquiridos) e continuar produzindo *outputs*. As alterações concentram-se em analisar se os *inputs* adquiridos e os processos substantivos adquiridos, juntos, contribuem significativamente para a capacidade de criar *outputs*.

As alterações devem ser aplicadas às transações cuja data de aquisição seja em, ou após, o início do primeiro período de reporte anual com início em, ou após, 1 de janeiro de 2020,

sendo permitida a aplicação antecipada. Se as entidades aplicarem as alterações antecipadamente, devem divulgar esse facto.

Clarificação dos requisitos de classificação de passivos como corrente ou não corrente (alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras)

O IASB emitiu em 23 de janeiro de 2020 uma alteração à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras para clarificar como classificar dívida e outros passivos como corrente e não corrente.

As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, dívida ou outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como correntes (a liquidar ou potencialmente a liquidar no prazo de um ano) ou não correntes. As alterações incluem esclarecimentos sobre os requisitos de classificação de dívida que uma empresa pode liquidar convertendo em capital.

Esta alteração é efetiva para períodos após 1 de janeiro de 2022.

Lisboa, 19 de março de 2020

Luis Anula
Administrador Delegado

Filipe Tempero
Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

José Manuel Inchausti Pérez
(Presidente)

Juan Fernández Palacios
(Vice-Presidente)

Luis Anula Rodriguez
(Vogal/Administrador Delegado)

José Manuel Inchausti Pérez
em representação de:
Andrés Jiménez Herradón
(Vogal)

José Manuel Inchausti Pérez
em representação de:
António Luís de Azevedo Portela
(Vogal)

José Manuel Inchausti Pérez
em representação de:
Javier del Río Martín
(Vogal)

Antonio Nuñez Tovar
(Vogal)

Miguel Pedro Caetano Ramos
(Vogal)

O Secretário do Conselho de Administração

Pedro Ribeiro e Silva

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Anexo 1.1. / 31.12.2019

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|---|--------------------------------|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| 1. – FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES | | | | | | | | |
| 1.1. – Títulos nacionais | | | | | | | | |
| 1.1.1. – Partes de capital em filiais | | | | | | | | |
| | MAPFRE – SEGUROS DE VIDA, S.A. | 4.200.000 | | | 5,00 | 21.000.000,00 | 5,00 | 21.000.000,00 |
| 1.1.2. – Partes de capital em associadas | | | | | | | | |
| 1.1.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos | | | | | | | | |
| 1.1.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes | | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | 4.200.000 | | | | 21.000.000,00 | | 21.000.000,00 |
| 1.1.5. – Títulos de dívida de filiais | | | | | | | | |
| 1.1.6. – Títulos de dívida de associadas | | | | | | | | |
| 1.1.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos | | | | | | | | |
| 1.1.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| 1.1.9. – Outros títulos em filiais | | | | | | | | |
| 1.1.10. – Outros títulos em associadas | | | | | | | | |
| 1.1.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos | | | | | | | | |
| 1.1.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 1.1. | 4.200.000 | | | | 21.000.000,00 | | 21.000.000,00 |
| 1.2. – Títulos estrangeiros | | | | | | | | |
| 1.2.1. – Partes de capital em filiais | | | | | | | | |
| 1.2.2. – Partes de capital em associadas | | | | | | | | |
| 1.2.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos | | | | | | | | |
| 1.2.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes | | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|--|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| | 1.2.5. - Títulos de dívida de filiais | | | | | | | |
| | 1.2.6. - Títulos de dívida de associadas | | | | | | | |
| | 1.2.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.2.8. - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | 1.2.9. - Outros títulos em filiais | | | | | | | |
| | 1.2.10. - Outros títulos em associadas | | | | | | | |
| | 1.2.11. - Outros títulos em empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.2.12. - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 1.2. | | | | | | | |
| | TOTAL 1. | 4.200.000 | | - | | 21.000.000,00 | | 21.000.000,00 |
| | 2. - OUTROS | | | | | | | |
| | 2.1. - Títulos nacionais | | | | | | | |
| | 2.1.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação | | | | | | | |
| | 2.1.1.1. - Ações | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | 2.1.1.2. - Títulos de participação | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | 2.1.1.3. - Unidades de participação em fundos de investimento | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | 2.1.1.4. - Outros | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 2.1.1. | | | | | | | |
| | 2.1.2. - Títulos de dívida | | | | | | | |
| | 2.1.2.1. - De dívida pública | | | | | | | |
| PTOTEUOE0019 | REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027 | | 6.175.000,00 | 99,17 | | 6.123.623,45 | 130,79 | 8.076.501,16 |
| PTOTEKOE0011 | REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025 | | 5.200.000,00 | 110,03 | | 5.721.420,00 | 116,72 | 6.069.199,67 |
| | SUBTOTAL | | 11.375.000,00 | | | 11.845.043,45 | | 14.145.700,83 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|---|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| | 2.1.2.2. - De outros emissores públicos | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | 2.1.2.3. - De outros emissores | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 2.1.2. | - | 11.375.000,00 | | | 11.845.043,45 | | 14.145.700,83 |
| | SUBTOTAL 2.1. | - | 11.375.000,00 | | | 11.845.043,45 | | 14.145.700,83 |
| | 2.2. - Títulos estrangeiros | | | | | | | |
| | 2.2.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação | | | | | | | |
| | 2.2.1.1. - Ações | | | | | | | |
| ES0167050915 | ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE | 5.346 | | | 25,21 | 134.749,34 | 35,65 | 190.584,90 |
| FR0000120073 | AIR LIQUIDE S.A. | 2.836 | | | 102,15 | 289.703,93 | 126,20 | 357.903,20 |
| NL0000235190 | AIRBUS GROUP SE | 2.308 | | | 127,44 | 294.140,22 | 130,48 | 301.147,84 |
| DE0008404005 | ALLIANZ SE | 1.509 | | | 192,81 | 290.954,27 | 218,40 | 329.565,60 |
| BE0974293251 | ANHEUSER-BUSCH INBEV SA/NV | 2.629 | | | 88,20 | 231.888,84 | 72,71 | 191.154,59 |
| NL0010273215 | ASML HOLDING NV | 1.230 | | | 152,27 | 187.291,18 | 263,70 | 324.351,00 |
| ES0113211835 | BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI | 81.001 | | | 5,86 | 474.337,51 | 4,98 | 403.627,98 |
| ES0113900J37 | BANCO SANTANDER SA | 92.718 | | | 4,34 | 402.444,63 | 3,73 | 345.838,14 |
| ES0113679J37 | BANKINTER S.A. | 13.417 | | | 7,31 | 98.049,47 | 6,53 | 87.639,84 |
| FR0000131104 | BNP PARIBAS SA - PARIS | 9.978 | | | 51,39 | 512.776,20 | 52,83 | 527.137,74 |
| FR0000120644 | DANONE S.A. | 5.604 | | | 64,94 | 363.939,41 | 73,90 | 414.135,60 |
| DE0005557508 | DEUTSCHE TELEKOM AG | 23.023 | | | 15,27 | 351.658,40 | 14,57 | 335.445,11 |
| DE000ENAG999 | E.ON SE | 12.818 | | | 7,79 | 99.837,89 | 9,52 | 122.078,63 |
| IT0003128367 | ENEL SPA | 62.335 | | | 5,44 | 339.244,47 | 7,07 | 440.833,12 |
| FR0010208488 | ENGIE S.A. | 15.371 | | | 13,40 | 206.046,64 | 14,40 | 221.342,40 |
| IT0003132476 | ENI SPA | 24.967 | | | 14,88 | 371.419,95 | 13,85 | 345.693,08 |
| ES0118900010 | FERROVIAL S.A. | 12.020 | | | 20,30 | 243.978,96 | 26,97 | 324.179,40 |
| GB0009252882 | GLAXOSMITHKLINE PLC | 4.817 | | | 17,53 | 84.441,22 | 21,01 | 101.218,31 |
| ES0171996087 | GRIFOLS S.A. | 4.044 | | | 22,49 | 90.964,99 | 31,43 | 127.102,92 |
| ES0144580Y14 | IBERDROLA S.A. | 71.339 | | | 6,71 | 478.370,81 | 9,18 | 654.892,02 |
| ES0148396007 | INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S. | 17.722 | | | 25,76 | 456.547,60 | 31,45 | 557.356,90 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|---|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| NL0011821202 | ING GROEP N.V. | 8.527 | | | 10,75 | 91.632,36 | 10,69 | 91.136,57 |
| IT0000072618 | INTESA SANPAOLO SPA | 38.460 | | | 2,24 | 86.081,83 | 2,35 | 90.323,31 |
| FR0000121014 | LOUIS VUITTON-MOET HENNESSY | 982 | | | 335,96 | 329.911,57 | 414,20 | 406.744,40 |
| DE0008430026 | MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS | 720 | | | 156,66 | 112.794,59 | 263,00 | 189.360,00 |
| CH0038863350 | NESTLE S.A. | 1.544 | | | 62,22 | 96.070,62 | 96,52 | 149.030,73 |
| CH0012005267 | NOVARTIS AG | 3.070 | | | 69,96 | 214.792,38 | 84,66 | 259.898,65 |
| ES0105224002 | OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI S.A. | 300.000 | | | 0,98 | 294.314,58 | 0,99 | 297.000,00 |
| FR0000133308 | ORANGE S.A. | 18.248 | | | 13,28 | 242.345,73 | 13,12 | 239.413,76 |
| ES0173516115 | REPSOL S.A. | 25.659 | | | 12,26 | 314.627,68 | 13,93 | 357.429,87 |
| CH0012032048 | ROCHE HOLDING AG | 707 | | | 219,20 | 154.971,49 | 289,25 | 204.502,77 |
| GB00B03MLX29 | ROYAL DUTCH SHELL PLC | 4.078 | | | 25,07 | 102.236,32 | 26,17 | 106.700,87 |
| FR0000120578 | SANOFI | 3.543 | | | 69,34 | 245.687,99 | 89,62 | 317.523,66 |
| DE0007164600 | SAP SE | SAP SE | | | 92,95 | 277.462,99 | 120,32 | 359.155,20 |
| DE0007236101 | SIEMENS AG | 4.485 | | | 94,10 | 422.025,15 | 116,54 | 522.681,90 |
| ES0178430E18 | TELEFONICA, S.A. | 50.964 | | | 7,59 | 386.936,35 | 6,23 | 317.352,82 |
| FR0000120271 | TOTAL S.A. | 12.852 | | | 44,19 | 567.964,31 | 49,20 | 632.318,40 |
| NL0000388619 | UNILEVER NV | 7.146 | | | 42,54 | 304.015,76 | 51,23 | 366.089,58 |
| FR0000125486 | VINCI S.A. | 3.581 | | | 79,33 | 284.095,52 | 99,00 | 354.519,00 |
| FR0000127771 | VIVENDI SA | 20.713 | | | 20,00 | 414.308,88 | 25,82 | 534.809,66 |
| | SUBTOTAL | 975.296 | | | | 10.945.062,03 | | 12.499.219,47 |
| | 2.2.1.2. - Títulos de participação | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | 2.2.1.3. - Unidades de participação em fundos de investimento | | | | | | | |
| ES0157103005 | ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PR | 245.000 | | | 1,00 | 245.000,00 | 1,02 | 249.900,00 |
| ES0108689003 | ALTAN IV GLOBAL IICICIL | 71 | | | 991,95 | 70.000,00 | 981,42 | 69.256,82 |
| LU1851969334 | ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC | 243.612 | | | 1,00 | 243.735,58 | 1,02 | 248.463,39 |
| LU0043136406 | CAPITAL INVESTMENT FUND | 1.757 | | | 308,22 | 541.517,75 | 367,95 | 646.451,35 |
| ES0138658036 | FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I. | 103.682 | | | 12,46 | 1.292.033,27 | 14,93 | 1.547.777,65 |
| ES0178520039 | FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI | 4.623 | | | 64,90 | 300.000,00 | 70,22 | 324.608,13 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|---------------------------------|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| ES0144022003 | HELIA RENOVABLES FCR CLASE A | 152.825 | | | 1,00 | 152.824,97 | 1,31 | 200.842,56 |
| LU1527121039 | MAPFRE AM – MULTI ASSET STRATE | 351.511 | | | 9,96 | 3.500.000,00 | 9,84 | 3.458.521,63 |
| LU1857396789 | STABLE INCOME EUROPEAN REAL ES | 1.707 | | | 1.001,21 | 1.709.111,00 | 964,38 | 1.646.247,95 |
| LU1857396433 | STABLE INCOME EUROPEAN REAL ES | 694 | | | 1.000,00 | 694.382,00 | 995,34 | 691.146,27 |
| | SUBTOTAL | 1.105.482 | | | | 8.748.605 | | 9.083.216 |
| | 2.2.1.4. – Outros | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 2.2.1. | 2.080.778 | | - | | 19.693.666,60 | | 21.582.435,22 |
| | 2.2.2. – Títulos de dívida | | | | | | | |
| | 2.2.2.1. – De dívida pública | | | | | | | |
| IE00B60Z6194 | GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020 | | 1.500.000,00 | 99,33 | | 1.490.010,00 | 105,50 | 1.582.535,59 |
| BE0000347568 | REINO DE BELGICA 0,9 6/2029 | | 135.000,00 | 104,55 | | 141.144,90 | 108,15 | 146.005,87 |
| AT0000A269M8 | REPÚBLICA DE AUSTRIA 0,5 2/2029 | | 50.000,00 | 99,56 | | 49.780,50 | 104,87 | 52.435,35 |
| IT0005240350 | REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033 | | 2.200.000,00 | 93,49 | | 2.056.868,00 | 109,76 | 2.414.628,97 |
| ES0000012965 | TESORO PÚBLICO 0 1/2032 | | 1.918.000,00 | 25,60 | | 491.008,00 | 92,06 | 1.765.673,43 |
| ES0000012A97 | TESORO PÚBLICO 0,45 10/2022 | | 1.300.000,00 | 102,24 | | 1.329.055,00 | 102,30 | 1.329.835,44 |
| ES0000012F43 | TESORO PÚBLICO 0,6 10/2029 | | 100.000,00 | 101,12 | | 101.120,00 | 101,41 | 101.413,85 |
| ES0000012A89 | TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027 | | 3.100.000,00 | 99,10 | | 3.072.100,00 | 109,37 | 3.390.328,40 |
| ES0000012E51 | TESORO PÚBLICO 1,45 4/2029 | | 1.960.000,00 | 102,82 | | 2.015.188,67 | 110,26 | 2.161.055,04 |
| ES00000126Z1 | TESORO PÚBLICO 1,6 4/2025 | | 1.200.000,00 | 105,66 | | 1.267.876,00 | 109,64 | 1.315.700,36 |
| ES00000128Q6 | TESORO PÚBLICO 2,35 7/2033 | | 3.000.000,00 | 100,02 | | 3.000.534,09 | 122,00 | 3.660.098,00 |
| ES0000012B47 | TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048 | | 4.800.000,00 | 113,78 | | 5.461.558,56 | 133,39 | 6.402.891,08 |
| ES00000126B2 | TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024 | | 600.000,00 | 103,56 | | 621.360,00 | 114,11 | 684.664,82 |
| ES00000128C6 | TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046 | | 3.400.000,00 | 99,75 | | 3.391.510,00 | 137,20 | 4.664.904,44 |
| ES00000123X3 | TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023 | | 800.000,00 | 101,95 | | 815.593,98 | 118,32 | 946.583,99 |
| ES00000121S7 | TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041 | | 12.450.000,00 | 88,85 | | 11.062.029,38 | 171,53 | 21.355.311,73 |
| ES00000120N0 | TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040 | | 3.100.000,00 | 77,46 | | 2.401.310,84 | 173,70 | 5.384.769,78 |
| ES00000124H4 | TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044 | | 12.815.000,00 | 147,45 | | 18.895.361,50 | 185,95 | 23.829.445,00 |
| ES00000123U9 | TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023 | | 5.851.000,00 | 100,04 | | 5.853.398,91 | 122,51 | 7.168.061,70 |
| ES00000123C7 | TESORO PÚBLICO 5,9 7/2026 | | 200.000,00 | 136,29 | | 272.574,00 | 140,08 | 280.166,41 |
| | SUBTOTAL | | 60.479.000,00 | | | 63.789.382 | | 88.636.509 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|---|---|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| 2.2.2.2. - De outros emissores públicos | | | | | | | | |
| XS1555575320 | CAF-BCO DE DESARROLLO DE AMÉRI 0,5 1/2022 | | 500.000,00 | 99,98 | | 499.875,00 | 101,22 | 506.078,02 |
| ES0378641056 | FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5 12/2026 | | 800.000,00 | 128,80 | | 1.030.400,00 | 131,39 | 1.051.108,68 |
| ES0378641023 | FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021 | | 1.500.000,00 | 97,80 | | 1.467.000,00 | 112,20 | 1.683.030,20 |
| XS0883537143 | INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020 | | 480.000,00 | 99,41 | | 477.177,60 | 104,88 | 503.437,41 |
| XS0599993622 | INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021 | | 270.000,00 | 99,67 | | 269.103,60 | 112,38 | 303.436,23 |
| SUBTOTAL | | | 3.550.000,00 | | | 3.743.556,20 | | 4.047.090,54 |
| 2.2.2.3. - De outros emissores | | | | | | | | |
| XS2025466413 | ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A. 0,625 7/2025 | | 300.000,00 | 99,42 | | 298.245,00 | 99,05 | 297.145,79 |
| XS1960353388 | ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE 0,375 3/2021 | | 300.000,00 | 99,94 | | 299.808,00 | 101,27 | 303.797,53 |
| XS1322048619 | AMADEUS CAPITAL MARKETS S.A. 1,625 11/2021 | | 1.400.000,00 | 102,00 | | 1.428.020,00 | 103,01 | 1.442.083,40 |
| XS1878191052 | AMADEUS IT GROUP S.A. 0,875 9/2023 | | 200.000,00 | 99,90 | | 199.796,00 | 102,96 | 205.914,99 |
| XS1651861251 | ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B 0,587 7/2022 | | 300.000,00 | 100,00 | | 300.000,00 | 100,98 | 302.943,18 |
| XS2023872174 | AROUNDTOWN S.A. 0,625 7/2025 | | 500.000,00 | 98,04 | | 490.195,00 | 100,17 | 500.829,54 |
| XS1144086110 | AT&T INC 1,45 6/2022 | | 1.500.000,00 | 103,73 | | 1.555.950,00 | 103,90 | 1.558.457,93 |
| XS1579039006 | BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 2 3/2027 | | 700.000,00 | 100,00 | | 700.000,00 | 111,52 | 780.669,36 |
| XS1562614831 | BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 2/2027 | | 500.000,00 | 99,99 | | 499.960,00 | 120,11 | 600.547,53 |
| XS1592168451 | BANKINTER S.A. 2,5 4/2027 | | 100.000,00 | 99,60 | | 99.601,00 | 106,25 | 106.250,78 |
| XS0954928783 | BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021 | | 300.000,00 | 99,90 | | 299.685,00 | 105,50 | 316.493,20 |
| XS1945762265 | BARCLAYS BANK PLC LONDON 2 6/2034 | | 300.000,00 | 100,00 | | 300.000,00 | 100,36 | 301.091,04 |
| XS2051670136 | BLACKSTONE PROPERTY PARTNERS E 0,5 9/2023 | | 700.000,00 | 99,96 | | 699.748,00 | 99,84 | 698.891,78 |
| XS1565131213 | CAIXABANK S.A. 3,5 2/2027 | | 300.000,00 | 99,97 | | 299.919,00 | 108,79 | 326.369,49 |
| XS1996435688 | CEPSA FINANCE S.A.U. 1 2/2025 | | 400.000,00 | 99,85 | | 399.404,00 | 102,29 | 409.165,53 |
| XS2024771359 | CIMA FINANCE DESIGNATED ACTIVI 2,373595675 3/2029 | | 3.444.256,13 | 109,21 | | 3.761.518,65 | 107,95 | 3.718.193,10 |
| XS1457608013 | CITIGROUP INC 0,75 10/2023 | | 400.000,00 | 99,91 | | 399.640,00 | 102,33 | 409.325,70 |
| XS0826634874 | COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022 | | 250.000,00 | 99,55 | | 248.880,00 | 111,97 | 279.929,18 |
| ES0305045009 | CRITERIA CAIXA S.A.U. 1,375 4/2024 | | 200.000,00 | 99,44 | | 198.880,00 | 104,46 | 208.913,40 |
| XS1963849440 | DANSKE BANK A/S 1,625 3/2024 | | 500.000,00 | 99,46 | | 497.315,00 | 105,57 | 527.862,08 |
| XS0595092098 | DNB BANK ASA 4,375 2/2021 | | 300.000,00 | 118,01 | | 354.030,00 | 109,02 | 327.070,69 |
| XS2076259063 | DOURO FINANCE B.V. 0,6 7/2024 | | 300.000,00 | 100,00 | | 300.000,00 | 100,01 | 300.026,34 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|--|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|--------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| XS2079443433 | DOURO FINANCE B.V. 0,92 3/2031 | | 100.000,00 | 100,00 | | 100.000,00 | 99,03 | 99.031,49 |
| XS1607933253 | DOURO FINANCE B.V. 1,01 12/2027 | | 1.700.000,00 | 100,00 | | 1.700.000,00 | 108,72 | 1.848.296,28 |
| XS2092534531 | DOURO FINANCE B.V. 1,01 9/2028 | | 1.500.000,00 | 100,00 | | 1.500.000,00 | 99,12 | 1.486.759,77 |
| XS1558083652 | EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023 | | 3.000.000,00 | 103,64 | | 3.109.185,00 | 106,67 | 3.200.026,60 |
| XS0741137029 | ENI SPA 4,25 2/2020 | | 500.000,00 | 101,45 | | 507.250,00 | 104,28 | 521.385,94 |
| XS2051914963 | FCA BANK S.P.A. (IRISH BRANCH) 0,5 9/2024 | | 550.000,00 | 99,97 | | 549.813,00 | 99,86 | 549.229,66 |
| XS1319814577 | FEDEX CORP 1 1/2023 | | 1.500.000,00 | 102,55 | | 1.538.250,00 | 103,27 | 1.549.076,16 |
| XS2095795964 | FOMENTO CONSTRUCCIONES Y CONTR 0,58 6/2020 | | 100.000,00 | 99,71 | | 99.706,03 | 99,72 | 99.716,02 |
| XS2088659789 | GAS NETWORKS IRELAND 0,125 12/2024 | | 300.000,00 | 99,81 | | 299.418,00 | 99,63 | 298.875,41 |
| XS1861206636 | GOLDMAN SACHS GROUP INC 2 11/2028 | | 200.000,00 | 99,43 | | 198.854,00 | 110,43 | 220.861,76 |
| XS1428953407 | HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028 | | 400.000,00 | 99,88 | | 399.528,00 | 119,10 | 476.402,83 |
| XS1809245829 | INDRA SISTEMAS S.A. 3 4/2024 | | 400.000,00 | 99,60 | | 398.400,00 | 108,53 | 434.121,66 |
| XS1725677543 | INMOBILIARIA COLONIAL SOCIMI S 1,625 11/2025 | | 700.000,00 | 106,57 | | 745.969,00 | 105,67 | 739.714,36 |
| XS1551306951 | INTESA SANPAOLO SPA 1,375 1/2024 | | 300.000,00 | 99,31 | | 297.939,00 | 104,39 | 313.182,19 |
| XS1578294081 | ITALGAS SPA 1,125 3/2024 | | 500.000,00 | 99,77 | | 498.847,03 | 105,00 | 524.977,11 |
| ES0343307015 | KUTXABANK S.A. 0,5 9/2024 | | 800.000,00 | 99,42 | | 795.368,00 | 100,23 | 801.855,94 |
| XS1955169104 | LEASEPLAN CORPORATION NV 1 2/2022 | | 1.000.000,00 | 99,92 | | 999.240,00 | 102,76 | 1.027.561,66 |
| ES0584696142 | MASMOVIL IBERCOM S.A. 0,17 3/2020 | | 300.000,00 | 99,96 | | 299.871,14 | 99,97 | 299.911,19 |
| XS1327027998 | MASTERCARD INC 1,1 12/2022 | | 700.000,00 | 99,51 | | 696.563,00 | 103,28 | 722.975,01 |
| XS1973750869 | MEDIOBANCA BANCA DI CREDITO FI 1,625 1/2025 | | 500.000,00 | 99,89 | | 499.465,00 | 105,52 | 527.584,78 |
| XS1416688890 | MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A. 2,375 5/2022 | | 200.000,00 | 99,49 | | 198.976,00 | 106,48 | 212.954,03 |
| XS0531922465 | MORGAN STANLEY 5,375 8/2020 | | 1.000.000,00 | 109,78 | | 1.097.760,00 | 105,60 | 1.056.011,65 |
| XS1960021035 | NOMURA INTERNATIONAL FUNDING P 3,245 3/2025 | | 300.000,00 | 100,00 | | 300.000,00 | 108,82 | 326.450,40 |
| XS1980189028 | PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,5 4/2022 | | 700.000,00 | 100,85 | | 705.971,00 | 101,35 | 709.471,22 |
| XS2015267953 | PSA BANQUE FRANCE S.A. 0,625 6/2024 | | 600.000,00 | 100,28 | | 601.662,00 | 101,08 | 606.487,11 |
| FR0013060209 | RTE RESEAU DE TRANSPORT D'ELEC 1,625 11/2025 | | 600.000,00 | 99,60 | | 597.612,00 | 108,22 | 649.342,89 |
| XS1201001572 | SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE 2,5 3/2025 | | 1.100.000,00 | 100,15 | | 1.101.643,00 | 110,65 | 1.217.171,12 |
| XS129248432 | SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022 | | 800.000,00 | 102,98 | | 823.805,00 | 104,30 | 834.419,98 |
| XS0365796092 | SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023 | | 600.000,00 | 109,05 | | 654.300,00 | 119,34 | 716.040,06 |
| FR0013452893 | TIKEHAU CAPITAL SCA 2,25 10/2026 | | 500.000,00 | 99,86 | | 499.295,00 | 102,27 | 511.347,74 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|--|------------|---------------------------|-----------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|-----------------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| XS0479869744 | VODAFONE GROUP PLC 4,65 1/2022 | | 400.000,00 | 120,70 | | 482.800,00 | 114,46 | 457.859,55 |
| XS1972547183 | VOLKSWAGEN FINANCIAL SERVICES 0,625 4/2022 | | 500.000,00 | 99,68 | | 498.390,00 | 101,53 | 507.628,31 |
| | SUBTOTAL | | | 35.544.256,13 | | 36.426.474,85 | | 37.468.701,44 |
| | SUBTOTAL 2.2.2. | | | 99.573.256,13 | | 103.959.413,38 | | 130.152.301,23 |
| | SUBTOTAL 2.2. | | 2.080.778 | 99.573.256,13 | | 123.653.079,98 | | 151.734.736,45 |
| | 2.3 - Derivados de negociação | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 2.3. | | | | | | | |
| | 2.4. - Derivados de cobertura | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 2.4. | | | | | | | |
| | TOTAL 2. | | 2.080.778 | 110.948.256,13 | | 135.498.123,43 | | 165.880.437,28 |
| | TOTAL GERAL | | 6.280.778 | 110.948.256,13 | | 156.498.123,43 | | 186.880.437,28 |

Anexo 1.2. / 31.12.2018

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------|---|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| | 1. - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES | | | | | | | |
| | 1.1. - Títulos nacionais | | | | | | | |
| | 1.1.1. - Partes de capital em filiais | | | | | | | |
| | MAPFRE - SEGUROS DE VIDA, S.A. | 4.200.000 | | | 5,00 | 21.000.000,00 | 5,00 | 21.000.000,00 |
| | 1.1.2. - Partes de capital em associadas | | | | | | | |
| | 1.1.3. - Partes de capital em empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.1.4. - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | 4.200.000 | | | | 21.000.000,00 | | 21.000.000,00 |
| | 1.1.5. - Títulos de dívida de filiais | | | | | | | |
| | 1.1.6. - Títulos de dívida de associadas | | | | | | | |
| | 1.1.7. - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos | | | | | | | |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------|--|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| | 1.1.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | 1.1.9. – Outros títulos em filiais | | | | | | | |
| | 1.1.10. – Outros títulos em associadas | | | | | | | |
| | 1.1.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.1.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 1.1. | 4.200.000 | | | | 21.000.000,00 | | 21.000.000,00 |
| | 1.2. – Títulos estrangeiros | | | | | | | |
| | 1.2.1. – Partes de capital em filiais | | | | | | | |
| | 1.2.2. – Partes de capital em associadas | | | | | | | |
| | 1.2.3. – Partes de capital em empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.2.4. – Partes de capital em outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | 1.2.5. – Títulos de dívida de filiais | | | | | | | |
| | 1.2.6. – Títulos de dívida de associadas | | | | | | | |
| | 1.2.7. – Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.2.8. – Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | 1.2.9. – Outros títulos em filiais | | | | | | | |
| | 1.2.10. – Outros títulos em associadas | | | | | | | |
| | 1.2.11. – Outros títulos em empreendimentos conjuntos | | | | | | | |
| | 1.2.12. – Outros títulos de outras empresas participadas e participantes | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 1.2. | | | | | | | |
| | TOTAL 1. | 4.200.000 | | - | | 21.000.000,00 | | 21.000.000,00 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|---|-------------------------------------|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| 2. - OUTROS | | | | | | | | |
| 2.1. - Títulos nacionais | | | | | | | | |
| 2.1.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação | | | | | | | | |
| 2.1.1.1. - Ações | | | | | | | | |
| SUBTOTAL | | | | | | | | |
| 2.1.1.2. - Títulos de participação | | | | | | | | |
| SUBTOTAL | | | | | | | | |
| 2.1.1.3. - Unidades de participação em fundos de investimento | | | | | | | | |
| SUBTOTAL | | | | | | | | |
| 2.1.1.4. - Outros | | | | | | | | |
| SUBTOTAL | | | | | | | | |
| SUBTOTAL 2.1.1. | | | | | | | | |
| 2.1.2. - Títulos de dívida | | | | | | | | |
| 2.1.2.1. - De dívida pública | | | | | | | | |
| PTOTEUOE0019 | REPÚBLICA DE PORTUGAL 4,125 4/2027 | | 6.175.000,00 | 99,17 | | 6.123.623,45 | 123,08 | 7.600.152,24 |
| PTOTEKOE0011 | REPÚBLICA DE PORTUGAL 2,875 10/2025 | | 5.200.000,00 | 110,03 | | 5.721.420,00 | 111,98 | 5.823.078,52 |
| | | | SUBTOTAL | | | 11.845.043,45 | | 13.423.230,76 |
| 2.1.2.2. - De outros emissores públicos | | | | | | | | |
| SUBTOTAL | | | | | | | | |
| 2.1.2.3. - De outros emissores | | | | | | | | |
| SUBTOTAL | | | | | | | | |
| | | | SUBTOTAL 2.1.2. | - | 11.375.000,00 | 11.845.043,45 | | 13.423.230,76 |
| | | | SUBTOTAL 2.1. | - | 11.375.000,00 | 11.845.043,45 | | 13.423.230,76 |
| 2.2. - Títulos estrangeiros | | | | | | | | |
| 2.2.1. - Instrumentos de capital e unidades de participação | | | | | | | | |
| 2.2.1.1. - Ações | | | | | | | | |
| ES0167050915 | ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE | 7.193 | | | 23,96 | 172.342,66 | 33,83 | 190.584,90 |
| FR0000120073 | AIR LIQUIDE S.A. | 2.676 | | | 108,48 | 290.298,08 | 108,45 | 290.212,20 |
| DE0008404005 | ALLIANZ SE | 485 | | | 143,09 | 69.396,68 | 175,14 | 84.942,90 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|--------------------------------|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| NL0010273215 | ASML HOLDING NV | 1.411 | | | 145,07 | 204.689,00 | 137,16 | 193.532,76 |
| ES0113211835 | BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI | 98.148 | | | 5,86 | 574.749,39 | 4,64 | 454.965,05 |
| ES0113900J37 | BANCO SANTANDER SA | 156.403 | | | 4,34 | 678.870,81 | 3,97 | 621.389,11 |
| ES0113307062 | BANKIA S.A. | 38.931 | | | 3,73 | 145.342,63 | 2,56 | 99.663,36 |
| ES0113679I37 | BANKINTER | 24.981 | | | 7,31 | 182.557,43 | 7,02 | 175.316,65 |
| DE000BAY0017 | BAYER A.G. | 3.242 | | | 72,28 | 234.329,73 | 60,56 | 196.335,52 |
| FR0000131104 | BNP PARIBAS SA – PARIS | 15.411 | | | 51,39 | 791.981,66 | 39,47 | 608.349,22 |
| ES0140609019 | CAIXABANK S.A. | 78.334 | | | 4,05 | 317.176,60 | 3,16 | 247.848,77 |
| FR0000120644 | DANONE S.A. | 6.635 | | | 60,93 | 404.240,76 | 61,51 | 408.118,85 |
| DE0005557508 | DEUTSCHE TELEKOM AG | 39.596 | | | 15,27 | 604.797,93 | 14,82 | 586.812,72 |
| DE000ENAG999 | E.ON SE | 18.056 | | | 7,79 | 140.636,03 | 8,63 | 155.769,11 |
| IT0003128367 | ENEL SPA | 93.075 | | | 4,53 | 422.079,90 | 5,04 | 469.470,30 |
| FR0010208488 | ENGIE S.A. | 21.799 | | | 13,40 | 292.213,25 | 12,52 | 273.032,47 |
| IT0003132476 | ENI SPA | 28.023 | | | 14,88 | 416.882,32 | 13,75 | 385.260,20 |
| ES0118900010 | FERROVIAL S.A. | 15.710 | | | 16,85 | 264.705,06 | 17,70 | 277.988,45 |
| GB0009252882 | GLAXOSMITHKLINE PLC | 6.267 | | | 17,53 | 109.859,47 | 16,60 | 104.019,82 |
| ES0171996087 | GRIFOLS S.A. | 6.442 | | | 22,49 | 144.905,12 | 22,90 | 147.521,80 |
| ES0144580Y14 | IBERDROLA S.A. | 112.374 | | | 5,45 | 611.983,68 | 7,02 | 788.640,73 |
| ES0148396007 | INDUSTRIA DE DISEÑO TEXTIL, S. | 16.811 | | | 26,01 | 437.184,26 | 22,35 | 375.725,85 |
| NL0011821202 | ING GROEP N.V. | 37.380 | | | 13,13 | 490.729,22 | 9,41 | 351.745,80 |
| IT0000072618 | INTESA SANPAOLO SPA | 111.725 | | | 2,36 | 263.523,12 | 1,94 | 216.724,15 |
| ES0105025003 | MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A. | 12.885 | | | 9,60 | 123.695,65 | 10,78 | 138.964,72 |
| DE0008430026 | MUENCHENER RUECKVERSICHERUNGS | 1.117 | | | 156,66 | 174.988,22 | 190,55 | 212.844,35 |
| ES0116870314 | NATURGY ENERGY GROUP S.A. | 9.716 | | | 19,50 | 189.460,09 | 22,26 | 216.278,16 |
| CH0038863350 | NESTLE S.A. | 2.653 | | | 62,22 | 165.074,67 | 70,86 | 188.003,87 |
| CH0012005267 | NOVARTIS AG | 3.435 | | | 77,24 | 265.328,85 | 74,63 | 256.353,61 |
| ES0105224002 | OLIMPO REAL ESTATE SOCIMI S.A. | 300.000 | | | 1,00 | 300.000,00 | 1,02 | 306.000,00 |
| FR0000133308 | ORANGE S.A. | 20.906 | | | 13,27 | 277.513,48 | 14,16 | 295.924,43 |
| ES0173516115 | REPSOL S.A. | 29.675 | | | 11,85 | 351.674,96 | 14,08 | 417.824,00 |
| ES06735169D7 | REPSOL S.A. | 29.675 | | | 0,41 | 12.196,42 | 0,40 | 11.870,00 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|---|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| CH0012032048 | ROCHE HOLDING AG | 1.024 | | | 215,98 | 221.158,43 | 216,15 | 221.333,52 |
| GB00B03MLX29 | ROYAL DUTCH SHELL PLC | 6.235 | | | 25,07 | 156.312,73 | 25,65 | 159.958,92 |
| FR0000120578 | SANOFI | 3.736 | | | 69,34 | 259.071,49 | 75,66 | 282.665,76 |
| DE0007164600 | SAP SE | 3.791 | | | 81,46 | 308.828,65 | 86,93 | 329.551,63 |
| DE0007236101 | SIEMENS AG | 5.547 | | | 94,20 | 522.502,42 | 97,38 | 540.166,86 |
| ES0178430E18 | TELEFONICA, S.A. | 45.461 | | | 7,62 | 346.484,14 | 7,34 | 333.638,27 |
| FR0000120271 | TOTAL S.A. | 15.161 | | | 44,19 | 670.005,18 | 46,18 | 700.134,98 |
| NL0000009355 | UNILEVER PLC | 7.745 | | | 35,98 | 278.644,69 | 47,42 | 367.267,90 |
| FR0000125486 | VINCI S.A. | 3.570 | | | 48,08 | 171.641,98 | 72,02 | 257.111,40 |
| FR0000127771 | VIVENDI SA | 22.889 | | | 18,02 | 412.414,20 | 21,28 | 487.077,92 |
| GB00BH4HKS39 | VODAFONE GROUP | 83.131 | | | 2,37 | 197.333,87 | 1,70 | 141.478,68 |
| | SUBTOTAL | 1.549.460 | | | | 13.669.804,91 | | 13.621.173,96 |
| | 2.2.1.2. - Títulos de participação | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | 2.2.1.3. - Unidades de participação em fundos de investimento | | | | | | | |
| ES0157103005 | ALTAMAR X GLOBAL PRIVATE EQ PR | 70.000 | | | 1,00 | 70.000,00 | 1,00 | 70.210,00 |
| ES0108689003 | ALTAN IV GLOBAL IICICIL | 40 | | | 1.000,00 | 40.000,00 | 939,63 | 37.585,02 |
| LU1851969334 | ARDIAN PRIVATE DEBT IV SCS SIC | 141.604 | | | 1,00 | 141.802,79 | 1,03 | 145.852,19 |
| LU0043136406 | CAPITAL INVESTMENT FUND | 1.757 | | | 308,22 | 541.517,75 | 315,68 | 554.618,19 |
| ES0138658036 | FONDMAPFRE BOLSA AMERICA F.I. | 103.183 | | | 11,06 | 1.141.000,00 | 11,71 | 1.208.164,61 |
| ES0178520039 | FONDMAPFRE BOLSA EUROPA FI | 4.623 | | | 64,90 | 300.000,00 | 55,60 | 257.009,35 |
| ES0144022003 | HELIA RENOVABLES FCR CLASE A | 191.053 | | | 1,00 | 191.052,87 | 1,13 | 215.603,16 |
| LU1527121039 | MAPFRE AM - MULTI ASSET STRATE | 351.511 | | | 9,96 | 3.500.000,00 | 9,62 | 3.381.540,62 |
| LU1857396607 | STABLE INCOME EUROPEAN REAL ES | 273 | | | 1.003,40 | 274.359,08 | 1.000,02 | 273.436,00 |
| LU1857396789 | STABLE INCOME EUROPEAN REAL ES | 300 | | | 1.000,00 | 300.000,00 | 1.000,00 | 300.000,00 |
| | SUBTOTAL | 864.344 | | | | 6.499.732 | | 6.444.019 |
| | 2.2.1.4. - Outros | | | | | | | |
| | SUBTOTAL | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 2.2.1. | 2.413.804 | | - | | 20.169.537,40 | | 20.065.193,10 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|---|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|---------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| | 2.2.2. – Títulos de dívida | | | | | | | |
| | 2.2.2.1. – De dívida pública | | | | | | | |
| IE00B60Z6194 | GOBIERNO DE IRLANDA 5 10/2020 | | 1.500.000,00 | 99,33 | | 1.490.010,00 | 111,02 | 1.665.284,94 |
| BE0000342510 | REINO DE BELGICA 0,5 10/2024 | | 700.000,00 | 101,93 | | 713.510,00 | 101,91 | 713.390,77 |
| DE0001102424 | REPÚBLICA DE ALEMANIA 0,5 8/2027 | | 100.000,00 | 101,23 | | 101.230,00 | 103,56 | 103.560,54 |
| FR0013344751 | REPÚBLICA DE FRANCIA 0 3/2024 | | 700.000,00 | 99,82 | | 698.740,00 | 99,84 | 698.857,81 |
| FR0011317783 | REPÚBLICA DE FRANCIA 2,75 10/2027 | | 100.000,00 | 118,95 | | 118.950,00 | 119,73 | 119.729,03 |
| IT0005240350 | REPÚBLICA DE ITALIA 2,45 9/2033 | | 2.200.000,00 | 93,49 | | 2.056.868,00 | 94,25 | 2.073.452,18 |
| IT0004889033 | REPÚBLICA DE ITALIA 4,75 9/2028 | | 300.000,00 | 127,09 | | 381.255,00 | 119,80 | 359.385,25 |
| ES0000012A97 | TESORO PÚBLICO 0,45 10/2022 | | 1.500.000,00 | 101,26 | | 1.518.900,00 | 101,42 | 1.521.350,42 |
| ES0000012B39 | TESORO PÚBLICO 1,4 4/2028 | | 2.100.000,00 | 98,70 | | 2.072.782,50 | 101,41 | 2.129.584,92 |
| ES0000012B88 | TESORO PÚBLICO 1,4 7/2028 | | 1.000.000,00 | 98,62 | | 986.152,38 | 100,48 | 1.004.764,69 |
| ES0000012A89 | TESORO PÚBLICO 1,45 10/2027 | | 4.615.000,00 | 98,96 | | 4.566.827,50 | 101,70 | 4.693.509,96 |
| ES00000126Z1 | TESORO PÚBLICO 1,6 4/2025 | | 1.100.000,00 | 105,51 | | 1.160.566,00 | 106,41 | 1.170.563,51 |
| ES0000012965 | TESORO PÚBLICO 100 1/2032 | | 1.918.000,00 | 25,60 | | 491.008,00 | 77,48 | 1.486.109,14 |
| ES00000128Q6 | TESORO PÚBLICO 2,35 7/2033 | | 3.600.000,00 | 100,51 | | 3.618.185,00 | 106,03 | 3.817.065,83 |
| ES0000012B47 | TESORO PÚBLICO 2,7 10/2048 | | 3.000.000,00 | 100,53 | | 3.016.008,00 | 102,40 | 3.071.940,38 |
| ES00000126B2 | TESORO PÚBLICO 2,75 10/2024 | | 600.000,00 | 103,56 | | 621.360,00 | 112,51 | 675.067,62 |
| ES00000128C6 | TESORO PÚBLICO 2,9 10/2046 | | 3.400.000,00 | 99,75 | | 3.391.510,00 | 107,71 | 3.662.062,94 |
| ES00000123X3 | TESORO PÚBLICO 4,4 10/2023 | | 800.000,00 | 101,95 | | 815.593,98 | 119,84 | 958.743,08 |
| ES00000121S7 | TESORO PÚBLICO 4,7 7/2041 | | 12.450.000,00 | 88,85 | | 11.062.029,38 | 143,29 | 17.839.180,06 |
| ES00000120N0 | TESORO PÚBLICO 4,9 7/2040 | | 3.100.000,00 | 77,46 | | 2.401.310,84 | 146,4 | 4.538.419,55 |
| ES00000124H4 | TESORO PÚBLICO 5,15 10/2044 | | 13.415.000,00 | 147,63 | | 19.804.769,50 | 151,99 | 20.389.973,94 |
| ES00000123U9 | TESORO PÚBLICO 5,4 1/2023 | | 7.451.000,00 | 105,60 | | 7.868.438,91 | 126,14 | 9.398.875,55 |
| ES00000123K0 | TESORO PÚBLICO 5,85 1/2022 | | 800.000,00 | 118,32 | | 946.520,00 | 123,55 | 988.372,15 |
| | SUBTOTAL | | 66.449.000,00 | | | 69.902.525 | | 83.079.244 |
| | 2.2.2.2. – De outros emissores públicos | | | | | | | |
| XS1555575320 | CAF-BCO DE DESARROLLO DE AMÉRI 0,5 1/2022 | | 500.000,00 | 99,98 | | 499.875,00 | 101,31 | 506.570,65 |
| ES0378641056 | FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5 12/2026 | | 800.000,00 | 128,80 | | 1.030.400,00 | 127,64 | 1.021.136,47 |
| ES0378641023 | FONDO TIT DEL DEFICIT DEL SEC. 5,9 3/2021 | | 1.500.000,00 | 97,80 | | 1.467.000,00 | 117,73 | 1.765.891,03 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|---|------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|--------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| XS0883537143 | INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 4,75 4/2020 | | 480.000,00 | 99,41 | | 477.177,60 | 109,94 | 527.732,61 |
| XS0599993622 | INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL 6 3/2021 | | 270.000,00 | 99,67 | | 269.103,60 | 118,18 | 319.073,63 |
| | SUBTOTAL | | 3.550.000,00 | | | 3.743.556,20 | | 4.140.404,39 |
| | 2.2.2.3. – De outros emissores | | | | | | | |
| XS1322048619 | AMADEUS CAPITAL MARKETS S.A. 1,625 11/2021 | | 1.400.000,00 | 102,00 | | 1.428.020,00 | 103,47 | 1.448.615,71 |
| XS1878191052 | AMADEUS IT GROUP S.A. 0,875 9/2023 | | 200.000,00 | 99,90 | | 199.796,00 | 99,81 | 199.617,95 |
| XS1651861251 | ANDORRA CAPITAL AGRICOL REIG B 0,683 7/2022 | | 300.000,00 | 100,00 | | 300.000,00 | 100,32 | 300.947,66 |
| XS1144086110 | AT&T INC 1,45 6/2022 | | 1.500.000,00 | 103,73 | | 1.555.950,00 | 103,20 | 1.547.997,90 |
| XS1579039006 | BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 2 3/2027 | | 700.000,00 | 100,00 | | 700.000,00 | 99,21 | 694.446,05 |
| XS1562614831 | BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI 3,5 2/2027 | | 500.000,00 | 99,99 | | 499.960,00 | 105,62 | 528.093,52 |
| XS1592168451 | BANKINTER 2,5 4/2027 | | 100.000,00 | 99,60 | | 99.601,00 | 100,13 | 100.131,22 |
| XS0954928783 | BANQUE FEDERATIVE DU CREDIT MU 2,625 2/2021 | | 300.000,00 | 99,90 | | 299.685,00 | 107,64 | 322.930,25 |
| XS1626933102 | BNP PARIBAS SA – PARIS 0,434 6/2024 | | 2.400.000,00 | 99,85 | | 2.396.442,00 | 96,60 | 2.318.298,73 |
| XS0972165681 | BP CAPITAL MARKETS PLC 2,517 2/2021 | | 1.450.000,00 | 107,82 | | 1.563.390,00 | 107,49 | 1.558.670,76 |
| XS1897489578 | CAIXABANK S.A. 1,75 10/2023 | | 300.000,00 | 99,32 | | 297.960,00 | 99,81 | 299.436,95 |
| XS1565131213 | CAIXABANK S.A. 3,5 2/2027 | | 300.000,00 | 99,97 | | 299.919,00 | 106,01 | 318.042,11 |
| XS1457608013 | CITIGROUP INC 0,75 10/2023 | | 400.000,00 | 99,91 | | 399.640,00 | 98,46 | 393.859,34 |
| XS0826634874 | COOPERATIEVE RABOBANK UA 4,125 9/2022 | | 250.000,00 | 99,55 | | 248.880,00 | 112,74 | 281.844,10 |
| XS0595092098 | DNB BANK ASA 4,375 2/2021 | | 300.000,00 | 118,01 | | 354.030,00 | 112,87 | 338.613,08 |
| XS1607933253 | DOURO FINANCE B.V. 1,086 12/2027 | | 1.700.000,00 | 100,00 | | 1.700.000,00 | 105,10 | 1.786.673,74 |
| XS1558083652 | EDP FINANCE B.V. 1,875 9/2023 | | 3.000.000,00 | 103,64 | | 3.109.185,00 | 104,04 | 3.121.077,23 |
| XS0409749206 | ELECTRICITE DE FRANCE S.A. 6,25 1/2021 | | 100.000,00 | 126,90 | | 126.900,00 | 118,55 | 118.547,70 |
| XS0741137029 | ENI SPA 4,25 2/2020 | | 500.000,00 | 101,45 | | 507.250,00 | 108,47 | 542.339,36 |
| XS1609252645 | GENERAL MOTORS FINANCIAL COMPA 0,364 5/2021 | | 190.000,00 | 100,00 | | 190.000,00 | 97,43 | 185.121,88 |
| XS1577427526 | GOLDMAN SACHS GROUP INC 0,315 9/2022 | | 3.000.000,00 | 100,26 | | 3.007.733,48 | 97,21 | 2.916.304,94 |
| XS1861206636 | GOLDMAN SACHS GROUP INC 2 11/2028 | | 200.000,00 | 99,43 | | 198.854,00 | 97,05 | 194.103,43 |
| XS1428953407 | HSBC HOLDINGS PLC 3,125 6/2028 | | 400.000,00 | 99,88 | | 399.528,00 | 107,28 | 429.130,62 |
| XS1551306951 | INTESA SANPAOLO SPA 1,375 1/2024 | | 300.000,00 | 99,31 | | 297.939,00 | 97,79 | 293.361,79 |
| XS1578294081 | ITALGAS SPA 1,125 3/2024 | | 500.000,00 | 99,71 | | 498.530,00 | 99,18 | 495.906,58 |
| XS1327027998 | MASTERCARD INC 1,112/2022 | | 700.000,00 | 99,51 | | 696.563,00 | 103,09 | 721.641,21 |

(Continua)

(Continuação)

Euros

| Código | Designação | Quantidade | Montante do valor nominal | % do valor nominal | Preço médio de aquisição | Valor total de aquisição | Valor de balanço | |
|--------------|--|------------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|-----------------------|
| | | | | | | | Unitário* | Total |
| XS1416688890 | MERLIN PROPERTIES SOCIMI S.A. 2,375 5/2022 | | 200.000,00 | 99,49 | | 198.976,00 | 105,32 | 210.636,29 |
| XS1603892065 | MORGAN STANLEY 0,383 11/2022 | | 700.000,00 | 100,00 | | 700.000,00 | 98,83 | 691.808,08 |
| XS0531922465 | MORGAN STANLEY 5,375 8/2020 | | 1.000.000,00 | 109,78 | | 1.097.760,00 | 110,51 | 1.105.131,68 |
| XS0460658676 | NATWEST MARKETS PLC 1 12/2023 | | 650.000,00 | 63,80 | | 414.700,00 | 101,58 | 660.296,77 |
| FR0013060209 | RTE RESEAU DE TRANSPORT D'ELEC 1,625 11/2025 | | 600.000,00 | 99,60 | | 597.612,00 | 103,97 | 623.824,72 |
| XS1201001572 | SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE 2,5 3/2025 | | 1.100.000,00 | 100,15 | | 1.101.643,00 | 101,89 | 1.120.837,26 |
| XS1292484323 | SHELL INTERNATIONAL FINANCE BV 1,25 3/2022 | | 800.000,00 | 102,98 | | 823.805,00 | 104,36 | 834.845,79 |
| FR0013321791 | SOCIETE GENERALE (PARIS) 0,134 3/2023 | | 2.500.000,00 | 98,10 | | 2.452.510,00 | 96,36 | 2.409.024,92 |
| XS0365796092 | SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO 6,3 6/2023 | | 600.000,00 | 109,05 | | 654.300,00 | 122,97 | 737.811,57 |
| XS1287714502 | TORONTO-DOMINION BANK 0,165 9/2020 | | 1.200.000,00 | 100,05 | | 1.200.600,00 | 100,55 | 1.206.610,13 |
| CH0359915425 | UBS GROUP FUNDING SWITZERLAND 0,389 9/2022 | | 200.000,00 | 100,00 | | 200.000,00 | 99,23 | 198.453,65 |
| XS0479869744 | VODAFONE GROUP 4,65 1/2022 | | 400.000,00 | 120,70 | | 482.800,00 | 116,80 | 467.187,77 |
| | SUBTOTAL | | 30.940.000,00 | | | 31.300.461,48 | | 31.722.222,44 |
| | SUBTOTAL 2.2.2. | | 100.939.000,00 | | | 104.946.542,67 | | 118.941.871,09 |
| | SUBTOTAL 2.2. | 2.413.804 | 100.939.000,00 | | | 125.116.080,07 | | 139.007.064,19 |
| | 2.3. – Derivados de negociação | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 2.3. | | | | | | | |
| | 2.4. – Derivados de cobertura | | | | | | | |
| | SUBTOTAL 2.4. | | | | | | | |
| | TOTAL 2. | 2.413.804 | 112.314.000,00 | | | 136.961.123,52 | | 152.430.294,95 |
| | TOTAL GERAL | 6.613.804 | 112.314.000,00 | | | 157.961.123,52 | | 173.430.294,95 |

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Anexo 2.1 / 31.12.2019

Euros

| Ramos / Grupos de Ramos | Provisão para sinistros | Custos com sinistros* | Provisão para sinistros* | Reajustamentos |
|--|-------------------------|------------------------------|--------------------------|---------------------|
| | Em 31/12/2018 | Montantes pagos no exercício | Em 31/12/2019 | |
| | (1) | (2) | (3) | (3)+(2)-(1) |
| Vida | - | - | - | - |
| Não vida | 105.410.615,69 | 29.865.820,46 | 81.696.489,61 | 6.151.694,38 |
| Acidentes e doença | 53.771.074,80 | 8.443.252,51 | 8.443.252,51 | 2.073.607,70 |
| Acidentes de trabalho | 52.918.424,30 | 7.783.787,52 | 47.139.026,21 | 2.004.389,43 |
| Acidentes pessoais e pessoas transportadas | 404.492,98 | 272.775,49 | 247.456,67 | 115.739,18 |
| Doença | 448.157,52 | 386.689,50 | 14.947,11 | (46.520,91) |
| Incêndio e outros danos | 8.135.972,67 | 4.685.234,63 | 5.420.304,96 | 1.969.566,92 |
| Automóvel | 32.671.196,21 | 14.407.916,35 | 19.698.292,58 | 1.435.012,72 |
| Responsabilidade civil | 29.912.862,85 | 12.401.485,65 | 18.804.789,74 | 1.293.412,54 |
| Outras coberturas | 2.758.333,36 | 2.006.430,70 | 893.502,84 | 141.600,18 |
| Marítimo e transportes | 73.580,09 | 1.359,80 | 30.158,50 | (42.061,79) |
| Mercadorias transportadas | 194.728,37 | 32.787,54 | 59.061,95 | 102.878,88 |
| Responsabilidade civil geral | 7.244.726,21 | 2.190.871,00 | 6.541.079,91 | 1.487.224,70 |
| Crédito e caução | 3.220.248,17 | 9.875,35 | 2.480.214,94 | (730.157,88) |
| Proteção jurídica | 99.089,17 | 93.997,49 | 65.946,78 | 60.855,10 |
| Diversos | - | 525,79 | - | 525,79 |
| TOTAL | 105.410.615,69 | 29.865.820,46 | 81.696.489,61 | 6.151.694,38 |

* Sinistros ocorridos no ano 2018 e anteriores

Anexo 2.2 / 31.12.2018

Euros

| Ramos / Grupos de Ramos | Provisão para sinistros | Custos com sinistros* | Provisão para sinistros* | Reajustamentos |
|--|-------------------------|------------------------------|--------------------------|---------------------|
| | Em 31/12/2017 | Montantes pagos no exercício | Em 31/12/2018 | |
| | (1) | (2) | (3) | (3)+(2)-(1) |
| Vida | - | - | - | - |
| Não vida | 100.246.872,85 | 27.143.250,39 | 75.186.154,72 | 2.082.532,26 |
| Acidentes e doença | 53.470.266,12 | 10.386.362,84 | 43.877.394,18 | 793.490,90 |
| Acidentes de trabalho | 52.774.310,97 | 9.897.525,99 | 43.642.277,03 | 765.492,05 |
| Acidentes pessoais e pessoas transportadas | 501.691,22 | 189.782,44 | 225.294,05 | (86.614,73) |
| Doença | 194.263,93 | 299.054,41 | 9.823,10 | 114.613,58 |
| Incêndio e outros danos | 6.038.352,73 | 3.718.388,86 | 3.016.952,17 | 696.988,30 |
| Automóvel | 30.503.601,70 | 11.345.861,63 | 19.041.399,60 | (116.340,47) |
| Responsabilidade civil | 27.290.225,08 | 9.104.417,80 | 18.142.062,11 | (43.745,17) |
| Outras coberturas | 3.213.376,62 | 2.241.443,83 | 899.337,49 | (72.595,30) |
| Marítimo e transportes | 170.067,81 | 2.547,56 | 45.133,76 | (122.386,49) |
| Mercadorias transportadas | 215.907,20 | 24.202,80 | 172.464,84 | (19.239,56) |
| Responsabilidade civil geral | 6.468.474,91 | 1.478.355,53 | 6.338.439,33 | 1.348.319,95 |
| Crédito e caução | 3.215.385,07 | 48.075,16 | 2.631.436,47 | (535.873,44) |
| Proteção jurídica | 162.295,03 | 90.896,86 | 62.934,37 | (8.463,80) |
| Diversos | 2.522,28 | 48.559,15 | - | 46.036,87 |
| TOTAL | 100.246.872,85 | 27.143.250,39 | 75.186.154,72 | 2.082.532,26 |

* Sinistros ocorridos no ano 2017 e anteriores

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS

Anexo 3.1 / 31.12.2019

Euros

| Ramos / Grupos de Ramos | Montantes pagos – prestações | Montantes pagos – custos de gestão imputados | Provisão para sinistros (variação) | Custos com sinistros |
|--|------------------------------|--|------------------------------------|----------------------|
| Seguro direto | 52.627.077,49 | 6.170.323,04 | 1.430.467,10 | 60.227.867,63 |
| Acidentes e doença | 12.758.841,01 | 1.134.286,89 | (971.414,93) | 12.921.712,97 |
| Acidentes de trabalho | 10.594.302,51 | 987.293,59 | (1.065.744,34) | 10.515.851,76 |
| Acidentes pessoais e pessoas transportadas | 441.804,88 | 90.654,80 | 35.822,17 | 568.281,85 |
| Doença | 1.722.733,62 | 56.338,50 | 58.507,24 | 1.837.579,36 |
| Incêndio e outros danos | 7.988.979,55 | 822.625,05 | 5.765.941,68 | 14.577.546,28 |
| Automóvel | 29.558.879,75 | 3.359.191,74 | 82.637.637,19) | 30.280.434,30 |
| Responsabilidade civil | 20.373.027,68 | 1.905.685,77 | (2.398.146,47) | 19.880.566,98 |
| Outras coberturas | 9.185.852,07 | 1.453.505,97 | -239.490,72 | 10.399.867,32 |
| Marítimo e transportes | 12.151,29 | 2.529,73 | 953,37 | 15.634,39 |
| Mercadorias transportadas | 58.900,79 | 3.850,70 | (79.965,34) | (17.213,85) |
| Responsabilidade civil geral | 2.205.097,37 | 578.059,65 | (125.738,85) | 2.657.418,17 |
| Crédito e caução | 14.478,95 | 863,38 | (575.276,82) | (559.934,49) |
| Proteção jurídica | 29.748,78 | 267.861,60 | 53.605,18 | 351.215,56 |
| Diversos | - | 1.054,30 | - | 1.054,30 |
| Resseguro aceite | - | - | - | - |
| TOTAL | 52.627.077,49 | 6.170.323,04 | 1.430.467,10 | 60.227.867,63 |

Anexo 3.2 / 31.12.2018

Euros

| Ramos / Grupos de Ramos | Montantes pagos – prestações | Montantes pagos – custos de gestão imputados | Provisão para sinistros (variação) | Custos com sinistros |
|--|------------------------------|--|------------------------------------|----------------------|
| Seguro direto | 52.360.376,72 | 5.574.882,39 | 2.960.083,87 | 60.895.342,98 |
| Acidentes e doença | 15.671.882,62 | 1.272.070,55 | (1.902.850,29) | 15.041.102,88 |
| Acidentes de trabalho | 13.877.224,20 | 1.143.059,65 | (2.059.545,64) | 12.960.738,21 |
| Acidentes pessoais e pessoas transportadas | 349.547,32 | 85.977,52 | (97.198,24) | 338.326,60 |
| Doença | 1.445.111,10 | 43.033,38 | 253.893,59 | 1.742.038,07 |
| Incêndio e outros danos | 7.379.814,53 | 610.184,30 | 2.097.619,94 | 10.087.618,77 |
| Automóvel | 27.251.894,30 | 2.908.296,97 | 2.167.594,51 | 32.327.785,78 |
| Responsabilidade civil | 17.167.807,08 | 1.633.118,70 | 2.622.637,77 | 21.423.563,55 |
| Outras coberturas | 10.084.087,22 | 1.275.178,27 | (455.043,26) | 10.904.222,23 |
| Marítimo e transportes | 8.214,49 | 2.693,04 | (96.487,72) | (85.580,19) |
| Mercadorias transportadas | 287.696,30 | 11.631,67 | (21.178,83) | 278.149,14 |
| Responsabilidade civil geral | 1.608.385,62 | 499.555,46 | 776.251,30 | 2.884.192,38 |
| Crédito e caução | 66.192,15 | 28.645,93 | 5.056,21 | 99.894,29 |
| Proteção jurídica | 38.540,16 | 240.055,61 | (63.398,97) | 215.196,80 |
| Diversos | 47.756,55 | 1.748,86 | (2.522,28) | 46.983,13 |
| Resseguro aceite | - | - | - | - |
| TOTAL | 52.360.376,72 | 5.574.882,39 | 2.960.083,87 | 60.895.342,98 |

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Anexo 4.1 / 31.12.2019

Euros

| Ramos / Grupos de Ramos | Prémios brutos emitidos | Prémios brutos adquiridos | Custos com sinistros brutos * | Custos e gastos de exploração brutos * | Saldo de resseguro |
|--|-------------------------|---------------------------|-------------------------------|--|-----------------------|
| Seguro direto | 97.082.400,49 | 94.919.954,09 | 60.227.867,63 | 23.481.097,49 | (9.291.465,30) |
| Acidentes e doença | 20.005.215,78 | 19.941.270,77 | 12.921.712,97 | 4.721.954,05 | (939.642,11) |
| Acidentes de trabalho | 14.939.871,17 | 14.906.732,61 | 10.515.851,76 | 3.867.355,59 | (162.020,85) |
| Acidentes pessoais e pessoas transportadas | 2.069.574,54 | 2.093.217,41 | 568.281,85 | 483.536,35 | (371.655,49) |
| Doença | 2.995.770,07 | 2.941.320,75 | 1.837.579,36 | 371.062,11 | (405.965,77) |
| Incêndio e outros danos | 26.403.108,69 | 25.140.274,09 | 14.577.546,28 | 4.399.728,85 | (6.394.772,33) |
| Automóvel | 44.866.952,49 | 44.323.843,59 | 30.280.434,30 | 12.589.997,42 | (1.262.292,97) |
| Responsabilidade civil | 26.865.864,42 | 26.621.032,16 | 19.880.566,98 | 7.247.191,30 | (235.926,54) |
| Outras coberturas | 18.001.088,07 | 17.702.811,43 | 10.399.867,32 | 5.342.806,12 | (1.026.366,43) |
| Marítimo e transportes | 123.120,14 | 126.298,28 | 15.634,39 | 13.866,06 | (80.651,03) |
| Mercadorias transportadas | 371.573,52 | 343.821,19 | (17.213,85) | 42.622,00 | (242.440,93) |
| Responsabilidade civil geral | 4.443.769,05 | 4.173.625,91 | 2.657.418,17 | 917.712,25 | 181.035,50 |
| Crédito e caução | 153.358,62 | 166.953,34 | (559.934,49) | 19.455,09 | (491.517,73) |
| Proteção jurídica | 639.572,81 | 626.171,89 | 351.215,56 | 763.292,37 | - |
| Diversos | 75.729,39 | 77.695,03 | 1.054,30 | 12.469,40 | (61.183,70) |
| Resseguro aceite | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 97.082.400,49 | 94.919.954,09 | 60.227.867,63 | 23.481.097,49 | (9.291.465,30) |

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Anexo 4.2 / 31.12.2018

Euros

| Ramos / Grupos de Ramos | Prémios brutos emitidos | Prémios brutos adquiridos | Custos com sinistros brutos * | Custos e gastos de exploração brutos * | Saldo de resseguro |
|--|-------------------------|---------------------------|-------------------------------|--|-----------------------|
| Seguro direto | 96.193.199,85 | 92.264.856,30 | 60.895.342,98 | 23.802.831,20 | (6.345.728,20) |
| Acidentes e doença | 23.714.695,33 | 23.654.527,56 | 15.041.102,88 | 5.554.543,11 | (988.981,73) |
| Acidentes de trabalho | 19.006.889,37 | 18.909.572,29 | 12.960.738,21 | 4.712.651,39 | (240.802,87) |
| Acidentes pessoais e pessoas transportadas | 2.108.856,59 | 2.171.002,51 | 338.326,60 | 520.962,43 | (385.894,60) |
| Doença | 2.598.949,37 | 2.573.952,76 | 1.742.038,07 | 320.929,29 | (362.284,26) |
| Incêndio e outros danos | 23.199.256,36 | 20.168.833,49 | 10.087.618,77 | 3.790.749,11 | (6.881.339,84) |
| Automóvel | 44.350.650,39 | 43.414.265,66 | 32.327.785,78 | 12.630.793,55 | 1.250.110,23 |
| Responsabilidade civil | 26.625.752,74 | 26.225.467,04 | 21.423.563,55 | 7.240.775,14 | 1.884.292,42 |
| Outras coberturas | 17.724.897,65 | 17.188.798,62 | 10.904.222,23 | 5.390.018,41 | (634.182,19) |
| Marítimo e transportes | 133.074,44 | 136.272,40 | (85.580,19) | 15.516,33 | (145.821,07) |
| Mercadorias transportadas | 278.437,41 | 282.204,57 | 278.149,14 | 71.270,82 | 28.375,68 |
| Responsabilidade civil geral | 3.587.951,28 | 3.675.933,09 | 2.884.192,38 | 847.720,22 | 465.213,02 |
| Crédito e caução | 194.963,30 | 209.537,69 | 99.894,29 | 85.474,68 | (26.432,56) |
| Proteção jurídica | 615.625,92 | 604.401,75 | 215.196,80 | 785.952,29 | - |
| Diversos | 118.545,42 | 118.880,09 | 46.983,13 | 20.811,09 | (46.851,93) |
| Resseguro aceite | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 96.193.199,85 | 92.264.856,30 | 60.895.342,98 | 23.802.831,20 | (6.345.728,20) |

* Sem dedução da parte dos resseguradores



certificação legal das contas e relatório e parecer do conselho fiscal



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
 Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15º
 1069-006 Lisboa - Portugal
 +351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 252.008.204,20 euros e um total de capital próprio de 92.538.549,29 euros, incluindo um resultado líquido de 5.514.502,36 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. Capital Social: 3.918.000 Euros – Pessoa Coletiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 20161489 - Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078



Ênfase

Chamamos a atenção para a nota 39.3 do anexo às demonstrações financeiras onde se descreve que, no seguimento dos acontecimentos mais recentes, já em 2020 e apesar de ainda não ser possível antever, a esta data, a evolução à escala mundial da epidemia desencadeada pelo COVID-19, é provável que a mesma venha a ter repercussões sobre a atividade da Entidade em 2020, cujo impacto não é ainda possível quantificar. A Entidade ativou o seu “Plano de Continuidade de Negócio” tendo em vista a adoção de medidas internas que possam minimizar as consequências desta epidemia. O Conselho de Administração considera que, face à informação atualmente disponível, a situação de liquidez e os níveis de capital serão suficientes para prosseguir a atividade da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento da imparidade)

Em 31 de dezembro de 2019, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda totaliza 165.880.437 euros, representando cerca de 66% do ativo, conforme nota 5 das demonstrações financeiras.

O Risco

A mensuração destes ativos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.4 das notas anexas às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda de acordo com o descrito no ponto Imparidade, da alínea b) Mensuração subsequente, da referida nota.

O justo valor para a maioria dos ativos, que compõem a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme referido na nota 5.2 das notas anexas às demonstrações financeiras, o justo valor depende de fatores como as condições económicas e *spreads* praticados no mercado, entre outros.

A avaliação efetuada pelo Conselho de Administração não toma em consideração o potencial efeito da COVID-19, sendo este um evento ocorrido após a data de referência das contas e, por conseguinte, um evento não ajustável. Nesse contexto, a evolução dos efeitos da COVID – 19 poderá ter impactos no apuramento futuro do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da mensuração e reconhecimento das operações com a sua carteira de instrumentos financeiros.
- Reconciliação da carteira de instrumentos financeiros com as demonstrações financeiras.
- Teste à valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade.
- Testes para avaliar eventuais perdas por imparidade.
- Revisão das divulgações da Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisão para Sinistros – Outros ramos, incluindo Acidentes de Trabalho (Outros custos)

Em 31 de dezembro de 2019, a Provisão para sinistros, no valor de 107.623.616 euros, representa cerca de 67% do Passivo à mesma data, conforme nota 14 às demonstrações financeiras.

O Risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.
- Realização de testes, para as principais linhas de negócio, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*) na estimativa do valor da provisão para sinistros.
- Avaliação da metodologia e dos pressupostos significativos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros.
- Realização de uma análise de tendência com o objetivo de identificar inconsistências com períodos anteriores.
- Avaliação do trabalho produzido e a objetividade das conclusões obtidas pelo atuariário independente contratado pela Entidade.
- Revisão das divulgações da Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Provisão para Sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho (pensões)

Em 31 de dezembro de 2019, do montante da Provisão para Sinistros, 36.045.595 euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 14 às demonstrações financeiras da Entidade.

O Risco

A estimativa das provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte da Administração da Entidade, nomeadamente (i) o valor total estimado com responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos e actuariais usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e (ii) o rendimento esperado da carteira de investimentos afectos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e implementação pela Entidade dos procedimentos de controlo interno relevantes ao nível da sua política de provisionamento para sinistros.
- Realização de testes, os quais compreenderam, entre outros, a avaliação da adequação (i) das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Entidade na projeção dos seus passivos relativos a contratos de seguros e (ii) da taxa de retorno esperada da carteira de investimentos, incluindo as taxas de reinvestimento.
- Avaliação do trabalho produzido e a objetividade das conclusões obtidas pelo atuário independente contratado pela Entidade.
- Revisão das divulgações da Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

7



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2015 para um mandato compreendido entre 2015 e 2016. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de março de 2018 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 4 de março de 2020.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor:
 - Relatório de Conclusões Factuais do Revisor Oficial de Contas a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os modelos quantitativos a que se refere a alínea b) do n.º1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de Março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II);
 - Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma n.º 2/2017-R, de 24 de Março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (no âmbito da Solvência II); e

8



- Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno quanto aos procedimentos específicos para o combate ao Branqueamento de Capitais e à Política Antifraude nos termos do n.º 2 da Circular n.º 1/2017 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

27 de março de 2020

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
José Manuel Horta Nova Nunes (ROC n.º 1581)

9

Mapfe Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2019

Senhores Acionistas

1. No âmbito geral das disposições dos artigos 413º a 423º-A do Código das Sociedades Comerciais relativas à fiscalização das sociedades por Conselho Fiscal, no âmbito dos artigos 24º e 25º dos estatutos da Sociedade, relativos à fiscalização da sociedade e dos atos sociais, no âmbito das disposições pertinentes do regime jurídico da atividade seguradora, aprovado como anexo I da lei 147/2015, com as alterações a ele introduzidas pelo decreto-lei 127/2017, pela lei 35/2018 e pela lei 7/2019, tendo em conta as disposições legais pertinentes às ditas “entidades de interesse público” como é o caso das seguradoras, e tendo ainda em conta, na parte aplicável, as normas regulamentares das entidades de regulação e supervisão, como a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários pelas suas funções específicas de supervisão das atividades de auditoria e dos auditores, e em corolário das suas demais competências e deveres, vem o Conselho Fiscal, nos termos específicos da alínea g) do número 1 do artigo 420º do já mencionado Código das Sociedades Comerciais, apresentar **relatório** sobre a sua ação fiscalizadora, e dar **parecer** sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros Gerais SA, tudo relativamente ao exercício findo em 31-12-2019.
2. Os membros do Conselho Fiscal, na sua atual conformação, foram designados por deliberações dos senhores acionistas de 2018, para completar o triénio 2017-2019, agora a terminar, tendo-lhes já cabido dar parecer sobre o relatório, sobre as contas e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Mapfre Seguros Gerais SA relativamente ao exercício de 2018.
3. O Conselho Fiscal tomou agora como ponto de partida da sua análise todos os documentos de contas relativos aos exercícios de 2017 e de 2018, o “Plano de Auditoria Interna 2019”, da “área Corporativa de Auditoria Interna” da Mapfre, de março de 2019, e todos os documentos que recebeu e adiante identifica.
4. O Conselho Fiscal analisou e discutiu a extensa informação entretanto disponibilizada periodicamente pelo Conselho de Administração da Sociedade, pelo seu diretor financeiro e pelo seu diretor de auditoria interna e, designadamente os sucessivos relatórios de gestão para o Conselho Fiscal, de maio, de agosto, de setembro, de outubro e de dezembro de 2019.
5. O Conselho Fiscal também recebeu do Conselho de Administração o designado Relatório ORSA (“Own Risk and Solvency Assessment”), referido a 31-12-2018, estando ainda em preparação, no prazo próprio, o Relatório ORSA referido 31-12-2019.
6. O Conselho Fiscal recebeu e analisou o Relatório da Actuarial de 15-11-2019 relativo ao

Mapfe Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2019

“seguimento das provisões para sinistros a 30-9-2019”, e o Relatório de 6-2-2020, da mesma consultora, relativo ao “seguimento das provisões para sinistros a 31-12-2019”.

7. O Conselho Fiscal, depois da Assembleia Geral da Sociedade em 28-3-2019, realizou reuniões regulares próprias e, nas mesmas datas, reuniões de trabalho com o administrador-delegado e com os mencionados diretores financeiro e de auditoria interna, em 28-6-2019, em 11-10-2019, em 11-12-2019, em 4-3-2020, e em 27-3-2020.

8. Nas reuniões de 11-10-2019, de 11-12-2019 e de 4-3-2020 estiveram também presentes os representantes da auditora KPMG, tendo-se analisado e discutido detalhadamente os documentos informativos do Conselho de Administração e, nas datas correspondentes, os documentos informativos e metodológicos da sociedade revisora oficial de contas: “Relatório para o Conselho Fiscal de 11-12-2019”, e um novo “Relatório para o Conselho Fiscal de 4 de março de 2020”, relativo este às demonstrações financeiras para o ano findo em 31-12-2019.

9. O Conselho Fiscal recebeu em 28-2-2020, e analisou depois devidamente, em versão preliminar, o Relatório de Gestão 2019 do Conselho de Administração, as Contas relativas ao exercício de 2019 e o Balanço em 31-12-2019, a Demonstração da Variação do Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral, o Fluxo de Caixa, bem como as Notas às Demonstrações Financeiras, tudo tendo sido discutido na reunião do Conselho Fiscal de 4-3-2020 e na reunião que, na mesma data, teve com a administração e diretores financeiro e de auditoria da Sociedade, e com os representantes da auditora KPMG, tendo já em conta, também, o antes mencionado “Relatório para o Conselho Fiscal de 4 de março de 2020”, da KPMG.

10. Na reunião de 4-3-2020, o Conselho Fiscal recebeu do diretor financeiro, do diretor de auditoria interna e dos representantes da KPMG, os esclarecimentos complementares relativos às contas de 2019, aos relatórios da Actuarial sobre as provisões para sinistros, e ao relatório da KPMG com conclusões sobre as contas de 2019.

11. No decurso da reunião de 4-3-2020, nos termos que resultam do próprio relatório da mesma data, os auditores da KPMG confirmaram a bondade das contas e da sua apresentação, no escopo da respetiva intervenção, e confirmaram o sentido favorável de todas as comunicações obrigatórias ao Conselho Fiscal: não pediram qualquer representação específica para a carta de representação do Conselho de Administração relativa às Contas de 2019; não surgiram questões significativas relacionadas com partes relacionadas nem outras questões relevantes; não identificaram nem deficiências de controlo nem suspeitas de fraude ou de incumprimento de leis ou de regulamentos; não existiram alterações ao relatório de auditoria nem a sua elaboração suscitou dificuldades significativas,

Mapfe Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2019

divergências ou inconsistências; não foi evidenciada qualquer situação que pudesse afetar a independência do relato e da auditoria; foram seguidas as práticas contabilísticas apropriadas; foram analisadas todas as matérias significativas, relativas a provisões para sinistros, a instrumentos financeiros e ao reconhecimento de réditos.

12. Todos estes pontos foram devidamente discutidos e adequadamente suportados pelos diretores da Sociedade e pela KPMG.

13. Nas reuniões realizadas relativamente à atividade e às contas de 2019, como ocorrera antes relativamente à atividade e ao exercício de 2018, o Conselho Fiscal formulou questões e recebeu respostas adequadas sobre os critérios de avaliação de ativos e de responsabilidades e, designadamente, sobre metodologias e critérios de provisionamento em uso na Mapfre Seguros Gerais, sobre as respetivas bases técnicas e sobre as bases financeiras, e ainda sobre metodologias e critérios de auditoria de procedimentos, de fiabilidade e de compleição dos dados, e sobre a credibilização dos métodos, dos cálculos e dos valores registados a título de provisões com bases atuariais, ou de outras provisões, em uso quer pela KPMG, quer pela Actuarial, tendo analisado e discutido as respetivas diferenças que, considerando os seus diferentes pressupostos, não se apresentaram como materialmente relevantes, como aliás já se concluíra relativamente ao exercício anterior.

14. O Conselho Fiscal teve entretanto em conta a nota informativa pública da ASF de 18-3-2020, sobre “ações e recomendações em resposta aos desenvolvimentos relativos ao Coronavírus (Covid-19)”, a declaração de 17-3-2020 da EIOPA (the European Insurance and Occupational Authority) sobre “ações para mitigar o impacto do Coronavírus/Covid-19 no setor segurador europeu”, as diferentes recomendações da CMVM de 20-3-2020 sobre “a atividade de auditoria no âmbito do Covid-19”, o comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, divulgado também em 20-3-2020, sobre o “contributo dos órgãos de fiscalização de entidades de interesse público par a qualidade da auditoria”, e diversos documentos de entidades de referência citados em tais documentos, tendo pedido à Sociedade e à KPMG que, como veio a apurar tinham já preparado, fizessem informar o Conselho Fiscal sobre o eventual impacto imediato da pandemia mencionada sobre a atividade corrente da Sociedade e sobre os seus resultados futuros.

15. As medidas imediatas tomadas pela Sociedade, e entretanto adequadamente informadas ao Conselho Fiscal, mitigaram enormemente o risco da sua exposição imediata à pandemia, estando a Sociedade a funcionar integralmente, ainda que predominantemente em regime de teletrabalho, preservando o seu ativo humano, realizando simultaneamente toda a sua atividade operacional, e observando todas as prescrições de fazer e todas as prescrições de não fazer determinadas às empresas

Mapfe Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2019

de seguros, por lei excecional ou por determinação das autoridades competentes.

16. A “autoavaliação, prospetiva de riscos e solvência” no designado e mencionado “Relatórios ORSA”, que segue estritamente os padrões fixados pela ASF e pela EIOPA (no quadro das “orientações sobre a submissão de informação às autoridades de supervisão nacionais”), ainda que não permita avaliar desde já o possível impacto económico e social da pandemia, permite concluir que a Sociedade é adequadamente resiliente aos diversos impactos ali estudados e parametrizados, que será comparativamente mais resiliente do que outros operadores da mesma área de atividade e que, por isso mesmo, será plausível admitir que a sua atividade em 2020 se terá de acomodar às eventuais consequências do “interregno” social e económico em curso, mas não será afetada estruturalmente, sendo essa também a perspetiva do Conselho de Administração da Sociedade e dos Auditores da KPMG, confirmada já na versão final do seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2019.

17. O Conselho Fiscal, nas reuniões de trabalho havidas, e também, como agora realça, nos pedidos que fez com base nas mencionadas recomendações relativas ao impacto da pandemia Covid-19, alcançou para o exercício das suas funções, não tendo sido informado de quaisquer outras reservas ou ênfases sobre a bondade das contas ou sobre a situação da Sociedade, antes tendo recebido a confirmação das suas boas práticas e visto confirmada a preparação da Sociedade para bem superar em 2020 o impacto inesperado e antes imprevisível da situação pandémica ainda em curso.

18. O Conselho Fiscal foi também informado pela Sociedade de que esta pediu e alcançou obter dos seus principais fornecedores e parceiros, garantias razoáveis e adequadas de que a situação de pandemia em curso não afetará entretanto, nem afetará no futuro, quaisquer aspetos essenciais das suas operações.

19. O Conselho Fiscal recebeu, entretanto, a “carta de representação” do Conselho de Administração com data de 26-3-2019 e dirigida à KPMG, e recebeu também da KPMG, como devido, o Relatório de Auditoria devidamente assinado, e a correspondente Certificação Legal das Contas, sem que estes documentos apresentem ou sugiram outras reservas, ênfases ou recomendações que justifiquem qualquer outro registo, reparo ou diligência do Conselho Fiscal.

20. Tendo em conta o que fica como **relatório** da sua atividade, o Conselho Fiscal está em condições de dar o seu **parecer** e de, nesse âmbito legal, declarar que na sua convicção o Relatório do Conselho de Administração descreve adequadamente o que foi a atividade da Mapfre Seguros Gerais em 2019.

21. Tendo em conta o que fica como Relatório da sua atividade, e a informação recebida e

Mapfe Seguros Gerais SA

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório de Gestão, Contas e Propostas – Exercício findo em 31-12-2019

diligentemente analisada, o Conselho Fiscal no seu conjunto, e cada um dos seus Membros individualmente, todos aqui signatários, declara e declaram ainda, sob sua responsabilidade conjunta e individual, ser **parecer** seu que, quanto foi e é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Contas relativas ao exercício de 2019, em todas as suas peças, e o próprio Certificado Legal, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, apresentam e representam adequadamente a atividade e a evolução dos negócios em 2019, e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos resultados e da situação financeira da Sociedade em 31-12-2019.

22. Os eventos posteriores a 31-12-2019, que afetarão a atividade da Sociedade e a economia mundial, decorrentes da pandemia Covid-19, declarada como tal pela OMS em 11-3-2020, não afetam de nenhuma maneira a apreciação muito favorável feita à atividade e às contas da Sociedade em 2019, sendo a situação patrimonial apurada em 31-12-2019, e a própria afetação integral dos resultados à reserva legal e a reservas livres, fatores muito favoráveis para que a Sociedade supere positivamente, e supere comparativamente melhor, o impacto social e económico da pandemia em Portugal.

23. Tendo em conta quando diz e fica, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31-12-2019;
- b) Aprove as Contas relativas ao exercício de 2019 apresentadas pelo Conselho de Administração e certificadas pela KPMG como sociedade revisora oficial de contas e auditora externa;
- c) Aprove a proposta de aplicação de resultados formulada a final do Relatório de Gestão e que está em conformidade com as normas legais aplicáveis, **no sentido de que o resultado líquido do exercício no montante de 5.514.502,36 € seja de novo destinado ao reforço dos fundos próprios da Sociedade**, da seguinte forma:
 - **551.450,24 €** (quinhentos e cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta euros e vinte e quatro cêntimos) **como reserva legal;**
 - **4.963.052,12 €** (quatro milhões, novecentos e sessenta e três mil e cinquenta e dois euros, e doze cêntimos) **como reservas livres;**
- d) Aprece, nos termos previstos sob o artigo 455º do CSC, as condições em que foi assegurada a administração e a fiscalização da Sociedade.

Lisboa, 27 de março de 2020

José Ferreira Machado, Presidente

Luís Filipe Caldas, Vogal

João Sobral do Rosário, Vogal

RELATÓRIO E CONTAS 2019

MAPFRE – Seguros Gerais, S.A.



Rua Doutor António Loureiro Borges, 9,
Edifício Zenith – Miraflores
1495-131 ALGÉS. Portugal

www.mapfre.pt



Design, paginação e revisão: Choice – Comunicação Global, Lda.    choice.pt